



Universidades Lusíada

Henriques, Sara Gomes da Silva

Os desafios da mobilidade académica na União Europeia : Programa Erasmus + (2014/2020)

<http://hdl.handle.net/11067/6879>

Metadados

Data de Publicação	2022
Resumo	<p>Este trabalho tem como objeto de estudo – à luz dos conceitos das Teorias Funcionalista e Neofuncionalista das Relações Internacionais de David Mitrany e Ernest B. Hass – a análise da importância da mobilidade académica, como uma ferramenta da União Europeia na prossecução do seu objetivo máximo: a assunção pelos cidadãos europeus do sentimento de pertença a esta comunidade, em particular através da implementação do Programa Erasmus+, identificado pela Comissão Europeia como a iniciativa de maio...</p> <p>This work has as its object of study the analysis of the importance of the academic mobility, has a tool from the European Union to achieve it's main goal: the assumption by the european citizens of the feeling of belonging to this community community. All this in the light of functionalist and neofunctionalist concepts and theoretical debates of International Relations by David Mitrany and Ernest B. Haas, in particular the implementation of the Erasmus+ Programme, as the European Commission ide...</p>
Palavras Chave	Relações Internacionais, União Europeia - Mobilidade Académica, Ensino Superior - Erasmus + - Mobilidade Residencial - Programa Comunitário
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-25T20:52:40Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**OS DESAFIOS DA MOBILIDADE ACADÉMICA NA UNIÃO
EUROPEIA**

Programa Erasmus+ (2014/2020)

Sara Gomes da Silva Henriques

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Ribeiro de Azevedo Amorim

Porto, 2022

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação de mestrado, chegou ao fim mais uma etapa do meu percurso de vida. Uma fase muitas vezes solitária, exigente, mas muito aliciante, desafiante e enriquecedora. Parafrazeando o grande estadista Winston Churchill “Eu não me preocupo com a ação, e sim com a falta dela”. Durante este percurso é-me fundamental deixar aqui registado os agradecimentos a todos os que me apoiaram na elaboração deste projeto, reconhecendo, contudo, ser praticamente impossível nomear todas as pessoas que me apoiaram nesta investigação e que muito cooperaram para que este trabalho se transformasse uma realidade. Assim, em primeiro plano, um agradecimento penhorado ao Prof. Doutor Paulo Amorim, Coordenador do 2º Ciclo de Estudos em Relações Internacionais e orientador desta Dissertação de Mestrado, pelo seu apoio na concretização desta investigação.

À Prof.^a Doutora Joana Carvalho, Vice-Reitora da Universidade do Porto (UP) para as Relações Internacionais, Responsabilidade Social e Desporto, pela sua visão de excelência e elevada competência que tem vindo a fomentar o meu entusiasmo tanto a nível profissional, como estimula o meu interesse pelo conhecimento e pela vida académica. À Dr.^a Joana Lima, Diretora-Adjunta da Agência Nacional Erasmus+ por toda a disponibilidade, e cujo apoio foi muito importante no acesso a fontes e bibliografia no âmbito da temática deste projeto. A todos os participantes do inquérito que, devido à sua colaboração, possibilitaram a implementação prática do estudo de caso com resultados recentes e que contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho. Ao Departamento de Comunicação da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA) pela rede de informação que disponibilizaram. Aos Doutores Sara Pereira e Fernando Garbeloto pelo domínio informático, ao terem-me aberto as portas e ensinado a analisar os dados e a realizar o tratamento estatístico dos resultados do inquérito implementado. À Dr.^a Susana Ferreira Responsável do Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade Internacional (GRIMI) da Universidade Lusíada do Porto pelo apoio prestado.

À minha Mãe, Maria Esperança Henriques, pelo apoio determinado e incondicional. Às minhas Irmãs, Lia e Ana Rita Henriques, pela energia e equilíbrio que sempre me transmitiram. Ao Serafim Pereira pela paciência e perseverança.

E finalmente, ao meu Pai, José Silva Henriques, que esteve sempre ao meu lado e me conduziu durante esta jornada, a quem dedico este trabalho. É o meu ponto de referência maior e um dos pilares basilares deste trabalho.

Um bem-haja a todos Vós! Muito obrigada.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	3
ÍNDICE DE TABELAS	3
RESUMO.....	4
PALAVRAS-CHAVE.....	4
ABSTRACT	5
KEY-WORDS	5
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
INTRODUÇÃO	7
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	11
1.1. Teoria Funcionalista.....	12
1.2. Teoria Neofuncionalista	17
1.3. Identidade.....	22
1.3.1. Identidade europeia	25
1.3.1.1. Perspetiva Histórica	33
2. PROGRAMA ERASMUS.....	41
2.1. Enquadramento histórico	41
2.2. O Programa Erasmus+ 2014/2020	45
2.3. Erasmus e a Integração Europeia	53
3. ESTUDO DE CASO: INQUÉRITO A PARTICIPANTES EUROPEUS DO PROGRAMA ERASMUS+	63
3.1 Estado da Arte	65
3.2 Questionário e Hipóteses.....	68
3.3 Estudo de Caso: Inquérito	69
CONCLUSÃO.....	84
BIBLIOGRAFIA	88
APÊNDICE	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução quantitativa dos participantes (estudantes e staff) do Programa Erasmus+ (1987-2020)	52
Figura 2 - Participantes, por género	71
Figura 3 - Participação no Programa Erasmus/Erasmus+.....	72
Figura 4 – Participantes por Ciclos de Estudos.....	74
Figura 5 - Tipo de mobilidade	75
Figura 6 - Aquisição de interesse sobre outros países europeus	77
Figura 7- Aquisição de interesse sobre outras culturas europeias.....	77
Figura 8 - Orgulho em ser europeu.....	78
Figura 9 - Desenvolvimento de maior interesse sobre a Europa.....	79
Figura 10 - Características semelhantes entre o participante do Programa de mobilidade académica e amigos de outras nacionalidades	80
Figura 11 - Semelhança de características entre o país natal e o de acolhimento	80
Figura 12 - Autoidentificação com a nacionalidade	81
Figura 13 - Perceção sobre os direitos do cidadão europeu.....	82
Figura 14 - Aumento do interesse sobre o tema dos direitos da cidadania europeia ..	82
Figura 15 – Perceção dos benefícios do país de origem em integrar a UE.....	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Participação no Programa Erasmus/ Erasmus+.....	71
-------------------------------------------------------------------	-----------

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo – à luz dos conceitos das Teorias Funcionalista e Neofuncionalista das Relações Internacionais de David Mitrany e Ernest B. Hass – a análise da importância da mobilidade académica, como uma ferramenta da União Europeia na prossecução do seu objetivo máximo: a assunção pelos cidadãos europeus do sentimento de pertença a esta comunidade, em particular através da implementação do Programa Erasmus+, identificado pela Comissão Europeia como a iniciativa de maior sucesso tanto para o aprofundamento da União Europeia como na promoção e consolidação da identidade europeia comum. É neste quadro que procuraremos responder à nossa questão de partida: “Qual a importância do Programa Erasmus+ e da mobilidade académica europeia no reforço da identidade europeia?” É, assim, no contexto do debate sobre a promoção da mobilidade académica como instrumento potenciador da integração europeia, que se situa a problemática desta dissertação, procurando confirmar ou infirmar a hipótese de que o aprofundamento da integração comunitária europeia beneficia da mobilidade académica, nomeadamente através do Programa Erasmus+.

PALAVRAS-CHAVE

União Europeia; Mobilidade Académica; Programa Erasmus+.

ABSTRACT

This work has as its object of study the analysis of the importance of the academic mobility, has a tool from the European Union to achieve it's main goal: the assumption by the european citizens of the feeling of belonging to this community community. All this in the light of functionalist and neofunctionalist concepts and theoretical debates of International Relations by David Mitrany and Ernest B. Haas, in particular the implementation of the Erasmus+ Programme, as the European Commission identifies it as the most successful initiative both for the expansion of the European Union and for the promotion and solidification of the common European identity, which helps framing and explaining our problem, as we try to answer our initial question: "How important is the Erasmus+ Program and European academic mobility in the fortification of the European identity? In this context, the problem of this thesis it's based on the debate about the promotion of academic mobility as an instrument of European integration, trying to confirm or disprove the hypothesis that academic mobility as well as the Erasmus+ Program have gained importance with the deepening community integration.

KEY-WORDS

Europeian Union; Academic Mobility; Erasmus+ Project

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP – Estados de Africa, Caraíbas e Estados do Pacífico

AEGEE – *Association des États Généraux des Etudiants de l'Europe*

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CED – Comunidade Europeia de Defesa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEA – Comunidade Europeia da Energia Atómica

Cedefop – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

CPE – Comunidade Política Europeia

ECEC – *Early Childhood Education and Care*

ECTS – *European Credit Transfer and Accumulation System*

EPALE – *Electronic Platform for Adult Learning in Europe*

EQAVET – *Quality Assurance in Vocational Education and Training*

ERASMUS – *European Action Scheme for the Mobility of Students*

ESN – *Erasmus Student Network*

ETA – *Euskadi Ta Askatasuna* / Pátria Basca e Liberdade

EUA – Estados Unidos da América

FLNO – *Fronte di Liberazione Naziunale Corsu*/ Frente de Libertação Nacional da Córsega

HEREs – Rede de Peritos para a Reforma do Ensino Superior

IES – Instituições de Ensino Superior

IRA – *Irish Republican Army* /Exército Republicano Irlandês

JSP – *Joint Study Programmes*

NARIC – *National Academic Recognition Information Center*/Centros Nacionais de Informação sobre o Reconhecimento Académico

OI – Organizações Internacionais

PNC - Pontos de Coordenação Nacional

QEQ – Quadro Europeu para as Qualificações

SEG – *School Education Gateway*

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

TCE - Tratado da Comunidade Europeia

“Vivemos num mundo global, mas ainda não o compreendemos nem aprendemos a conviver nele”.

Mikhail Gorbachov. *Que Está em Jogo? O Futuro do Mundo Global* (2021).

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “Os desafios da mobilidade académica na UE: Programa Erasmus+ (2014/2020)”, constitui a conclusão da investigação realizada no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Lusíada (Porto) sob orientação do Prof. Doutor Paulo Amorim.

A problemática escolhida, sendo transversal a várias áreas científicas, foi estudada com base na metodologia das Relações Internacionais, articulando o contributo do projeto europeu de mobilidade académica para o reforço da Identidade Europeia e o aprofundamento político do Espaço Europeu Comunitário e da cooperação institucional da União Europeia (UE). Com este desiderato, comprometemo-nos a interpretar a mobilidade académica como uma ferramenta da UE na prossecução do seu objetivo máximo: a promoção da assunção pelos cidadãos europeus do sentimento de pertença a esta comunidade. Assim, o objeto da nossa investigação – a importância da mobilidade académica na UE – determinou que elegêssemos o estudo do Programa Erasmus+ (2014/20) como instrumento catalisador da identidade europeia, aproveitando também que 2022 foi instituído como o Ano Europeu da Juventude (após proposta da Comissão Europeia que foi aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia em 2021).

A escolha da temática central do nosso trabalho prende-se quer com a pertinência, quer com a sua oportunidade da mesma no debate atual sobre os problemas que o processo de integração europeu atravessa face aos desafios centrífugos e centrípetos que abalam a unidade europeia. Uma dessas condicionantes foi a pandemia COVID-19 que pôs em causa, por razões sanitárias, a livre circulação no Espaço Europeu, em geral, e a mobilidade académica, em particular. Atualmente reforça-se o debate tanto nas Instituições Académicas como nas Instituições Comunitárias sobre o futuro do Programa Erasmus+. Este debate é paralelo à reflexão nos estudos científicos sobre a evolução da Identidade Europeia.

Com base no problema escolhido, fomos confrontados com algumas questões prévias tais como: Que Teoria das Relações Internacionais se enquadra melhor no âmbito desta

investigação? De que modo é relevante o Programa Erasmus+ enquanto fator estruturante da mobilidade académica, na UE? Qual a importância do Programa Erasmus+ e da mobilidade académica europeia no reforço da identidade europeia?

O nosso modelo de análise será construído em torno destas questões e de uma hipótese que iremos confirmar ou infirmar na conclusão deste trabalho:

Hipótese: a mobilidade académica europeia, em geral, e o Programa Erasmus+, em particular, ao catalisar o reforço da identidade europeia dos jovens universitários, contribuem para o aprofundamento da integração comunitária europeia.

A nossa problemática será construída em torno da difícil conceptualização de “Identidade Europeia”, conceito que ainda hoje não é consensual nos debates de Relações Internacionais. E a investigação será condicionada pela “lente” Funcionalista, sob a ótica de David Mitrany e do neofuncionalista Ernest B. Haas. Sendo um estudo que investiga o papel da participação de estudantes em programas de mobilidade e a sua relação com o desenvolvimento de uma opinião sobre a UE, ou seja, o papel da educação e das Instituições de Ensino Superior nas atitudes e/ou opiniões em relação à UE.

Como um dos principais objetivos do programa Erasmus+ é promover um sentimento de identidade europeia e de acordo com a revisão literária que realizamos ainda existem poucos estudos empíricos que investigaram esta temática, e que por sua vez são inconclusivos (Sigalas, 2010; Oborune, 2015; Van Mol, 2018; Tsoulakas, 2019) e em alguns casos contraditórios (Van Mol, 2009a e 2009b; Sigalas, 2006, 2009 e 2010; Mitchell, 2015).

Por isso, neste trabalho procuramos investigar as diferentes dimensões latentes dos vários conceitos envolvidos, bem como das dimensões que estão particularmente associadas a um período de mobilidade académica. As análises são baseadas em uma pesquisa *on-line* realizadas com estudantes do ensino superior.

Tendo por base as questões prévias escolhidas e que serviram de fio condutor à nossa investigação, dividimos este trabalho em três capítulos principais, seguindo o modelo clássico dos trabalhos académicos. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto teórico-conceitual que enquadra a problemática deste projeto de investigação. Desta forma, explicitamos as Teorias Funcionalista de David Mitrany e Neofuncionalista de Ernest B. Hass, destacando a sua relevância na explicação dos fatores e características do processo de criação das comunidades europeias, para posteriormente definirmos a Identidade Europeia.

O segundo capítulo procura constituir um contributo para o balanço e avaliação do Programa Erasmus+, enquanto ferramenta comunitária na promoção da mobilidade académica, e por extensão, favorecendo o aprofundamento da UE, bem como a consolidação

da identidade europeia. Nesse contexto, realizaremos uma revisão de literatura com o objetivo de justificar a relação da mobilidade académica dentro da Europa no reforço da identidade europeia.

No terceiro capítulo apresentamos o nosso *case study* que procura demonstrar os principais resultados obtidos pelo inquérito realizado junto de alunos participantes no Programa Erasmus+ entre 2014 e 2020. Da análise dos resultados do inquérito realizado pretendemos avaliar a perceção dos estudantes de Erasmus sobre a identidade europeia. Igualmente procuramos apreender a importância da Europa nas representações mentais destes estudantes durante e após o intercâmbio académico Erasmus. Em suma, analisamos as perceções que os estudantes expressaram sobre o que é “ser europeu” e “ser cidadão europeu”, conjugadas com a experiência do Programa de intercâmbio académico Erasmus, ou seja, questionamos se se identificam com a Europa e com que Europa se identificam, assim como se se sentem cidadãos europeus.

Nesta investigação iremos adotar a metodologia científica habitualmente seguida nas Ciências Sociais, em geral e nas Relações Internacionais em particular, nomeadamente com o recurso a ferramentas e metodologia de natureza exploratória conjugando diversos contributos metodológicos – quantitativo e qualitativo –, dando primazia à abordagem qualitativa. Assim, este trabalho privilegiou como técnicas de recolha de informação a realização de um inquérito, por questionário e consulta de dados publicados em bibliografia e em fontes oficiais, nacionais e europeias relativas ao Programa Erasmus+. Realizamos, ainda, algumas entrevistas com individualidades ligadas à mobilidade académica, na UE.

Com a revisão da literatura e a delimitação do Estado da Arte, pretendemos preencher algumas lacunas reveladas em estudos académicos anteriores, o que legitima a escolha das questões de partida deste trabalho.

Deve notar-se que os estudos relacionados com o papel da mobilidade académica no desenvolvimento da identidade europeia, são importantes para mostrar como as políticas de internacionalização do ensino superior funcionam no contexto europeu e influenciam a construção e desenvolvimento da identidade europeia, uma vez que um dos principais obstáculos que as políticas da UE tem enfrentado consistentemente são a perda de comprometimento dos cidadãos com as suas instituições e o aumento da desconfiança no seu sistema governamental, devido à complexa arquitetura institucional da UE que têm vindo a afetar o sentimento de pertença dos cidadãos a uma união política e o crescimento da identidade europeia.

Perante a afirmação acima, este estudo procura demonstrar a relevância do Programa Erasmus+ como uma política da UE que incentiva e fomenta a aquisição de interesses cosmopolitas a nível individual, ao criar oportunidades de promoção e abertura em relação a outras culturas, valores e experiências.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

Este capítulo, como o nome indica, destina-se a enquadrar teoricamente as conclusões a que chegamos na nossa investigação, nomeadamente ao nível empírico pela realização do inquérito e de entrevistas.

Desta forma, vamos traçar uma breve definição sobre as Teorias Funcionalista e Neofuncionalista, que elegemos como “lente” teórica neste trabalho, com o objetivo de interpretar as Teorias explicativas que enquadram e caracterizam o fenómeno da integração europeia comunitária. Assim, tentaremos confirmar através das “lentes” Funcionalista e Neofuncionalista das Relações Internacionais que estão por trás de todo o processo de construção e integração europeia e como a partir delas se estabeleceu um modelo de governo internacional que responde às necessidades dos paradigmas supracitados.

Adicionalmente, com o principal objetivo de compreender melhor a integração europeia, vamos analisar as várias dimensões da identidade para culminarmos no estudo sobre a identidade europeia.

Perante o panorama epistemológico e conceptual das Teorias das Relações Internacionais, fomos confrontados por vários trabalhos de investigação cujo objetivo consiste em definir o conceito das Teorias Funcionalista e Neofuncionalista.

Neste sentido e de acordo com leituras prévias no âmbito da temática das principais Teorias das Relações Internacionais, após realizarmos a leitura de diversos textos, constatamos ser de uma enorme utilidade a análise das orientações conceptuais da Teoria ou Abordagem Funcionalista, devido ao seu papel fundamental no âmbito do estudo, não só da integração internacional, mas também das Relações Internacionais (Rosamond, 2000: 31), uma vez que os principais objetivos desta Teoria constituíram um estímulo colossal, na esfera internacional, face ao poder político centrado no Estado, que ao longo da nossa investigação iremos analisar e interpretar. Resumidamente, o funcionalismo é construído na direção oposta do ideal do Estado soberano, pois foca-se nas necessidades dos indivíduos e nas relações interpessoais ao procurar ajudar quando atende às necessidades dos seres humanos (Theiler, 2022: 315).

De referir também que no estudo das Relações Internacionais, a Teoria Funcionalista está profundamente vinculada à génese da Teoria Neofuncionalista (Rosamond, 2000: 38-39), uma vez que a ligação entre ambas decorre na medida em que os neofuncionalistas aceitam amplamente a noção de evolução gradual da cooperação internacional da Teoria de Mitrany, no entanto, focam-se numa investigação muito mais sistematicamente, ao ponto de

desenvolverem um novo conceito (*spillover*) que ao contrário da primeira Teoria, projeta a integração com o objetivo de produzir uma entidade territorial em aliança, ou seja um género de um estado supranacional (Theiler, 2022: 315).

1.1. Teoria Funcionalista

Com base nos trabalhos desenvolvidos por David Mitrany (1888-1975) (Schwok, 2005: 42) durante o intervalo das duas Grandes Guerras Mundiais, mais concretamente em meados de 1930, autor da obra clássica *A Working Peace System* (1943), surge uma das Teorias originais sobre o processo de integração, proveniente do legado liberal idealista (Schwok, 2005: 41), que apresentou as primeiras diretrizes para um melhor entendimento sobre o hipotético cenário do fenómeno da integração (Dougherty e Pfaltzgraff, 2005: 605). Mitrany combina as vertentes do utilitarismo, as origens do liberalismo de reciprocidade e do pluralismo britânico num projeto ambicioso para a reorganização do sistema internacional. Uma Teoria das Relações Internacionais composta por elementos analíticos e normativos, que consiste num projeto que reflete o papel vitalício de Mitrany como cientista social e defensor político (Theiler, 2022: 314).

A génese da Teoria, intitulada por alguns autores de doutrina Funcionalista da cooperação internacional (Fernandes, 1991: 257), é desenvolvida nas críticas de Mitrany, como seu 'fundador' e expoente mais influente (Theiler, 2022: 313) sobre o Estado-Nação. É também relevante referir que o autor é apologista do sistema de órgãos internacionais funcionais, com a transição sucessiva de determinadas funções e competências de carácter técnico, social e económico dos Estados para agências (Sande, 2000: 26) de natureza intergovernamental e com competência de intervenção limitada.

O lema desta Teoria, de acordo com Mitrany, está na afirmação de que a forma seguia a função (Arenal, 2007: 175). O que significa que os Estados não resolviam determinados assuntos económicos e sociais significativos em virtude do carácter autoritário da delimitação territorial destes, e com base nesta condição entendia-se que para a conquista da paz nas relações internacionais a cooperação de certos serviços funcionais técnicos e económicos era fundamental (Fernandes, 1991: 258). Neste contexto, Mitrany apresenta a ideia basilar de que para sanar os contratemplos plasmados acima, as Organizações Internacionais teriam de se apoiar numa função e não no território (Mello, 2000: 105). Assim, é relevante argumentar que o argumento de que a evolução social e a inovação técnica geram uma diferenciação

contínua de necessidades, papéis e funções e, assim, tornam os indivíduos mais interdependentes. Tanto para Mitrany quanto para muitos funcionalistas, a diferenciação e a interdependência definem a lógica pela qual as instituições sociais se devem adaptar (Theiler, 2022: 315).

Referimos também que esta Teoria tem como principal objetivo o estudo dos aspetos económicos do processo de integração (Ramos e Maior, 2007: 105). Desta forma, para o funcionalismo a matriz do debate sobre a integração foca-se essencialmente nos fatores económicos e coloca em segundo plano ou tenta mesmo desassociar-se dos aspetos sociais e políticos.

Com a evolução desta Teoria, emergiu uma outra cujo conceito é o de Ramificação, que adota a ideia de que a integração dos Estados pode ser otimizada através da ramificação por setores. Desta forma, a prosperidade do processo de integração num certo setor iria influenciar os relacionamentos entre Estados e expandir-se para outros setores. O funcionalismo apoiava um profundo fortalecimento das relações entre os Estados cooperantes sempre que as esferas (setores) de integração dos Estados se expandissem (Dougherty e Pfaltzgraff, 2005: 650). Ou seja, as pessoas são mais capazes de cooperar em áreas que as afetam diretamente e nas quais compartilham conhecimentos e essa cooperação pode evoluir organicamente e sem uma coordenação central (Estado) (Theiler, 2022: 315).

O período em que Mitrany trabalhou os princípios da Teoria Funcionalista, esta influenciou diretamente o desenvolvimento de duras críticas aos Estados soberanos (Schwok, 2005: 42), nomeadamente nos assuntos relacionados com a prevenção da guerra, pois como era dada demasiada importância ao enaltecimento dos Estados, a cooperação, no domínio das Relações Internacionais, era totalmente suprimida.

Outras ideias basilares da Teoria Funcionalista que nasceram, como acima referimos, no contexto do período entre guerras, foram, a busca da paz universal (Rosamond, 2000: 32) argumento que foi elaborado por Mitrany com uma enorme dedicação na sua principal obra *A Working Peace System* na qual, o autor vai além da união na europa, uma vez que a sua meta é a união mundial (Fernandes, 2006: 148) e a conquista da paz no mundo, menosprezando a soberania dos Estados. Assim, afirmamos que o autor era favorável à supressão da guerra através da cooperação económica e social, pois defendia que era a forma de frutificar e fortalecer as comunidades além-fronteiras (Nye, 2002: 262).

Mitrany alegava que era fulcral delegar progressivamente o poder de determinados cargos dos Estados soberanos a Organizações Internacionais (OI) com competências sobre setores funcionalmente específicos para se alcançar a paz, pois já havia verificado que dentro

dos estados (liberais), os padrões de associação e cooperação voluntária eram evidentes e maduros, logo estavam preparados para se expandirem funcionalmente através de setores dotados de certas competências políticas, sociais e económicas. Pois esses Estados eram constituídos não por “povos” ou “sociedades” singulares, mas por um “complexo de associações mantidas juntas pela vontade de seus membros” (Theiler, 2022: 315). A Teoria enfatiza o papel dos setores especialistas na identificação do problema e os meios para sua resolução, a sequência progressiva de esforços para realizá-la e o processo de aprendizagem com base na experiência de aplicar o método a outras áreas problemáticas (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 3).

No decorrer da nossa investigação sobre a Teoria Funcionalista e com base nos conceitos apresentados acima, consideramos pertinente mencionar o facto da soberania nacional dos Estados ter sido altamente desvalorizada perante o aparecimento da Teoria Funcionalista, que espolia o processo de integração (Ramos e Maior, 2007: 104).

Para Mitrany o problema foca-se *status quo* centrado no Estado, visto que o autor constata uma enorme incompatibilidade entre as necessidades humanas em evolução e a rigidez institucional e territorial do Estado. Se as necessidades se estão a tornar cada vez mais diferenciadas e interdependentes, mas os Estados permanecem limitados e as suas Instituições estáticas e imutáveis, a capacidade dos Estados de atenderem às necessidades dos cidadãos diminui constantemente e progressivamente (Theiler, 2022: 315).

Nos objetivos da Teoria Funcionalista não é sugerida a diminuição das soberanias nacionais, mas apenas a sua desvalorização, devido ao desenvolvimento gradual da cooperação internacional em áreas técnicas, uma vez que era demasiadamente engrandecida sobretudo no tempo das duas grandes guerras mundiais. Desta forma, a organização institucional do Estado manter-se-ia apesar da alteração na configuração da sua capacidade como inimigo (Nye, 2002: 262-263). A Teoria Funcionalista defende novos ajustes institucionais que cresceriam organicamente para refletir necessidades em evolução e os relacionamentos interdependentes, permanecendo sempre flexíveis (Theiler, 2022: 315).

Apesar da enorme relevância da Teoria Funcionalista, perante o processo de integração o facto de grande parte das suas características serem universalistas dificulta o apropriado entendimento do fenómeno dos acontecimentos na Europa, nomeadamente na formação da Comunidade Europeia. Desta forma, este modelo de análise demonstrou ser incapaz de fundamentar a integração que estava a surgir na ordem mundial (Nye, 2002: 263). Por esta razão, sentimos necessidade de estudar a Teoria Neofuncionalista com o principal

objetivo de considerar outros conceitos relevantes, nomeadamente a nível nacional e supranacional (Pinto, 2007: 96).

O funcionalismo continua a ser uma Teoria das Relações Internacionais frequentemente citado nos estudos sobre a integração de comunidades internacionais, uma vez que se foca na reorganização do sistema internacional (Theiler, 2022: 313).

No entanto, é relevante salientar que desde o período a seguir à I Guerra Mundial, que Jean Monnet, que se destacava no contexto internacional, já argumentava com base nos estudos em novas e arrojadas formas de evitar os conflitos a nível mundial, que a tradicional cooperação entre Estados não era suficiente, visto que os interesses das soberanias nacionais se sobrepõem sempre. Desta forma, as vulnerabilidades de relacionamento entre os Estados europeus iriam sempre persistir (Quadros, 2016: 9).

Com o objetivo de ultrapassar a situação indicada acima, o autor sugere a fundação de uma Federação Europeia, assente no seguinte pilar: um interesse comunitário de alto nível para instituir um grupo extremamente unido e coeso. Este princípio colocaria totalmente de parte os valores da soberania nacional e os seus próprios interesses (Quadros, 2016: 8). Desta forma, o objetivo consistiu em considerar a UE como uma instituição ou entidade que representa um sistema de governo que as pessoas podem apoiar ou ser contra as suas políticas (Öz e Praag, 2022: 3).

O processo de tréguas das relações internacionais na Europa, numa primeira fase, consistiu em tranquilizar o relacionamento entre as duas grandes potências europeias da época, a França e a Alemanha (Neme, 1994: 5). Sendo importante referir que de 1870 até 1945 foram Estados predominantemente rivais.

Apesar da ideia de uma Europa unida remontar à Idade Média é após a Segunda Guerra Mundial, que a ideia de integração da Europa começa a ganhar expressão por meio de muitas figuras importantes de diferentes países europeus (Öz e Praag, 2022: 5).

Assim, em debate com a investigadora Raquel Patrício foi através das relações em eixo (relação excepcional instituída entre duas potências) que a paz na Europa foi conquistada. Desta forma, o ponto de partida para a reconciliação e a cooperação franco-alemã foi o Tratado de Paris (1951), que findou com as adversidades referentes ao Sarre, Ruhr e à Alsácia-Lorena e que permitiu o desenvolvimento de estruturas supranacionais que supervisionavam a produção do carvão e do aço, desta forma, entrar em confronto deixou de ser uma opção. Este tratado foi o primeiro passo para a integração europeia (Patrício, 2003: 5-6).

Verificamos a influência do Funcionalismo em Monnet, uma vez que o seu discurso tanto em relação à luta pela paz como à integração da Europa oscilou da aplicação imediata e imperativa da integração para o sistema funcional, que defendia a expansão da integração de forma progressiva e por setores (Quadros, 2016: 9).

Monnet em 1950 para dar seguimento aos seus trabalhos, aconselhou (Quadros, 2013: 37) Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, a apresentar o Plano Schuman (Serra, 1999: 42) que de forma resumida propunha que toda a produção de carvão e de aço (Quadros, 2016: 9) estivesse sobre a administração de uma jurisdição comum. É também relevante referir que, este plano de modernização já agregava os principais aspetos do projeto que culminaria na génese da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A CECA nasce com a assinatura do Tratado de Paris, em 23 de julho de 1951, e é composta pelos seguintes países: República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Entra em vigor um ano depois (1952), tornando o mercado comum do carvão e do aço uma realidade.

Perante os acontecimentos, afirmamos que o Plano Schuman foi um teste pioneiro no âmbito da temática da união entre Estados europeus, sustentado na Teoria da integração funcional (Cunha, 2006: 17), cujo objetivo consistia em sucessivas integrações adotadas por frações de setores específicos, em vez de procurar estimular a integração de forma iminente. O Plano estabeleceu um sistema completamente inovador na esfera das Relações Internacionais (Fontaine, 1998: 20 a), ao estabelecer a transferência de forma natural e gradual a soberania dos Estados implicados para determinados setores cruciais, com vista exclusiva nos interesses das instituições comunitárias e autónomas dos Estados, que eram consideradas como a máquina impulsionadora da união da Europa pós-guerra.

Fundada com base em pressupostos defendidos pelo paradigma teórico funcionalista, a integração europeia concretizou-se através da institucionalização de um órgão comum a todos os Estados-Membros (Cunha, 2006: 17). Foi-lhe atribuída uma Alta Autoridade, colocando-a no topo da hierarquia relativamente aos Estados-membros e concedendo-lhe autonomia e poderes significativos de gestão e regulamentação do mercado de carvão e do aço, por meio do paradigma de supranacionalidade projetado pela Teoria Funcionalista (Quadros, 2013: 38).

Assim, a CECA consistiu numa experiência preambular de união funcional da Europa (Cunha, 2004: 47). De acordo com a Teoria Funcionalista, a CECA foi o projeto pioneiro com base no processo de setorização elaborado por Mitrany, que conduziria a Europa a conquistar elevados níveis de integração.

Em termos de organização, a CECA foi composta com base numa estrutura supranacional, com uma autoridade exclusiva, a Alta Autoridade, com um Conselho de Ministros, e com uma Assembleia dotada de poderes não só de consulta, mas também políticos (Verrilli e Minieri, 1999: 6).

Em meados de 1952, de forma paralela à integração na esfera da economia, a “lente” Funcionalista consegue também alcançar a integração militar da Europa, uma vez que, para além da evolução da supranacionalidade, dá-se relevo à prevenção nacionalista (Serra, 1999: 42) em termos de segurança. Neste contexto os seis países membros da CECA, estabeleceram, através um novo tratado, a Comunidade Europeia de Defesa (CED) (Quadros, 2016: 10), com o principal objetivo, não só de dar resposta ao rearmamento alemão (Neme, 1994: 6-7), mas também de constituir um exército europeu comum (Vallée, 1983: 11). Esta organização seguiria as bases da supranacionalidade, ou seja, os seus órgãos seriam dotados de poderes totais relativamente às forças armadas (Casadio, 1991: 90).

Mais tarde é também projetada a ideia da criação de uma Comunidade Política Europeia (CPE), de natureza supranacional e inextinguível, dotada de personalidade jurídica, tal como uma Assembleia comunitária partilhada com a CECA e a CED. No entanto, à semelhança da CED, a CPE fracassou (Neme, 1994: 6).

Em resposta aos trabalhos desenvolvidos, em março de 1957 foram assinados em Roma dois tratados que institucionalizaram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEAA).

Perante todos estes factos, afirmamos que a Teoria Funcionalista teve uma enorme influência e importância quanto à génese do processo de integração europeu, visto ter sido o ponto de partida para a propagação do modelo supranacionalista, dando não só origem e um enorme estímulo aos projetos CECA, CED e CPE, mas também iniciando o percurso da integração europeia. Desta forma, de acordo com a “lente” funcionalista, os cidadãos vão apoiar a UE se considerarem que as políticas da UE lhes vão trazer inúmeras oportunidades tanto a nível pessoal como para os seus países (Öz e Praag, 2022: 3).

1.2. Teoria Neofuncionalista

O Neofuncionalismo advém diretamente da Teoria Funcionalista e destaca-se por ser uma das primeiras Teorias sobre a integração europeia (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 2). No entanto, e tal como o prefixo “neo” indica, consiste numa reformulação mais

atual, uma variante, da “lente” Funcionalista sobre o processo da integração internacional e da cooperação, no sentido de procurar preencher lacunas do trabalho desenvolvido pelos funcionalistas (Fernandes, 2006: 148), e demonstra que os avanços na tecnologia e a participação política dos cidadãos geram influências no sentido de os Estados cooperarem no seio das OI.

Esta Teoria surge no contexto pós II Guerra Mundial, desenvolve-se entre as décadas de 1950 e 1960 (Schwok, 2005: 50) e, durante este período, nasce a Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 (Fontaine, 1998: 23 a). Estes aspetos contextuais facilitaram a evolução do Neofuncionalismo, uma vez que os seus investigadores aproveitaram as vantagens de, não só estudar a nova comunidade, assim como compará-la com as anteriores para produzirem conceitos, entendimentos e pareceres com base na observação da atualidade e hipóteses concretas, publicando, portanto, teses com rigor científico (Schwok, 2005: 44).

Os trabalhos de Ernest B. Haas marcaram profundamente a Teoria Neofuncionalista, uma vez que se concentraram na elaboração de princípios/pressupostos sobre transferência de soberania das estruturas nacionais para as estruturas internacionais (Ramos e Maior, 2007: 104) e centrais (Camisão e Fernandes, 2005: 35), tal como defenderam que através das instituições centrais comunitárias, a integração económica favoreceria o êxito da integração política (Ramos e Maior, 2007: 105).

Desta forma, esta Teoria destaca o papel dos organismos centrais, ao reconhecê-los como decisores da trajetória a ser adotada pelos Estados Europeus no processo de integração. E consideramos relevante indicar que apesar de Haas ser o principal contribuidor teórico, foi Jean Monnet que colocou em prática as suas ideias (Troitiño, 2022: 2).

A partir de 1963, Leon Lindberg, concentra-se nos estudos da integração europeia, e por esta razão é considerado por uma grande maioria um entusiasta da escola Neofuncionalista ao pesquisar e divulgar a sua doutrina. Durante a sua investigação, que tinha como objetivo analisar detalhadamente todas as etapas do processo que sucedia na Europa, concluiu que a razão que despoletou a evolução da integração consistiu na incapacidade dos Estados de solucionarem determinados obstáculos, sendo importante referir que o objetivo não consistia em desvalorizar o prestígio dos Estados perante o exercício das instituições comunitárias (Fernandes, 1991: 262).

Os apologistas do Neofuncionalismo consideram a federação como a última opção a seguir. Porque a integração institui relações de reciprocidade entre os Estados e Instituições, que numa primeira fase progride apenas em áreas particulares e que posteriormente se vai

disseminando para outros domínios através de uma propagação por pressões funcionais (Cunha, 2006: 1053). Ou seja, o paradigma acrescenta a influência potencialmente autónoma dos atores e o papel emergente dos interesses organizados dentro dos Estados e das Instituições (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 3).

Haas apoiado na Teoria de pequena dimensão, que mencionamos anteriormente, a ramificação (Schwok, 2005: 44), elaborou um método expansivo que intitulou de *spillover* (Marques e Jesus, 2009: 63), no qual o processo de integração de forma progressiva e sequencial se vai acentuado (Quadros, 2013: 37), através da disseminação por setores ligados entre si. Ou seja, a integração implementada num setor conduziria, imperiosamente, a pressões técnicas resultantes da correlação, cada vez mais acentuada, dos setores.

Com base no raciocínio do *spillover*, o resultado final iria confluir na origem dos institutos supranacionais (Pinto, 2007: 96) com funções inerentes expansivas (Camisão e Fernandes, 2005: 33). As dimensões dos cargos, responsabilidades e poderes conferidos às instituições supranacionais teriam de ser equilibradas e refletir-se tanto no crescimento como no aprofundamento da integração efetiva. Este seria o método para considerar as instituições supranacionais centrais, com atribuição de funções de natureza expansiva, onde os resultados não estavam sujeitos às políticas de cada Estado-Membro (Camisão e Fernandes, 2005: 35).

Em suma, as instituições supranacionais, com o seu sistema basilar mais abrangente e bastante similar ao dos Estados, estariam numa posição superior e não intermédia. Do ponto de vista neofuncionalista é impossível separar os temas da crescente união entre Estados e do avanço do processo de integração, da contribuição fundamental por parte das instituições supranacionais (Moreira, 2016: 545).

Segundo a “lente” Neofuncionalista as decisões no âmbito da supranacionalidade passariam a ser da responsabilidade comunitária e não dos Estados. Isto implicaria a implementação de um processo de progressivo “desfazimento” (Fernandes, 1991: 263) das soberanias (Fernandes, 2006: 150). Este requisito, para os Neofuncionalistas significava a renovação de uma nova soberania com competências superiores.

O autor Haas com base no raciocínio expansivo do *spillover*, sistematizado por Mitrany, a partir de 1964 emprega-o com ligeiras alterações, ao defender que esta lógica não era preestabelecida ao êxito (Maltez, 2002: 267-268), visto ser um método vulnerável, onde existia a hipótese tanto de expansão como de retrocesso (Sande, 2000: 27). O autor entendia o *spillover* como uma probabilidade e não como uma prerrogativa. Isto demonstra que a Escola Neofuncionalista se interessava, acima de tudo, com investigações rigorosas sobre a evolução do processo de integração ao invés de apenas de se focar com a descrição da última

fase (Cunha, 2006: 1053). O processo de *spillover* de uma área política para outra e de um nível mais baixo para um nível mais alto de autoridade supranacional tornou-se o foco central da Teoria (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 4).

A visão de Haas subordinava o conceito de supranacionalidade à ideia de integração internacional, uma vez que o autor apenas entendia a integração entre Estados na condição de os agentes políticos delegarem responsabilidades, expectativas e compromissos políticos a um novo centro político supranacional. Adicionalmente, colocava também a hipótese de no futuro surgir um direito universal superior às jurisdições nacionais (Moreira, 2016: 545), não contemplando qualquer integração que transgredisse as regras supranacionais. Neste sentido, para a supranacionalidade, todas as decisões estariam única e exclusivamente ao nível comunitário.

O paradigma neofuncionalista passou por uma série de reformulações no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando a versão original de Ernst Haas foi reformulada e inclusive rejeitada pelo próprio autor como “obsoleta” (Haas 1976), e modificada por vários escritores como Philippe Schmitter, Leon Lindberg e Stuart Scheingold (todos estudantes da Haas). Os neofuncionalistas diferiram, por exemplo, no que diz respeito à compreensão do estado final da integração e se, ou em que medida, o comprometimento e identidades mudariam para o novo centro, ou seja, se criaria uma nacionalidade europeia abrangente e distinta (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 4).

Ao analisarmos o projeto da União Europeia, reconhecemos vários atributos específicos do paradigma neofuncionalista, uma vez que de acordo com a evolução na História, com o ressurgimento do processo de integração europeu em meados da década de 1980, o neofuncionalismo voltou à academia. Desde a década de 1990, vários esforços foram feitos para reformular e ampliar a abordagem original (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 3).

Destacamos o facto da estabilidade e equilíbrio da supranacionalidade da UE ter sido o agente determinante para a compreendermos como a representação mais significativa do processo de integração. Tal como referimos, outro atributo da Teoria, o direito comunitário, que a UE foi capaz não só de idealizar, mas também de pôr em prática. Pois no caso da integração europeia, os atores iniciais que são os Estados nacionais independentes e políticos ou as Instituições dotadas de poderes com motivação supranacional, o reconhecimento partilhado, que é um resultado inerente à interdependência, exige que os atores atuem coletivamente para resolver algum problema reconhecido mutuamente, ou seja, motiva a um esforço coletivo (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 3).

Também, mencionamos a Teoria do *spillover*, uma vez que o processo de integração, para chegar à estrutura supranacional atual da UE, constitui-se através da lógica do método de consolidação gradual.

Assim, consideramos que o ponto de partida da integração europeia deu-se por meio da CECA, em determinados setores da economia, e foi-se difundindo progressivamente para outros setores da mesma temática (Schwok, 2005: 59), evoluindo gradualmente e alcançando os restantes setores, nomeadamente os setores políticos e sociais, resultando no atual estado da UE. Por exemplo, numa Europa integrada, com a eliminação de limitações de mobilidade causadas pela fronteira nacionais, as pessoas podem encontrar mais oportunidades de trabalho, ou tornar-se mais independentes economicamente em diferentes países onde podem aplicar as suas habilidades e competências profissionais da melhor forma. Para além disso, as pessoas podem considerar que os seus países de origem podem beneficiar de diversas oportunidades devido ao mercado comum e às transferências fiscais da UE (Öz e Praag, 2022: 3).

Em termos de enquadramento do processo de integração, foi na década de 1960 que surgiram os primeiros entraves, visto que a Teoria Neofuncionalista não estava ajustada aos eventos flutuantes da referida integração, logo não estava a conseguir lidar com as dificuldades da mutabilidade. Assim o paradigma neofuncionalista, à semelhança da “lente” Funcionalista, torna-se incapaz de fundamentar o processo de integração europeu, relativamente aos acontecimentos decorridos na esfera internacional (Fernandes, 2006: 150-151).

Neste contexto, Hass, o pai desta Teoria, perante estes factos, assume que o neofuncionalismo tinha estagnado e já não conseguia explicar os fenómenos da atualidade relativamente ao processo de integração da Europa (Rosamond, 2000: 50). Contudo, ainda existem autores que se baseiam no neofuncionalismo e que argumentam que esta Teoria ainda explica processos da atualidade, considerando a relevância do paradigma do domínio das Relações Internacionais (Camisão e Fernandes, 2005: 36-37).

É relevante referir que os praticantes do neofuncionalismo sempre o consideraram um processo e não um resultado ou um estado final. Eles também admitem que o processo envolve a criação e expansão do papel de instituições distintas. Adicionalmente, a abordagem sempre foi “transformadora”, uma vez que se foca em mudanças tanto nas expectativas quanto nas atividades por parte dos atores que participam do processo (Niemann, Lefkofridi, Schmitter, 2019: 4).

A Teoria Neofuncionalista, desde a sua génese e ao longo da evolução do processo de integração, agregou diversos estudos e esteve presente na literatura através da defesa e aplicação dos seus conceitos, no entanto, quando esta se mostrou incapaz de analisar os processos mais atuais, foi criticada e abandonada (Sande, 2000: 28).

1.3. Identidade

A identidade é um conceito importante nas Ciências Sociais e Humanas, amplamente utilizado por sociólogos, psicólogos, economistas, cientistas, políticos, filósofos e outros académicos, bem como jornalistas e formuladores de políticas. Os investigadores sociais utilizam este conceito para manifestar as formas como pensamos sobre nós mesmos e como os outros pensam sobre nós. Tal como identifica aqueles com quem nos vemos como semelhantes, bem como aqueles com quem nos vemos como diferentes (Brenner, Stets, Serpe, 2021: 1).

Assim e em debate com Pfetsch, consideramos que para definir o termo identidade existem várias áreas a serem consideradas, nomeadamente, “histórica (nacionalismo), sociológica-cultural (consciência coletiva e pertencimento), filosófica (o ser-uno) e geográfica (fronteiras)” (Pfetsch, 2001: 96). De acordo com esta linha de pensamento, os investigadores Font e Rufí confirmam que para além de características como sexo e ancestralidade é vital incluir, na análise do conceito de identidade, dimensões geográficas e culturais (Font e Rufí, 2006 38-40). Ainda, sobre a afirmação acima no âmbito da identidade, Calhoun refere o nacionalismo, uma vez que no domínio da política é bastante referido e utilizado como ferramenta hostil¹ (Pamplona e Doyle, 2008: 39). Pamplona define o nacionalismo como “‘sentimento de identidade coletiva’, ou de entendimento comum e partilha de valores, experimentado entre pessoas que (...) talvez nunca se encontrem ou se conheçam, mas estão persuadidas de que pertencem todas a uma dada ‘comunidade de espíritos irmanados’” (Pamplona, 2008: 187-188).

Assim, a identidade é um conceito de comparação que confronta o “eu” relativamente aos “outros” e resulta em vivências comuns ao longo do tempo e do espaço. De acordo com Soares, Heródoto de Halicarnasso, importante historiador grego do século V a.C. (antes de Cristo), dedicou-se ao estudo da identidade e suscitou algumas questões não só a nível espacial, mas também no plano da dinâmica e até mesmo da espécie (Soares, 2005: 59-66).

¹ Alerta Craig Calhoun que o nacionalismo é “verdadeiro e poderoso”.

A questão espacial está relacionada com o facto da identidade do herói ser contemplada de superioridade universal ou mudar entre espaços. Ao nível da dinâmica, o autor procura averiguar se a identidade do herói se encontra na receptividade ou nas normas e no rigor adotados em prol da comunidade e da contemporaneidade. Por fim, quanto ao tema da espécie, a dúvida permanece quanto à existência do pluri-heroísmo (Caetano, 2020: 247).

Heródoto coloca sempre questões em torno do herói, por ser, classicamente, o indivíduo que suscita perplexidade aos restantes, pelos feitos épicos que põe em prática. Ou seja, o herói na mitologia grega é distinto do sujeito comum (Soares, 2005: 59-66). Atualmente esta representação pode ser aplicada ao plano político através da figura do “bom aluno”, caso os restantes membros da sociedade o considerem dotado de excelência.

De acordo com Caetano, a representação do herói é oportuna e eficaz em termos sociais quando o mérito tem o poder de influenciar outros seres humanos. Desta forma, o herói institui um vínculo com o indivíduo comum quando as suas vivências se repercutem nos demais. O efeito do vínculo consiste no reconhecimento de uma atividade particular por parte de um grupo que a assume como modelo de identidade e que compartilha rotineiramente (Caetano, 2020: 243-264).

Na perspetiva histórica, do período da Antiguidade clássica, o herói grego era o modelo de bravura para os bárbaros, pois influenciou a sua estrutura política. Apenas alguns anos mais tarde é que referências como Jesus Cristo e os santos cristãos passaram a ser abrangidos como exemplos a seguir (Caetano, 2020: 243-264).

Já no século XX o rumo da identidade é altamente ramificado uma vez que segue diversos sentidos. Na Europa do Leste os heróis descenderam de figuras nacionais que por norma eram personalidades incógnitas para o Ocidente. Exemplo contrário desta afirmação é Gorbachov, estadista, último Presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Prémio Nobel da Paz, cuja notoriedade é maior a nível internacional. No caso do Ocidente foi através da difusão de movimentos artísticos e culturais, bastante heterogéneos, que os heróis marcaram a sua influência e prestígio.

Atualmente, a noção de identidade é interpretada em conformidade com os atos e contextos vivenciados pelo cidadão ou pela sociedade, uma vez que os padrões que se aplicam aos casos individuais são distintos dos coletivos (Caetano, 2020: 243-264). Em suma, a identidade consiste num processo dinâmico, que reflete processos de identificação que são úteis para os indivíduos ordenarem a realidade social e podem ser considerados específicos tanto no tempo e como no contexto. Assim no decorrer das suas relações sociais,

os indivíduos posicionam-se em relação à sua realidade social e à sociedade envolvente (Mol, 2022: 26).

De acordo com Ribeiro, a definição de identidade provém da sociologia que procura não só definir o “eu” no amago da sociedade, mas também desconstruir e interpretar escrupulosamente o corpo social em detrimento do indivíduo (Ribeiro, 2011: 38). O “eu” é reflexivo na medida em que pode tomar a si mesmo como um objeto e pode categorizar, classificar ou nomear a si mesmo de maneiras particulares em relação a outras categorias ou classificações sociais (Stets, Burke, 2000: 224).

Em 1970, Lévi-Strauss enfatiza a natureza teórica do conceito de identidade com a seguinte afirmação “a identidade é uma espécie de foyer virtual ao qual nos é indispensável fazer referência para explicar um certo número de coisas, mas não tem uma existência real”, visto que “toda a utilização da noção de identidade começa por uma crítica dessa noção” (Lévi-Strauss, 1997: 10).

Desta forma, refletir sobre a identidade, atualmente, requer que diversos elementos sejam considerados para que sua a definição transmita uma análise transparente e mais perceptível. Assim, em debate com Ribeiro, é importante contemplar não só o sujeito, mas também a comunidade, tal como o entendimento deste(s) sobre a pertença e empatia, visto que são aspetos que ajudam a delimitar e definir a noção de identidade. Este conceito é influenciado por uma série de movimentos, não só os de unificação e integração, como de exclusão e objeção. O compromisso e a identificação com a identidade são maiores quando a comunidade é mais reservada e restrita (Guiddens: 1992: 33).

Contudo, atualmente, o desequilíbrio da organização social e as constantes ações em prol da sua instituição e estabelecimento resultam em identidades multifacetadas e diversificadas, e assim de acordo com Hall “as identidades nunca são unificadas, e nos tempos modernos, cada vez mais são fragmentadas e fracturadas; não são singulares, mas construídas multiplamente através de diferentes discursos, práticas e posições, muitas vezes antagónicas e concorrentes. Elas são sujeitas a uma historização radical e estão constantemente em processo de transformação e mudança” (Hall, 1996: 1-17).

Para Gatti a era moderna possibilitou, dependendo dos contextos e circunstâncias, que uma identidade previamente consolidada possa originar outra (Gatti, 2003: 87-109). De acordo com a afirmação anterior, verificamos que o conceito de identidade é flexível e maleável, visto que se edifica através de sistemas com base na repetição em ambientes que estimulam e incentivam ao sentido de pertença e união e promovem atividades de integração, partilha e sentido de envolvimento na vida prática da comunidade (Ribeiro: 2011: 41).

Assim, Bourdieu afirma que “o poder de agir sobre o real, agindo sobre a representação do real” (Bourdieu, 1982: 59). Ou seja, os indivíduos não são simplesmente uma identidade, nem possuem uma única identidade. Em vez disso, as pessoas mantêm e encenam muitas identidades (Brenner, Stets, Serpe, 2021: 2).

Em suma, são inúmeras as vezes que as caracterizações de identidade diferem porque não existe um acordo mútuo entre as diversas áreas do conhecimento sobre como pensar sobre identidades, ou seja, os cientistas políticos descrevem as identidades relativamente às afiliações e orientações políticas (Egan, 2020: 703), os psicólogos analisam primordialmente em termos dos grupos aos quais os indivíduos pertencem e aqueles aos quais eles não pertencem, os economistas entendem as identidades como marcas que ligam os consumidores às suas escolhas no mercado (Davis, 2020: 7), a grande maioria dos sociólogos usam o termo identidade quando estudam a raça/etnia, a classe e o gênero e as suas ligações e cruzamento, com o objetivo não só de classificar como de distinguir. No entanto as divergências na conceitualização variam consoante os objetivos de cada estudo, contudo todas as definições requerem de uma visão clara, sistemática e de uma compreensão completa sobre o que é uma identidade, sendo de extrema relevância demonstrar a sua esfera de ação dentro do eu e perante diferentes situações, e que implicações isso tem para o eu e a sociedade ao longo do tempo (Brenner, Stets, Serpe, 2021: 1).

1.3.1. Identidade europeia

Retratar a identidade europeia é uma tarefa hercúlea, uma vez que os seus critérios ainda se encontram por definir. Neste sentido, ainda é um conceito vago pois, apesar dos estudos científicos, não existe um consenso generalizado no âmbito desta temática. No entanto, o debate sobre as atitudes e opiniões dos cidadãos em relação à UE tem sido estudado na literatura e por exemplo alguns dos fatores propostos para esta investigação em relação à UE, consistem em observações de custo-benefício pessoal e nacional analisadas em relação aos valores culturais, pessoais e crenças com base na influência dos governos e políticas, da comunicação social, das elites sociais, entre outros (Öz e Praag, 2022: 1-2).

Outros autores analisam a geografia e as questões dos limites geográficos, a língua, a componente histórica e a economia, entre muitos outros que podem ser tidos em conta para a análise deste item. No plano da geografia e dos limites geográficos temos atualmente o exemplo da Turquia, país que se prolonga pelo continente asiático. Nas questões da língua,

apesar da inexistência de barreiras, não é suficiente empregar o mesmo idioma para integrar os cidadãos dos vários Estados-membro na mesma cultura política, económica e social. A componente histórica é altamente labiríntica e fragmentada.

Assim, a identidade europeia é um tema extraordinário e bastante controverso, uma vez que autores de diversas áreas do conhecimento a investigam, discutem e apresentam das mais variadas e complexas formas. Assim numa primeira abordagem podemos afirmar que, as pessoas quando procuram referir-se à identidade europeia analisam uma mistura de elementos cívicos, culturais e étnicos. Os elementos cívicos incluem os valores e direitos democráticos, os elementos culturais incluem a História e a linguagem comuns e a étnica, os elementos que incluem a ancestralidade e a herança religiosa (Mol, 2022: 65).

Podemos afirmar que não existe um “ser europeu” nativo, pois esta identidade implica a absorção do espólio de várias civilizações, nomeadamente a grega, a romana e o cristianismo, que constituem os pilares do “espírito europeu” (Rocha: 2017: 213) e que a Europa é uma “invenção cultural”, pois as tendências que influenciaram a identidade europeia, e que são as mesmas que talharam a sua sociedade, são as civilizações romana, gótica, bizantina, renascentista e barroca, todas elas espalhadas por todo o continente europeu e podem ser caracterizadas como europeias em vez de nacionais (Rocha: 2017: 214). A melhor forma de confirmar as manifestações culturais europeias e o seu cunho e estilo é através de monumentos marcadamente europeus em países fora da Europa, por se destacarem facilmente, ao serem imediatamente identificados pelo seu estilo europeu.

Ao longo da História foram surgindo definições, sobre a temática, que foram contribuindo para o seu desenvolvimento académico e científico. Por exemplo, Le Goff descreve o período entre o século V e XV como a fase de instituição de uma comunidade europeia, alicerçada num ambiente de feudalismo (Le Goff, 2008: 74-75).

Le Goff afirma que os líderes nacionalistas, desde a fundação dos seus partidos políticos, promovem a disseminação do ódio racial ao adulterarem a histórica com o principal propósito de dar continuidade aos valores etnocêntricos (Le Goff, 2008: 132-133). O autor complementa a afirmação indicando que os porta-vozes nacionalistas estão voltados para as multidões, fazendo uso de discursos de propaganda nacionalista e xenófoba. O seu objetivo é o de difundir, no meio de certos povos e culturas, ideias sobre o “cidadão utópico” com base em dados e factos históricos descritos de acordo com os seus próprios interesses e motivações políticas.

Passaram-se algumas décadas na Europa sem que houvesse manifestações nacionalistas e etnocêntricas. Contudo, na década de 1990 eclodem episódios de guerra nos

Balcãs com o objetivo de dividir a antiga República Federal Socialista da Jugoslávia e cuja essência política se baseia nas diferenças étnico-religiosas para exigir a posse de territórios, no fortalecimento do discurso da impossibilidade de convivência, chegando a levar ao extremo os ideais de extermínio de etnias (Wallerstein, 2007: 47).

Outro acontecimento que marcou a História europeia, e que vai contra o princípio da integração, foi o de “reivindicar, ainda que débil e melancolicamente, um futuro comum” (Judt, 2008: 741), que segundo Judt foi a unificação da Alemanha Ocidental com a Alemanha Oriental. Este acontecimento provocou um enorme desequilíbrio na organização política, económica e sociocultural e despertou alguma agitação e descontentamento entre os alemães, uma vez que os “ocidentais” e “orientais” eram governados de formas radicalmente distintas, principalmente a nível ideológico e económico. Assim, perante o sucedido e em debate com Castells, a extinção da divisão entre as duas Alemanhas, a República Federal Alemã (Ocidental e capitalista) e a República Democrática Alemã (Oriental e socialista), emergindo uma Alemanha unificada, suscitou uma onda de negativismo, na grande maioria dos cidadãos, contra os políticos e o Estado europeu (Castells, 2007: 400).

Para Geary esta unificação, com base no entendimento diferenciado que os alemães “ocidentais” os “ossi” e “orientais” os “wessi” tinham sobre si, motivou o reaparecimento de questões sobre cidadania e nação com base em considerações raciais (Geary, 2005: 15).

Apesar de a Alemanha ser o país mais comprometido com o progresso e o bem-estar da Europa integrada, ao longo dos anos estiveram sempre presentes acontecimentos e atitudes discriminatórias e de exclusão, por parte dos seus governantes, contra indivíduos de outras raças.

Em oposição, a França assume uma atitude de estímulo à igualdade em termos de identidade com base nos valores republicanos, dissociando a Igreja do Estado, proibindo o uso do véu islâmico em espaços públicos, ressaltando o seu uso nas áreas abertas ao culto (European Court of Human Rights, 2014).

Perante as afirmações acima, o tema da identidade filia a pessoa a um grupo e através das vivências em sociedade promove a comparação identitária entre todos (Font e Joan, 2006: 38-40). Assim, o autor Pfetsch descreve e sistematiza os diferentes graus de ligação com a identidade e afirma que o primeiro nível se constitui entre o indivíduo e a família (identidade pessoal/grupal), posteriormente pode abranger a comunidade através da política (identidade local/regional), o país (identidade nacional) e até mesmo a Europa (identidade europeia) (Pfetsch, 2001: 99). A identidade europeia pode ser também entendida através da

noção de grupo cujos valores, significados e princípios sejam comuns entre todos os indivíduos (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 80).

A identidade europeia encontra-se na base da pirâmide visto ser a menos consistente relativamente às identidades locais, regionais ou nacionais e como Castells afirma “se a identidade permanecer exclusivamente nacional, regional ou local, a integração europeia talvez não vá além dos limites de um mercado comum, paralelo às zonas de livre comércio constituídas em outras regiões do mundo. Em uma perspectiva de longo prazo, a unificação europeia requer uma identidade europeia. Todavia, a noção de identidade europeia é, na melhor das hipóteses, problemática” (Castells, 2007: 407).

Por exemplo de acordo com Mol o(s) significado(s) específico(s) atribuído(s) à Europa pode(m) ser ainda mais específico(s) de acordo com a respetiva pessoa e/ou o local em que um indivíduo está situado. É até altamente plausível que quando os indivíduos usam a mesma palavra, 'Europa', eles podem estar a referir-se a múltiplos e diferentes conceituações. Para alguns, a Europa pode apontar para o cristianismo e, assim, recebe uma conotação predominantemente religiosa, enquanto para outros a Europa pode equiparar-se com a entidade política da UE. Noutras palavras, existem vários, e possivelmente até mesmo sobreposições dos significados que os indivíduos atribuem à Europa, e esses significados provavelmente influenciam as respostas dos indivíduos quanto às questões de identificação e pertença (Mol, 2022: 65).

Para Castells a identidade europeia é uma realidade e os seus elementos caracterizadores são os valores políticos de uma comunidade aberta e democrática. Adicionalmente, também defende que a grande predisposição para a utilização das novas tecnologias e das redes digitais sociais propicia a aproximação entre as pessoas e por consequência promove a proteção e difusão dos mesmos valores e padrões na estrutura política e social. Relativamente aos valores religiosos ou culturais para o autor não caracterizam a identidade europeia, pois ao contrário do que se espera, eles afastam e dividem os indivíduos em vez de os vincular e relacionar entre si. Em suma, a identidade europeia alicerça-se na determinação em ingressar pela opção comum na vida democrática (Castells, 2000: 181-187). Ao mesmo tempo, é um processo sociopolítico de adesão dos cidadãos ao espaço europeu ou à comunidade política desenhada pela integração (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 80).

Deparamo-nos com os estudos de Guardini sobre a identidade europeia e consideramos ser relevante mencionar as suas conclusões sobre a temática. Este autor, de acordo com Quintás, representa a corrente pós-moderna devido ao seu estilo contemporâneo

de sentir e refletir, ao compreender e interpretar os aspetos positivos da era moderna e por consequência distanciar-se do autoextermínio da guerra. Também é sagaz ao ponto de dotar de significado ideais como a liberdade e a confiança, dando-lhes configurações mais dominantes (Quintás, 1999).

Desta forma, para Guardini, a identidade europeia vai além dos valores culturais e económicos, visto que o seu papel primordial é o de dotar a humanidade de poder (Waanders, 2014: 53-61). Em 1962, no discurso intitulado “Europa, realidade e tarefa” que apresentou durante a cerimónia de entrega do prémio Erasmo de melhor humanista europeu, que decorreu em Bruxelas, Guardini expôs uma mensagem que nos dias de hoje se mantém atual, afirmando que “A Europa criou, durante séculos, uma magnífica cultura do poder; agora, tem a tarefa de criar uma cultura de serviço” e reforçou a ideia “Que nenhum europeu tenha medo da palavra serviço, pois este tipo de serviço não avilta, não rebaixa; eleva, dignifica a um e a outro: ao que presta o serviço e ao que aceita esse serviço, colocando-nos em atitude de solidariedade” (Guardini, 1962: 253-270).

Já para Ribeiro, a explicação para a identidade europeia depende do entendimento político, sociológico e filosófico que tem vindo a crescer nos últimos anos (Ribeiro, 2011: 41). Desta forma, afirmamos que a identificação dos jovens com a União Europeia é mensurável através do seu potencial de desencadear ações cívicas e políticas, que vão desde o ato mais tradicional (participação em futuras eleições) ao envolvimento político não convencional (apoiar petições sobre questões relacionadas com a UE, participar em manifestações e marchas, realizar protestos ou ocupações simbólicas) e ao comprometimento e empatia (debater tópicos relacionados com a UE em ambientes sociais, difundir ou comentar conteúdos sobre os assuntos da UE nas redes sociais) (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 80).

Em contrapartida em debate com Strath “a história de uma identidade europeia é a história de um conceito e de um discurso. A identidade europeia é uma abstração e ficção sem dimensões essenciais. (...) A intensificação da integração europeia tem sido acompanhada de crescente pesquisa académica e política acerca das raízes da europeidade na História, religião, ciência e cultura. (...) Os sentidos da Europa são um discurso de poder sobre como definir e classificar a Europa, sobre as suas fronteiras, similaridades e diferenças. A ideia de Europa tornou-se, histórica e sociologicamente, uma ideia política e uma metáfora mobilizadora” (Strath, 2002: 388).

Assim, as ações que foram fundamentais para a promoção da identidade europeia, durante a implementação do projeto europeu, consistiram na assinatura da declaração sobre

a identidade europeia, em dezembro de 1973, na Cimeira de Copenhaga, numa fase em que os Estados-membro já eram nove, a saber: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Estes Estados-membro definiram oficialmente o conceito de identidade europeia através da seguinte expressão: “A variedade de culturas no âmbito de uma mesma civilização europeia, o apego a valores e princípios comuns, a afinidade entre concepções de vida, a consciência de possuir em comum interesses específicos e a determinação em participar na construção da Europa, dão à identidade europeia um caráter original e um dinamismo próprio” (artigo nº 3).

Analizamos alguns estudos sobre a identidade europeia e a mobilidade académica que abordam a crescente desilusão dos estudantes do ensino superior com a UE, uma vez que estes não se identificam com o projeto ao ponto de colocarem em causa a sua viabilidade porque o consideram bastante puramente teórico (Udrea, 2013: 17-35). Nestes casos as causas apresentadas para retratar esta visão pessimista sobre o futuro da UE e o desejo de que seu país deveria abandoná-la são, a instabilidade da situação económica, o desemprego, as mudanças climáticas, as tensões sociopolíticas e o próprio colapso da UE (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 81).

Em debate com Ribeiro, é com a Cimeira de Copenhaga que surgiram e foram difundidos diversos elementos simbólicos caracterizadores da cultura e identidade europeia, nomeadamente a bandeira, o hino, o dia da Europa, a moeda, a cidadania, o reconhecimento das cartas de condução dos Estados-membro, as matrículas dos carros, o uso do passaporte, o Ano Europeu e a Capital Europeia da Cultura. Todos eles fruto de um forte repto no sentido de conceber e edificar símbolos que fossem acolhidos e identificados pelos milhões de europeus (Delanty, 1998: 10). Desta forma, para além do legado cultural comum consolidado ao longo da História, que vem desde a antiguidade clássica e é continuado e fomentado através das basílicas góticas, universidades medievais, da era do iluminismo e de correntes ideológicas como o capitalismo e o imperialismo, sem esquecermos a ciência e o racionalismo, foram também criados os símbolos contemporâneos, que mencionamos anteriormente, para propagar, impulsionar e reforçar a identidade europeia.

Assim, atualmente, aos cidadãos de um Estado-membro da União Europeia (UE) são lhes proporcionadas diversas opções e oportunidades, no sentido de os vincular de forma simples e espontânea aos ideais de pertença e integração num vasto e desenvolvido território e a uma nacionalidade comum (Ribeiro, 2011, 42). Este processo de integração deve tratar-se de uma combinação e reunião de várias qualidades e elementos de pertença nacionais e europeus, pois em debate com Malmberg e Strath “os sentidos de nação estão inscritos nos

sentidos da Europa e os sentidos da Europa estão inscritos nos sentidos das nações” (Malmborg e Strath, 2002: 26). Strath salienta que equiparar a identidade europeia às identidades nacionais reduziria abruptamente ambas as noções, visto que a Europa proveio e é uma componente sempre presente da pátria, apesar de simultaneamente divergente e afastada da nação. Este afirma que “A Europa é ao mesmo tempo Nós e o Outro”. Concluindo, o entendimento sobre a Europa pode ser analisado tanto a nível interno como externo, pois o sentido de pertença não consiste na acumulação, mas sim na fusão entre o nacional e o europeu (Strath, 2002: 390).

Em 1992 é celebrado o Tratado da União Europeia, em Maastricht, com o objetivo de “afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum”. A assinatura do tratado mencionado acima contribuiu fortemente, não só para o aumento da integração europeia a nível político, económico e cultural, mas também no âmbito do desenvolvimento positivo das ideias pró-europeias/UE uma vez que foi transferida mais soberania nacional ao nível europeu a cada estado-membro (Öz e Praag, 2022: 2).

Os atos oficiais com o propósito de promover e desenvolver a identidade europeia consideram, normalmente, a aceitação e o respeito pelas identidades nacionais, visto ser vital preservar o multiculturalismo europeu, de modo que a UE progrida como uma “revolução cosmopolita silenciosa” (Gauchet, 2005: 501). Neste sentido, afirmamos que um nível mais elevado de conhecimento sobre questões e políticas da UE e a visão dos indivíduos de que esse conhecimento pode facilitar as suas ações como cidadãos competentes da UE, ou seja, a sua eficácia interna, são fundamentais para obter apoio para a UE (Tenenbaum, Fife-Schaw, Barrett, 2019: 114).

Assim, em debate com Ribeiro, o projeto europeu atinge os seus objetivos com a implementação dos símbolos, normas e padrões contemporâneos (Ribeiro, 2011: 45). Ou seja, a exposição ao europeísmo, aos seus símbolos e discursos identitários, são experiências são primordiais para fomentar a integração e a identidade europeia (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 81).

De acordo com Caetano, a UE deve submeter-se constantemente a experiências tangíveis e autênticas para que a sua trajetória, em busca da identidade europeia, adote e integre todas as medidas, princípios e valores que culminem em resoluções e deliberações cada vez mais eloquentes e categóricas (Caetano, 2020: 243-264). O autor também evidencia as fábulas da literatura tipicamente europeia como elementos-chave para a promoção da integração europeia, pois captam referências filosóficas, históricas e mitológicas,

nomeadamente através de expressões como: a casa comum europeia e a europa solidária, o bom aluno, o El Dourado, entre outros.

Assim, para refletir sobre a identidade europeia é imprescindível analisar os princípios da vida contemporânea, tendo sempre em conta as suas fronteiras e obstáculos, dando prioridade à veracidade dos acontecimentos observando atentamente o mundo tangível em oposição aos interesses do mundo intangível alicerçado unicamente em doutrinas complexas. Ricoeur foi um autor que nos seus estudos privilegiou as vivências e a realidade ao admitir a linguagem simbólica dos mitos como uma mais-valia durante o desenvolvimento da integração europeia, uma vez que afirma que foi o que motivou certos indivíduos a questionarem o progresso da modernidade através de regimes políticos e sociais (Portocarrero e Ricoeur, 2005: 31-42).

A ligação dos europeus à Europa, de acordo com Ribeiro, estabelece-se em três níveis e que são totalmente distintos daqueles que os vincula às suas nações de origem. Num primeiro plano focam-se no sentimento de pertença ao espaço cultural europeu, posteriormente nos princípios da sociedade e por fim no projeto de integração europeia que surgiu na segunda metade do século XX. Estes elementos, devido à sua contemporaneidade, necessitam de ser trabalhados, continuados e propagados entre os milhões de pessoas que vivem na Europa para se atingirem as metas de europeização das nações e consequente nacionalização da Europa (Ribeiro, 2011: 38).

Neste sentido e como Eder refere, a identidade europeia decorre da combinação de dois padrões de identificação: a relação cultural e histórica e o pacto político-cívico, ou seja, a articulação entre a identidade da sociedade com a identidade de integração europeia (Eder e Sphon, 2005: 3).

Os estudos sobre a integração europeia, a grande maioria das vezes, são baseados na experiência dos estudantes que participaram no Programa Erasmus+ e nos aspetos que contribuíram para a construção da identidade europeia, nomeadamente através contatos entre cidadãos de diferentes países que fomentaram o desenvolvimento de identidades coletivas (Öz e Praag, 2022: 6).

Perante o estudo realizado, verificamos que a identidade europeia deve ser observada através de um ponto de vista distinto em relação ao conceito comum de identidade, devido às suas características históricas, políticas, culturais e económicas singulares, e em debate com Ribeiro, a UE é um caso composto de diversos níveis profundos e heterogéneos que se conciliam e incorporam no sentido de fomentar o senso de integração nacional e europeia. Pois, na realidade, a população europeia, em geral, reconhece a existência de uma identidade

comum dupla, apesar de individualmente as assumirem através de entendimentos, porções e tempos distintos, ou seja, cada um assimila à sua maneira (Ribeiro, 2011: 43). Desta forma para fomentar a identidade europeia considera-se bastante relevante não só, comunicar através discursos políticos com mensagens positivas sobre a UE, utilizando termos como verde, sustentável, social, entre outros, mas também utilizar marcadores simbólicos associados a símbolos compartilhados de comunhão, como a bandeira, o hino ou a moeda europeia (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 81).

Eder confirma a complexidade da identidade europeia ao defender que já foram alcançadas com sucesso diversas metas, nomeadamente o mercado comum, a conquista da paz, a cidadania da UE e o estabelecimento da cultura europeia, que se pode descrever como a partilha da essência de comunidade com base na História e na fusão entre nacionalidades que resulta da multiculturalidade existente no continente europeu. No entanto, alerta para o facto de, apesar de este encontro propiciar uma grande adaptabilidade e harmonização entre os indivíduos, a identidade europeia é somente adotada de acordo com determinadas decisões que são influenciadas pelo tempo e espaço, ou seja, “qual a identidade colectiva mobilizada dependa da História que é escolhida para identificar as fronteiras de uma rede de relações sociais que liga os ‘europeus’” (Eder, 2009: 437).

A identidade europeia é caracterizada como um processo que apresenta um modelo complexo de diversas perspetivas organizado em múltiplos níveis (Eder, 2009: 442).

Em suma, a literatura existente neste sentido ainda é insuficiente, uma vez que os diversos estudos se focam na formação da identidade europeia como uma construção social na Europa baseada em identidades coletivas, pelo que também deveriam ser analisadas as atitudes pró-europeias, os seus atores, processos e instituições (Öz e Praag, 2022: 6), de forma a preencher as lacunas existentes na literatura na área das Relações Internacionais.

1.3.1.1. Perspetiva Histórica

A ideia de unir económica e politicamente o continente europeu é um sonho antigo (Fontaine, 1998: 9 b). Victor Hugo (1802-1885), escritor, estadista e ativista dos direitos humanos, já se referia aos Estados Unidos da Europa (Fontaine, 1998: 9b). Mais recentemente, em 1948, em Haia, no Congresso da Europa é sugerida a criação de uma Assembleia Constituinte Europeia (Fontaine, 1998: 9 b).

A iniciativa da construção europeia alicerça-se e institui-se, a partir da segunda guerra mundial, com base na visão dos Estados europeus de alcançarem metas comuns para inviabilizar uma nova guerra na Europa. Assim, em 1951, com o Tratado de Paris, nasce a CECA, o primeiro projeto europeu com poderes supranacionais, que preparou o caminho para a atual UE, uma vez que a ideia era integrar e gerir em comum o mercado de aço e carvão, dois importantes produtos que motivaram várias guerras e que teve, também, o mérito de no plano político estimular as boas relações franco-germânicas e no plano económico contribuir para a recuperação europeia ao facilitar a produção e as trocas do carvão e do aço, matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento industrial. Um projeto que consistiu num olhar visionário para o futuro, ao unir seis Estados fundadores, nomeadamente a Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, que no passado tinham combatido entre si, resultando, desta forma, na criação de uma comunidade com significado histórico e altamente revolucionário (Caetano, 2020: 243-264).

No seguimento da CECA celebra-se o Tratado da Comunidade Europeia (TCE) com o claro objetivo de definir em termos legais os direitos e deveres dos cidadãos que possuem a nacionalidade de um Estado-membro. Esta legislação é aceite e empregue a nível nacional em todos os Estados Membros (Santos e Silva, 2011: 15).

O período de transição do século XX para o século XXI ficou marcado pela assinatura do Tratado de Maastricht, que previa uma reestruturação económica e financeira a partir de 1993. O objetivo do acordo consistia em promover o desenvolvimento económico da Europa a vários níveis e, efetivamente, de acordo com Carneiro “2,5 milhões de novos postos de trabalho foram criados desde 1993, gerando uma riqueza adicional de mais de 800 bilhões de euros” (Carneiro, 2007: 87-88).

Após o ano 2000, em debate com Laqueur, os resultados previstos pelos países europeus ocidentais não foram atingidos na sua totalidade, ou seja, houve uma evolução moderada da qualidade de vida na Europa, ao contrário do estimado, visto que os objetivos estavam limitados a políticas económicas e financeiras (Laqueur, 2007: 25).

Assim, a visão ocidental de crescimento numa perspetiva económica, que ambicionava a moeda única, a extinção das fronteiras internas e a livre circulação dos cidadãos, segundo Le Goff era altamente restrita e apresentou diversas adversidades aos Estados da Comunidade pois “(...) a Europa não deve ser dominada somente pela economia, pelo dinheiro, pelos negócios, pelos interesses materiais. Ela deve ser uma Europa (...) mais justa que lute contra as desigualdades, contra o desemprego e a exclusão, males que os europeus não conseguirão eliminar senão juntos” (Le Goff, 2008: 166).

O estatuto de cidadania da União Europeia envolveu diversos direitos que se aplicam a todos os seus cidadãos, nomeadamente, a livre circulação, o direito à permanência no território dos Estados Membros, a participação ativa ou passiva nos atos eleitorais para o Parlamento Europeu e eleições autárquicas do Estado-membro de residência, implicando que as condições dos emigrantes fossem semelhantes às dos nacionais, direito a proteção diplomática no caso das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-membro estarem deslocadas do seu próprio território num país não membro da UE, oportunidade de apresentar reivindicações ao Parlamento Europeu e privilégio de assistência de um Provedor de Justiça indicado pelo Parlamento Europeu em episódios de má administração por parte das Instituições e órgãos comunitários, a possibilidade de comunicar com qualquer instituição ao órgão da UE numa das línguas dos Estados Membros, receber retorno na mesma língua e o direito de aceder aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, mediante certas condições. Contudo, é relevante referir que aos direitos estão associados os deveres, uma vez que existem sempre limites, medidas e condições que devem ser honradas (Santos e Silva, 2011: 15-16).

Outra questão bastante pertinente, no âmbito das limitações das políticas implementadas, com base no entendimento ocidentalizado sobre a Comunidade Europeia, consiste, segundo Hobsbawm, no facto de determinadas zonas do continente geográfico serem banidas. Exemplos desta afirmação são os casos dos obstáculos colocados à integração da Grécia e dos Estados que fizeram parte do Pacto de Varsóvia que eram totalmente desconsiderados no âmbito dos interesses económicos visto serem mais pobres e menos desenvolvidos (Judt, 2008: 738).

Desta forma, a Comunidade Europeia, devido ao seu tamanho reduzido e visão reducionista, considerava solucionadas as antigas questões do âmbito do nacionalismo, da competição económica e da pressão social.

Os movimentos armados problemáticos ativos estavam bastante enfraquecidos, cujo número de ataques era cada vez menor, os quais destacamos os grupos separatistas na Irlanda do Norte (*Irish Republican Army - IRA*), na Córsega (*Fronte di Liberazione Naziunale Corsu - FLNO*) e no norte de Espanha (*Euskadi Ta Askatasuna - ETA*), que por estarem, também, isolados geograficamente não apresentavam uma ameaça direta, as antigas organizações micronacionalistas no Tirol do Sul, na Bretanha e na Catalunha que integravam quase exclusivamente a cultura popular das regiões, à semelhança das rivalidades internas na Bélgica entre valões e flamengos que foram esmorecendo, ao passo que Bruxelas se consolidava como capital da Comunidade.

A situação da Inglaterra, em debate com Le Goff, é mais complexa, uma vez que foram necessários investimentos adicionais para apoiar os ingleses a “serem mais europeus” (Le Goff, 2008: 163). A postura cética dos ingleses em relação à sua integração no projeto da Comunidade Europeia implicou, por exemplo, a apresentação de uma proposta de cariz prático e funcional que garantia a sua interligação ao continente por França através do Eurotúnel. Desta forma os ingleses deixariam de estar isolados tanto a nível psicológico como geográfico (Judt, 2008: 745).

Destacamos, também, a vontade da Comunidade Europeia de abandonar definitivamente, após várias décadas, os vínculos económico e militar com os Estados Unidos da América (EUA) e de se declarar como uma aliada equivalente perante o cenário internacional.

A Europa, a partir de 1990, promoveu a ideia de que devido ao desmoronamento da Cortina de Ferro, ou seja, do fim da divisão da Europa em duas partes, a Oriental que estava sob o domínio político da União Soviética, oficialmente designada como União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), e a Ocidental que estava alinhada politicamente com os EUA, as questões ligadas do nacionalismo estavam extintas, uma vez que a Europa compreendia um único território regido por ideais democráticos e de defesa dos Direitos Humanos. A duração desta ideia foi bastante curta devido à desintegração da URSS que provocou uma nova mudança no contexto geopolítico da Europa. Diante deste cenário, a Rússia não fazia intenções de integrar a Comunidade Europeia e tal como Judt afirma “as autoridades russas mostravam-se mais interessadas em construir oleodutos e vender gás para a UE” (Judt, 2008: 751-752), e os próprios cidadãos russos, inclusive os que viviam em cidades ocidentais, nunca se assumiram como Europeus, pois de acordo com a declaração de Judt “quando viajavam para o oeste, diziam (a exemplo dos ingleses) que iam para a ‘Europa’” (Judt, 2008: 751-752). Adicionalmente, devido à fragmentação da URSS, novos Estados-Nação emergiram, advindo novamente políticas nacionalistas e atos de violência (Ferreira, Reis Filho e Zenha, 2008: 197).

Assim, assumimos que houve uma enorme mudança no contexto político europeu devido aos acontecimentos indicados acima, entre outros de menor impacto e dimensão, que resultaram no aumento do número de novos atores e de onde surgiu uma nova ordem que teria de ser reconsiderada, de modo a serem implementadas adaptações que estivessem de acordo com os ideais europeus (Judt, 2008: 739), ou seja, com base em valores de fraternidade, democracia, defesa dos Direitos Humanos e aliança para unir os seus cidadãos que devem participar ativamente por meio de atos condescendentes e laicos.

Com base na análise histórica da Europa, podemos retratar a sua trajetória através da bifurcação de direções que foram tomadas até metade do século XX, período a partir do qual as suas Organizações anunciaram uma Europa “unida na diversidade”² (Castells, 2007: 385) e avançaram rumo à criação e desenvolvimento do projeto europeu. Em debate com Hobsbawm, apesar da Europa ser uma obra em edificação constante, esta entidade existe desde o tempo da Grécia antiga (Hobsbawm, 2013: 234).

Le Goff interpreta a origem da palavra “Europa” de seguinte forma, “A Europa é invenção dos gregos. O poeta Hesíodo (fim do século VIII e começo do século VII a.C) foi o primeiro a empregar esse nome, e o célebre Heródoto, o ‘pai da História’, no século V a.C., escreveu: ‘Quanto à Europa, parece que não se sabe de onde veio esse nome e nem quem deu’. Todavia, uma lenda nasceu. Em Tiro, na margem asiática do Mediterrâneo (atualmente no Líbano), havia uma princesa que se chamava Europa. Era a filha do Rei Agenor. Certa noite, ela teve um sonho: duas terras, sob o aspecto de duas mulheres, discutiram por sua causa. Uma, a ‘Terra da Ásia’ queria ficar com ela; a outra, a ‘Terra da Frente’, queria levá-la para o mar, sob a ordem do rei dos deuses, Zeus. Quando acordou, a princesa foi colher flores à beira-mar. Um touro poderoso, mas gentil, surgiu das vagas e conseguiu que a princesa montasse o seu dorso. Depois, ele voou e revelou-lhe que era Zeus metamorfoseado em animal. Ele levou-a para uma grande ilha, Creta. Uniu-se a ela, tornando-a ‘mãe de nobres filhos’ (...) Esse continente já tem um nome, mas que rumo a sua História vão tomar? Ele irá, como a princesa lendária que lhe deu o seu nome, tornar-se uma pessoa, ou seja, construir uma unidade? Ou, pelo contrário, vai continuar um mito, um sonho distante da realidade de povos múltiplos e diversos, um continente feito de europeus sem Europa?” (Le Goff, 2008: 37-39)

Para Bauman, a definição da identidade europeia, ao contrário do que seria expectável, não se encontra na Carta da Identidade Europeia, aprovada em 28 de outubro de 1995, no 41º Congresso da União. Na opinião do autor, o conteúdo apresentado na Carta é uma mera quimera. Bauman caracteriza a Europa sob dois pontos de vista, o pessoal e o do povo polaco.

Relativamente à sua vivência pessoal, Bauman destaca o seguinte episódio: “Segundo o antigo costume da Universidade Charles, de Praga, o hino nacional do país da

² Lema da União Europeia. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/motto_pt>. Acesso em 24/03/2022. Tarefa de extrema dificuldade como assevera Manuel Castells: “(...) o teor real dessa unificação e os atores nela envolvidos ainda não estão claros e continuarão assim por algum tempo. É exatamente essa ambiguidade que possibilita a unificação e ao mesmo tempo caracteriza seu processo mais como debate que como plano já elaborado por completo.

pessoa que está a receber o título de doutor *honoris causa* é tocado durante a cerimónia de outorga. Quando chegou a minha vez de receber essa honra, pediram-me que escolhesse entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polónia (...). Bem, não me foi fácil encontrar a resposta. A Grã-Bretanha foi o país que escolhi e pelo qual fui escolhido por meio de uma oferta para lecionar, já que eu não poderia permanecer na Polónia, país em que nasci, pois tinham-me tirado o direito de ensinar. Mas lá, na Grã-Bretanha, eu era um estrangeiro, um recém-chegado - não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho. Depois disso naturalizei-me britânico, mas, uma vez recém-chegado, será possível abandonar essa condição algum dia? Eu não tinha a intenção de que me confundissem com um inglês, e os meus alunos e colegas jamais duvidaram de que eu era um estrangeiro, mas exatamente um polaco. [...] Então, talvez devessem tocar o hino polaco? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimónia de Praga eu tinha sido privado da minha cidadania polaca. A minha exclusão era oficial, promovida e confirmada pelo poder habilitado a separar quem está ‘dentro’ de quem está ‘fora’, quem faz parte de quem não faz parte e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polaco. Janina, a minha companheira por toda a vida [...] encontrou a solução: por que não o hino da Europa? É verdade, por que não? Europeu, sem dúvida, eu era, nunca tinha deixado de ser nascido na Europa, pensando e sentindo como um europeu. Nossa decisão de pedir que tocassem o hino europeu foi simultaneamente ‘includente’ e ‘excludente’. Referia-se a uma entidade que abraçava os dois pontos de referência alternativos da minha identidade, mas ao mesmo tempo anulava, por pouco relevantes ou mesmo irrelevantes, as diferenças entre ambos e assim, também, uma possível ‘cisão identitária’. Eu cito este pequeno episódio porque este reúne, resumidamente, a maioria dos dilemas inquietantes e das escolhas obsedantes que tendem a fazer da ‘identidade’ um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias” (Bauman, 2005: 15-16).

Quanto à perspectiva dos cidadãos polacos, com base nos resultados do recenseamento, Bauman depara-se com diversos obstáculos, uma vez que a opinião dos indivíduos entrevistados é bastante limitada, pois “não entendiam o que era uma ‘nação’ nem o que significava ‘ter uma nacionalidade’” (Bauman, 2005: 23-24).

Logo, para um cidadão “nacional” se equiparar a um “europeu” verificamos que existem inúmeros entraves, que são identificados por Le Goff quando relata o caso de um turista que “visitou, em menos de cinco horas de voo (e muitas vezes, excetuando-se a Rússia, em menos de três horas) ou em algumas horas de comboio, países onde as pessoas falam línguas diferentes, não comem e não se vestem da mesma maneira, praticam religiões

diferentes e se dizem turcos, russos, ingleses, alemães, noruegueses, polacos, italianos ou espanhóis, mas quase nunca europeus. E, no entanto, eles são europeus. Então, o nosso viajante questiona-se: A Europa existe? Ser europeu, o que quer dizer?” (Le Goff, 2008: 17).

Para Hobsbawm a Europa, de acordo com a sua narrativa histórica, não deve ser interpretada equitativamente e justifica com a afirmação “Procurar uma ‘Europa’ programática única, portanto resulta em debates intermináveis sobre os problemas até agora não resolvidos, e talvez insolúveis, de como ampliar a União Europeia, ou seja, como converter um continente, que ao longo de sua História tem sido econômica, política e culturalmente heterogêneo, em uma única entidade mais ou menos homogênea” (Hobsbawm, 2013: 236-237).

O autor Castells afirma que o conceito da Europa assente numa identidade partilhada é um tema polémico (Castells, 2007: 385) que necessita de ser mais estudado e discutido para se alcançarem resultados e respostas fundamentadas. Outros investigadores como Bauman e Judt enfatizam a declaração acima ao indicarem os europeus como “o único povo sem identidade” (Bauman, 2006: 17), visto não terem noção sobre quem são, nem quem poderão ser. Esta ideia é reforçada por Judt que verifica a ausência de empenho na implementação de votações supranacionais, visto que a grande parte dos europeus não se assume como tal (Judt, 2008: 768).

No decorrer dos seus estudos, sobre o conceito da identidade europeia, Castells define não só os princípios basilares da sua edificação, mas também os valores que não podem estar associados a este. Desta forma os fundamentos estruturais para a criação da identidade europeia devem consistir num “programa de valores sociais e objetivos institucionais que agrade à maioria dos cidadãos sem excluir ninguém, em princípio”. (Castells, 2007: 408-409). Os quatro eixos que não podem estar no seu plano original são: i) A ligação ao cristianismo à semelhança do passado; ii) As raízes étnicas, uma vez que a Europa ao longo dos anos tem vindo a aumentar de forma colossal a sua diversidade cultural; iii) A identidade nacional, apesar desta ser importante para o desenvolvimento da integração europeia; iv) A identidade económica, pois atualmente a economia está globalizada e por esta razão as cadeias internacionais de manufatura encadeiam a União Europeia com as outras partes do globo (Castells, 2007: 408-409).

Em termos práticos, o Parlamento e o Conselho da União Europeia, de forma a incentivar os cidadãos a assumirem a identidade europeia, em 2008, através da Decisão 1983/2006/CE, anunciou o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural” com o objetivo de propiciar debates abertos em ambientes multiculturais, permitindo assim o reconhecimento

e integração sustentável da pluralidade cultural como uma característica basilar desta comunidade (União Europeia, 2008).

Verificamos que ao longo da História e de acordo com Caetano, apesar da existência de diferentes teses sobre a identidade europeia, determinados princípios e valores tanto a nível teórico como prático evoluíram num sentido único, cujo resultado edifica em ideias robustas e mais organizadas, nomeadamente, no que diz respeito ao entendimento sobre as novas possibilidades de conviver de forma comum na Europa, através da construção de uma sociedade unitária que partilha um projeto político, económico e social que assegura a sua participação ativa em diversos domínios (Caetano, 2020: 243-264).

2. PROGRAMA ERASMUS

2.1. Enquadramento histórico

Após uma investigação histórica sobre as origens e características da mobilidade académica europeia, Sánchez (2007) conclui que a mobilidade académica na Europa data dos primórdios da Universidade no contexto europeu (Sánchez, 2007: 363). O autor também destaca o facto de, apesar da finalidade das Universidades, tal como a dimensão das mesmas ser totalmente distinto das Universidades da atualidade, no passado os estudantes serem motivados a estudar e investigar em Instituições de outros países com o principal objetivo de engrandecer, melhorar e sofisticar as suas capacidades e conhecimento (Sánchez, 2007: 363). Desta forma, desde o século XIV que um estudante tinha a oportunidade de “hacer su bachiller de Retórica y Gramática en La Sorbona, licenciarse en Teología en Salamanca y finalizar su doctorado en Bolonia” (Sánchez, 2007: 363), o sistema educativo da época, que não estava sistematizado e organizado como o da atualidade, pois o atual sistema prevê um processo de reconhecimentos, devido à harmonização e homogeneidade implementada entre as Universidades europeias. Contudo, na época do Renascimento já existia a visão do estudante universitário europeu que foi continuada e melhorada em termos de estratégias educativas ao longo do tempo durante as últimas décadas (Sánchez, 2007: 363). O autor, Ridder-Symoens, corrobora as afirmações acima ao determinar a era renascentista como “dorada para a movilidad estudiantil” (Calvo, 2017: 75-99) e indica o caso do humanista do Renascimento, Erasmo de Roterdão (Agência Nacional PROALV, 2012), que se enquadra no estereótipo dos jovens estudantes que usufruem deste tipo de experiência, porque integrava os estratos sociais mais elevados, tanto a nível de educação como económico que favoreciam a “movilidad estudiantil” (Asenjo e Urosa, 2017: 125), e de onde derivou o termos ERASMUS (*European Action Scheme for the Mobility of Students*) (Calvo, 2014: 51-77).

A mobilidade dos estudantes, através de atividades educativas internacionais, na realização de uma futura comunidade europeia surgiu de forma mais predominante durante o período pós II guerra mundial. Desta forma, ao longo do tempo até à atualidade, a mobilidade, especialmente a mobilidade estudiantil, surgiu como uma forma importante de sustentar a solidariedade e a integração europeias, sendo uma fonte notável de crescimento da UE (Öz e Praag, 2022: 5).

No decorrer da História, mais concretamente durante a época de cinquenta do séc. XX, é relevante assinalar dois eventos que promoveram o desenvolvimento de um programa

de mobilidade académica com características bastante holísticas e extensas, muito semelhantes às do Programa em estudo. São elas, a Declaração de Schuman de 9 de maio de 1950 e o Tratado de Roma de 1957 (Asenjo e Urosa, 2017: 125), que, de acordo com os autores Asenjo e Urosa, ambos os programas já adotavam ideias que estão na base do Programa Erasmus, nomeadamente a livre circulação de pessoas e a implementação de ações objetivas com o intuito de fomentar e disseminar uma cooperação comunitária entre as nações gerida por uma organização europeia (Asenjo e Urosa, 2017: 125). Desta forma, a Declaração assinada em 1950 antecipou o conceito de mobilidade académica e profissional na Europa. No entanto, foi no Tratado assumido sete anos mais tarde, em 1957, mais concretamente nos Títulos III e VIII, que foram decretados tanto a livre circulação de cidadãos e bens como uma estratégia comum de educação, de formação profissional e de juventude (Senent, 2007: 364).

Alguns anos mais tarde, durante os anos setenta do séc. XX e em conformidade com os trabalhos desenvolvidos, foram implementadas as primeiras atividades entre os países da Comissão Europeia (CE) no âmbito da homogeneização e harmonização quer a nível pedagógico e didático como a nível do processo de equivalências e reconhecimentos (Calvo, 2014: 53). As ações que consideramos como imprescindíveis e pertinentes para a evolução do Programa Erasmus+, foram: o Relatório Janne “Para uma política comum de educação”, a fundação do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) e a apresentação do Programa de Ação em Matéria de Educação (1976) (Asenjo e Urosa, 2017: 126), visto evidenciarem o valor e as vantagens de fortalecer a “Dimensão Europeia da Educação” e impulsionarem e fomentarem, através da mobilidade de estudantes e *staff*, a incorporação de assuntos europeus nas unidades curriculares (UC), a promoção de visitas de estudo para outros países, com a finalidade e objetivo de aquisição e transmissão de novos conhecimentos e dos ideais referentes à integração europeia tanto no âmbito cultural, como ético e moral (Calvo, 2014: 81). Estas iniciativas, de acordo com Calvo, são os pilares base do Programa Erasmus, visto que no período entre 1976 a 1984 foram executados os *Joint Study Programmes* (JSP), atividades financiadas pelo Conselho da Europa, que promoviam a cooperação entre universidades, ao possibilitar que estudantes dos vários Estados-membros concluíssem o seu grau académico fora da sua Universidade de origem. O protocolo estabelecido sustentava-se na celebração de um acordo entre a Universidade de origem e a de acolhimento, e que visava viabilizar a execução da mobilidade e certificar o processo de equivalências e reconhecimentos académicos (Calvo, 2014: 53).

Em 1987, depois de uma década de trabalhos em prol tanto da europeização como da internacionalização do ensino superior, e no contexto dos vários testes e ensaios realizados no âmbito da mobilidade académica e da harmonização dos contextos educativo, surge o Programa Erasmus com base na visão do grupo de estudantes *Association des États Généraux des Etudiants de l'Europe* (AEGEE) criado por Franck Biancheri (Calvo, 2014: 53). É revelante destacar que Manuel Marín, Comissário Europeu da Educação da Comissão Delors, e François Mitterrand, Presidente da República Francesa da época, aplaudiram e apadrinharam a ideia instantaneamente.

À semelhança da maioria dos projetos de grande dimensão, para colocar o Programa Erasmus em prática foi necessário ultrapassar diversos obstáculos, especialmente a nível da ausência de concordância no âmbito da sua implementação. No entanto, no ano em que foi executado, o número de participantes rondou os 3.200 de onze países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

Nos anos seguintes, após a primeira etapa de atividades, ou seja, a partir de 1995, o Programa passou a conceder financiamento aos participantes do Ensino Superior através da atribuição de bolsas de mobilidade, à semelhança de outros programas de educação e formação europeus, nomeadamente os Programas *Sócrates I* (1995-2000), *Sócrates II* (2000-2007) e *Lifelong Learning* (2007-2013). No entanto e em debate com a afirmação de Calvo, que concordamos, “a mobilidade estudantil na educação universitária vai ser sempre conhecida com o termo ERASMUS, o programa mais conhecido, celebrado e bem-sucedido dos produzidos pela União Europeia” (Calvo, 2014: 54).

Em 2014, devido ao extraordinário incentivo a favor da Iniciativa de Cidadania Europeia Fraternité (F2020) que tinha como principal meta a disseminação e reforço da influência dos resultados nos programas de mobilidade na UE, o Programa Erasmus é substituído pelo ERASMUS+ que compila todos os programas e apoios pré-existentes da fase de 2007 a 2013, nas áreas da educação, formação, juventude e desporto, empreendidos pela CE, sendo eles o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, Programa Juventude em Ação, ERASMUS Mundus, Tempus, Alfa, Edulink, e os Programas de cooperação com países industrializados no domínio do ensino superior. Estes projetos durante a execução do Programa Erasmus favoreceram atividades no âmbito do ensino superior, tanto no circuito europeu como internacional, nas áreas da educação e formação ao nível profissional e escolar, quer a jovens como adultos (Mota, 2015: 93). A CE afirma que este novo programa “... pretende ir mais além, fomentando sinergias e o enriquecimento mútuo entre os diferentes domínios da educação, da formação e da juventude, removendo barreiras

artificiais entre os vários tipos de Ações e projetos, promovendo novas ideias, atraindo novos intervenientes do mundo do trabalho e da sociedade civil, e estimulando novas formas de cooperação” (Comissão Europeia, 2018).

Assim, consideramos o Programa Erasmus+ mais ousado, uma vez que “destina-se a apoiar os esforços dos Países membros do Programa no sentido de utilizarem o potencial do talento e do capital humano e social da Europa de forma eficiente, confirmando em simultâneo o princípio da aprendizagem ao longo da vida mediante a ligação do apoio à aprendizagem formal, não-formal e informal nos domínios da educação, da formação e da juventude. O Programa destaca também as oportunidades de cooperação e mobilidade junto dos Países Parceiros, designadamente nos domínios do Ensino Superior e da juventude” (Comissão Europeia, 2018).

Esta nova fase, programada para o intervalo de tempo entre 2014 a 2020, engloba projetos de mobilidade para estudantes de outros níveis de ensino para além do superior, como a educação profissional e o ensino de adultos, tanto de instituições públicas como privadas. O seu orçamento total é de 14.700 milhões de euros e destina-se à atribuição de bolsas de estudo, formação e estágios para mais de quatro milhões de participantes, sendo eles estudantes de diferentes níveis académicos, docentes, pessoal administrativo, formadores, atletas e animadores de juventude que integrem ações de melhoria e crescimento intelectual e profissional (Valenciano, 2017). O Erasmus+ também visa colaborar com um copioso número de organizações e instituições dos Estados-membros para promover a cooperação entre todas, de modo a apoiar e estimular a implementação de ações pedagógicas progressistas e inovadoras através da participação colaborativa, que vão contribuir para assegurar que os participantes, sejam eles jovens ou adultos, assimilem todas as competências e conhecimentos essenciais para terem êxito no mercado de ensino ou de trabalho dos dias de hoje (União Europeia, 2013). No seguimento da afirmação anterior, a principal meta do Programa Erasmus+ consiste em “apoiar as atividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os setores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o Ensino Superior, Formação Profissional, Educação de Adultos, Ensino Escolar e Atividades para jovens... com vista à criação de um espaço de livre circulação de pessoas, bens e serviços e para que a internacionalização dos estudos no âmbito do Programa Erasmus, se efetuasse com êxito” (Universidade Lusíada - Porto, 2022). Desta forma, para além das vantagens para os participantes individuais, as organizações também são contempladas.

À medida que a mobilidade global de estudante se tornou um movimento crescente nas últimas décadas, o número total de estudantes internacionais atingiu 5,3 milhões em 2017 (UNESCO, 2020).

De forma sucinta, o Erasmus+ “enriquecendo desta forma o leque de formação da sua população académica através do contacto com outras culturas e a aprendizagem de outras técnicas e competências nas áreas de especialização a que se destinam” (Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2018) vai estimular os seus participantes a executar mobilidades, sejam elas de estudos, estágios, missões de ensino ou de formação em instituições de Ensino Superior ou empresas/organizações nos países elegíveis pelo Programa (Comissão Europeia, 2017: a).

O Programa Erasmus+ 2021/2027 uma vez que foi lançado muito recentemente, apenas o futuro dirá se as novas metas foram atingidas e se os seus pilares fundadores se mantêm, no sentido de dar continuidade ao conceito de União Europeia (UE) ao possibilitar que os seus participantes expandam as suas perspetivas por intermédio da experiência de mobilidade.

Tendo estudado a origem e a evolução histórica do Programa Erasmus, no decorrer desta investigação vamos explorar mais aprofundadamente o Programa Erasmus+ 2014/2020, tal como analisar a sua relevância na projeção da UE e dos valores europeus, assim como a sua influência em fomentar a integração europeia ao incentivar uma cidadania europeia mais ativa e cooperante.

2.2. O Programa Erasmus+ 2014/2020

O Programa Europeu de Intercâmbio para Estudantes e Professores Universitários Erasmus, em inglês European Action Scheme for the Mobility of Students, mais conhecido através do seu acrónimo ERASMUS, é atualmente o maior e mais importante programa de mobilidade académica internacional e o seu nome é alusivo ao filósofo e humanista neerlandês do século XV, Erasmo de Roterdão, que residiu e trabalhou em múltiplos países da Europa (Feven e Krzaklewska, 2013: 33). Na primeira edição do programa de 1987, de acordo com as informações acima, participaram 3244 estudantes de 11 nacionalidades. No decorrer dos seus mais de trinta anos de duração, o programa conta com um número superior a três milhões de antigos estudantes. O fluxo anual de estudantes “ativos” ronda os 275 mil

participantes e as instituições europeias que integram o programa ultrapassam as 3000 (Comissão Europeia, 2018).

De forma geral, as mobilidades têm a duração mínima de 2 meses e máxima de 12 meses, durante a qual os estudantes realizam a mobilidade académica numa Instituição de acolhimento europeia, fora do seu país de origem (Comissão Europeia, 2017: b). Assim, e devido à acessibilidade e clareza das regras do programa, o número de participantes cresceu exponencialmente ao longo dos anos e transformaram o programa num dos projetos mais emblemáticos, oriundo de políticas visionárias da UE e um símbolo da integração europeia (Feven e Krzaklewska, 2013: 33).

De acordo com relatórios da CE, as principais metas e a evolução ao longo do tempo demonstram que este programa de mobilidade académica, que tem como objetivo promover a educação, a formação e a aprendizagem, consegue produzir diversos outros resultados positivos, nomeadamente, a ideia de que os participantes europeus têm a oportunidade de integrar um sistema de educação que envolve toda a UE, beneficiando-os em termos de oportunidades de formação. Ou seja, uma vez que são jovens cidadãos a expandir as suas capacidades e competências culturais e educacionais, o *know-how* adquirido durante a experiência de mobilidade académica no seio da UE irá potencializar o seu crescimento para a vida adulta e profissional, fomentando-os a serem mais dinâmicos e empreendedores (Comissão Europeia, 2018).

A grande novidade que distingue o Programa Erasmus+ 2014-2020 das edições anteriores, que estavam apenas voltadas para o domínio comunitário, consiste na incorporação de inúmeras atividades de formação. Adicionalmente e de forma a reforçar o conceito de comunidade de cidadãos europeus, este programa demonstrou ser capaz de pôr em prática as metas europeias que visam estimular e fomentar, tanto interna como externamente, a integração europeia. Assim, afirmamos que o Programa Erasmus+ assume um papel de destaque no âmbito das políticas de promoção da UE e da cidadania europeia, ao impulsionar a harmonia social e as suas políticas (Wilson, 2011: 1113-1140).

No entanto, e apesar da atualização de 2014, as principais metas do programa Erasmus+ nas áreas da Cultura, Educação e Economia, mantêm-se: “This platform for European and international mobility and cooperation brings people from different backgrounds together. It provides them with the competences needed to lead independent, fulfilling lives and helps them find their place in our societies and develop a sense of a European identity – an identity that complements our national, regional, local identities (...) the Erasmus+ programme generates great potential to foster economic growth, job creation

and social cohesion within Europe, while simultaneously providing young Europeans with the opportunity to enhance their personal and professional development” (Comissão Europeia, 2018).

Através da leitura do documento Estratégia Europa 2020 da CE, afirmamos que o Programa Erasmus+ se destaca como um ponto estratégico de enorme relevância na prossecução dos principais objetivos e princípios de desenvolvimento da UE até 2020. Desta forma, a assunção pelos cidadãos europeus do sentimento de pertença a esta comunidade deverá ser cumprida através das seguintes áreas: Educação, Empregabilidade, Investigação e Desenvolvimento, Alterações Climáticas e Energia, Pobreza e Exclusão Social.

Assim, e em debate com o relatório “*What is Erasmus+*” os principais objetivos que conduzem o Programa Erasmus+ em direção do êxito sustentável e inclusivo da Estratégia 2020, no âmbito dos domínios indicados acima, consistem em “‘Educação’: diminuir os níveis de abandono escolar precoce para menos de 10% e incentivar que pelo menos 40% da população entre os 30-34 anos de idade complete o Ensino Superior ou equivalente; ‘Empregabilidade’: que 75% da população entre os 20-64 anos detenha um emprego estável; ‘Investigação e Desenvolvimento’: que 3% do PIB da UE seja investido nesta área; ‘Alterações Climáticas e Energia’: uma diminuição da emissão de gases com efeito de estufa para menos de 20% dos valores registados em 1990, um aumento de 20% no uso eficiente da energia e que 20% da energia utilizada provenha de fontes renováveis; ‘Pobreza e Exclusão Social’: uma diminuição de pelo menos de 20 milhões de pessoas nos patamares de pobreza e exclusão ou em risco de cair nesta condição” (Comissão Europeia, 2020).

O Programa Erasmus+ 2014/2020 responde a questões significativas da agenda política europeia ao englobar as áreas da educação, formação, juventude e desporto, no sentido em que influencia diretamente o contexto socioeconómico ao desenvolver e impulsionar o emprego, a equidade, o crescimento e a inclusão social (Comissão Europeia, 2019). Por exemplo, o desemprego nas camadas mais jovens é um dos grandes problemas dos governos europeus, visto que ao longo dos tempos temos assistido a um exponencial abandono escolar precoce que resulta no aumento do desemprego e da exclusão social. Estes jovens adultos com falta de competências e habilidades em diversos domínios, atualmente são bastante desconsiderados profissionalmente porque sociedade funciona em prol da inovação, competitividade e do progresso. Neste sentido verifica-se a necessidade de integrar e impulsionar princípios de inclusão e coesão na sociedade europeia, ao possibilitar não só a participação ativa dos cidadãos na vida democrática, mas também de fomentar os valores europeus comuns, desenvolver a integração social, melhorar a consciência intercultural e o

sentimento de pertença a uma comunidade e evitar acima de tudo a radicalização violenta. O Programa Erasmus+ através da educação, formação, animação juvenil e desporto é desta forma a prestigiada e dominante ferramenta empregue pela UE para fomentar os princípios e valores indicados acima. Concluído que o contexto de aprendizagem do ao longo da vida deste Programa, ao permitir a implementação de métodos não só convencionais como não formais nos domínios da educação, formação e juventude auxiliam os países envolvidos tanto a nível social como económico, tal como favorece a cooperação e mobilidade especialmente entre as Instituições de Ensino Superior e os jovens (Nogueiro, Saraiva, Jorge e Chaleta, 2022: 4-5).

Neste sentido, a UE propôs a instituição de um programa Internacional no âmbito do Ensino Superior que não só incorporava a educação, a formação, a juventude e o desporto, mas também que agrupava diversos programas já existentes, tais como “Aprendizagem ao Longo da Vida”, “Juventude em Ação”, “Erasmus Mundos”, “Alfa III”, “Tempus” e “Edulink” (União Europeia, 2013: L347/350). Desta forma, o seu resultado final consistiria num programa único de mobilidade e cooperação de acordo com uma perspetiva uniforme, clara e bastante versátil (União Europeia, 2013: L347/350).

No seguimento dos diversos desenvolvimentos sobre este Projeto, cujos quatro fundamentos basilares consistem na educação, formação, juventude e desporto, a 11 de dezembro de 2013 é aprovado o Regulamento (UE) nº 1288/2013 do Parlamento e do Conselho Europeu, o Programa Erasmus+, cuja execução foi definida para o período de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2020.

Os quatro domínios de ação indicados anteriormente, que estão vinculados ao Projeto Erasmus+, contribuem para o desenvolvimento e melhoria contínua de diversos contextos, nomeadamente o referente à formação e profissionalização, cujo âmbito é a diminuição das taxas de desemprego, especialmente entre os cidadãos jovens. Neste sentido, são desenvolvidas ações de educação inovadoras para adultos, habilitando-os com o *know-how* exigido pelo mercado de trabalho da atualidade. Adicionalmente, promove-se o combate ao abandono escolar e fomenta-se o estudo de línguas. Também se dissemina e promove a UE como destino de referência, ao serem fomentados valores como a igualdade, a cooperação e a mobilidade entre a população. O sistema de ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*) e o EUROPASS espelham a harmonização e homogeneidade no reconhecimento de qualificações e competências. É, também, importante salientar que a cooperação entre pessoas de diferentes culturas admite a possibilidade da origem de reestruturação de políticas, isto é, os jovens de diferentes culturas cooperando em prol do

desenvolvimento de novas estratégias políticas passam a envolver-se diretamente nos valores da democracia e da cidadania, porque verificam que as suas ações provocam mudanças diretas na política. Ou seja, quando os jovens têm a oportunidade de se expressar em termos políticos e verificam que os seus atos têm alguma influência sobre os decisores políticos, sentem mais motivação para valorizar a democracia e assumirem os direitos e deveres de cidadão. Este programa, no contexto particular da juventude, pretende claramente impulsionar os jovens “... a deter um papel mais ativo na democracia e na cidadania, através do reforço do diálogo permanente e estruturado entre decisores políticos e jovens” (Centro de Juventude de Lisboa, 2017: 30), tal como, não só difundir a educação de forma sistemática e efetiva, mas, também, incentivar o desenvolvimento de colaborações por meio de exercícios de aprendizagem. Outro dos valores base do Programa, também altamente fomentado, é o desporto. Finalmente, concluímos que a conexão entre povos, a integração comunitária, a sinergia entre culturas, promovido e fomentado pelo Programa, têm como meta a incitação para a criação de uma perspetiva internacional sólida e sentimento de integração total na comunidade europeia (Comissão Europeia, 2018: 5-11).

Relativamente ao processo de harmonização e homogeneidade que caracteriza o Programa Erasmus+ é relevante destacarmos a reunião que decorreu em Bolonha no ano de 1999, de onde resultou a “Declaração de Bolonha” ou o “Processo de Bolonha”. Neste evento estiveram envolvidos os Ministros da Educação de 29 países da Europa, que instituíram o conceito de espaço comum para a educação, nomeadamente no domínio do Ensino Superior, com o objetivo de valorizar princípios de crescimento íntegro, equilibrado e flexível. Em termos práticos desenvolveram o sistema de ECTS, que visa simplificar o reconhecimento de créditos entre as Instituições de Ensino Superior, ao equiparar os ciclos de estudos através de sistemas generalizados de créditos transferíveis e acumuláveis e a empregabilidade no mercado de trabalho europeu (Fligstein, 2008: 53). Assim, esta sistematização de regras contribuiu fortemente, não só para a promoção da mobilidade de estudantes, mas também para o exercício da cidadania europeia e da livre circulação de estudante dentro da UE.

Adicionalmente, afirmamos que a integração europeia ficou ainda mais acelerada pela Declaração de Bolonha, uma vez que esta reconheceu um sistema comum para os graus académicos e para a organização das instituições de ensino superior tal como, incentivou a livre circulação de estudantes (Öz e Praag, 2022: 3).

O processo que as Instituições de Ensino Superior seguem para integrarem o Programa Erasmus+ consiste numa candidatura ao *Erasmus University Charter*. Caso os parâmetros definidos pela CE sejam preenchidos as Instituições ficam aptas a participar no

sistema de cooperação e passam a enviar e receber participantes (Programa Erasmus+, 2016).

De acordo com o relatório “What is Erasmus+” afirmamos que os propósitos do Programa apoiam os projetos e grupos de trabalho: Estratégia Europa 2020, ET2020 (*Early Childhood Education and Care* (ECEC)) e o plano estratégico europeu para a educação e formação. Complementarmente, o Programa impulsiona a otimização e o progresso equilibrado e sustentável dos países dentro do consórcio na esfera do Ensino Superior e propicia favoravelmente, para que as metas da Estratégia Europeia para a Juventude, a *UE Youth Strategy*, sejam alcançadas (Comissão Europeia, 2020).

É relevante referir que, como o Programa compreende inúmeros contextos, foi necessário organizá-lo em três ações-chave: a ação-chave 1 “Mobilidade de Indivíduos”; a ação-chave 2 “Cooperação para a inovação e troca de boas práticas”; a ação-chave 3 “Suporte para reformas políticas”. Quanto às atividades particulares do Programa Jean Monet, foram estabelecidas ações-chaves próprias (Comissão Europeia, 2018: 12-13).

O representante máximo do Programa é a CE. Neste sentido compete-lhe a administração de tarefas, como a gestão do orçamento e a projeção/definição das prioridades e principais metas. As competências ao nível europeu são da responsabilidade da Agência Executiva para a Educação, o Audiovisual e a Cultura, que está encarregue de implementar as Ações-chave (Comissão Europeia, 2018: 15). Ao nível de cada país do consórcio, a aplicação prática e a gestão do Programa encontram-se ao encargo das Agências Nacionais que atuam como intermediárias entre a CE e as Instituições de Ensino Superior. No caso de Portugal, existem a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e a Agência Nacional Erasmus+ Juventude e Desporto (Resolução do Conselho de Ministros nº15/2014). De salientar também organizações, como a Rede Eurydice, a Rede de Correspondentes Nacionais da Youth Wiki, os Serviços de Apoio e Twinning, o *Shcool Education Gateway* (SEG), o *Electronic Platform for Adult Learning in Europe* (EPALE), o Erasmus + Virtual Exchange, os Gabinetes Nacionais de Erasmus, o Secretariado Africa, Caraíbas e Estados do Pacífico (ACP), a Rede de Peritos para a Reforma do Ensino Superior (HEREs), a Rede Euroguidance, os Centros Nacionais Europass, os Pontos de Coordenação Nacional (PNC) do Quadro Europeu para as Qualificações (QEQ), a Rede de Pontos Nacionais de Referência do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade (EQAVET), os Centros Nacionais de Informação sobre o Reconhecimento Académico (NARIC), a Rede de Equipas Nacionais de Peritos ECVET, os Centros de Recurso SALTO e a Rede Eurodesk, que trabalham em prol do Programa Erasmus+ (Comissão Europeia, 2018: 16-21).

Quanto ao âmbito orçamental, o valor alocado foi de 14.774 milhões de euros, com a previsão de um aumento anual, entre o período de 2014 a 2020 (Comissão Europeia, 2018: 14).

As diretrizes gerais definidas para os participantes do Programa ingressarem são o residir num país do programa e “ser e/ou estudantes, estagiários, jovens, voluntários, professores, profissionais de organizações ativas na educação” (Comissão Europeia, 2018: 22). De forma mais detalhada e uma vez que os intervenientes se encontram vinculados em diversos contextos de diferentes naturezas dentro de um único programa, são criados vários setores com o objetivo de atender a todas as particularidades de cada tipo de participante. Assim sendo, e de acordo com a CE (Comissão Europeia, 2018:6), apresentamos os nomes dos programas e a sua área de ação, de modo a demonstrar que todos os domínios estão contemplados para mobilidade:

- “Erasmus +: Comenius”: ensino escolar;
- “Erasmus +: Erasmus”: ensino superior europeu;
- “Erasmus +: Erasmus Mundus”: todos os tipos de atividade do ensino superior tanto de Países do Programa como de Países Parceiros;
- “Erasmus +: Leonardo da Vinci”: formação e educação de profissionais;
- “Erasmus +: Gruntndvig”: educação para adultos;
- “Juventude em Ação”: aprendizagem não formal e informal no domínio da juventude;
- “Desporto”: atividades desportivas.

Relativamente aos países que podem ser eleitos para mobilidade, temos não só os países que integram o Programa, mas, também, os seus países parceiros. A diferença consiste em que os países integrantes conseguem participar em todas as ações-chave, ao contrário dos países parceiros que apenas conseguem fazer parte de algumas, caso preencham determinados requisitos (Comissão Europeia, 2018: 23-24). Também é relevante referir que a expansão do Programa Erasmus+ têm uma repercussão bastante benéfica no fortalecimento da cooperação entre as Instituições de ensino da UE, uma vez que as atividades de cooperação que estiveram na sua origem continuam a sustentar e estimular o Programa.

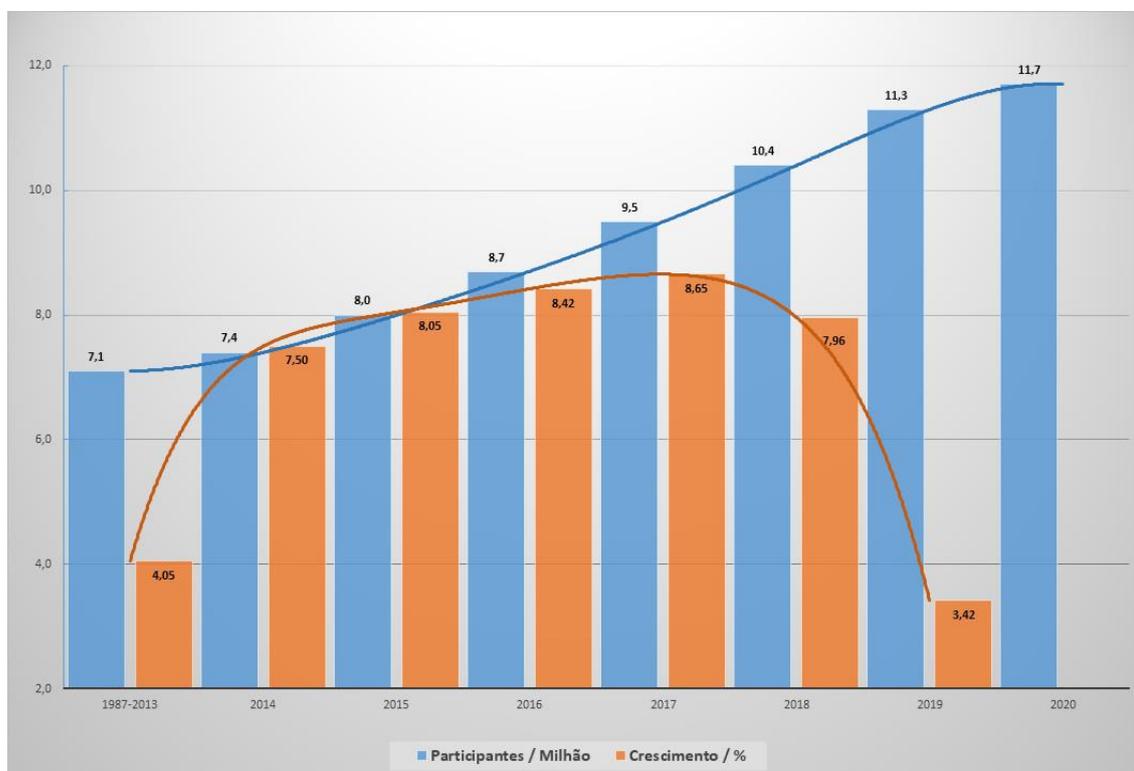
Os Estados-membros colaboram diretamente com a CE ao fornecerem regulamentação dados sobre o progresso e desempenho do Programa Erasmus+. O objetivo do acompanhamento e recolha de informações sobre as atividades do Programa consiste na

redação de dois relatórios: o de avaliação intercalar de 2018 e o de avaliação final que será entregue até 30 de junho de 2022.

Em concordância com o Relatório de 2018 sobre o programa Erasmus+, afirmamos que nas últimas três décadas mais de 10 milhões de pessoas fizeram mobilidade ao abrigo do programa. Ainda de acordo com as informações apresentadas no relatório, foram subsidiadas cerca de 95.000 organizações e 23.500 projetos. Sendo que, a conclusão do referido Relatório indica que o programa favorece extraordinariamente a UE, logo, propõem-se que o seu orçamento duplique para que a próxima geração possa beneficiar ainda mais do Programa (Comissão Europeia, 2018: 9).

Atualmente com trinta e cinco anos (1987-2022), o programa Erasmus+ é um dos projetos de maior êxito da UE. O seu prestígio alicerça-se no seu percurso de sucessiva expansão a vários níveis, nomeadamente no número de participantes (estudantes e *staff*), no reforço e harmonização da cooperação e das políticas de educação entre Instituições e no seu orçamento.

Figura 1 - Evolução quantitativa dos participantes (estudantes e staff) do Programa Erasmus+ (1987-2020)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados apresentados no *Erasmus+ annual report 2020*.

Desde 1987 que o número de participantes tem aumentado exponencialmente e, tal como verificamos na Figura 1, em 2018 o Programa atingiu os dez milhões de participantes. Também é importante referir que nos anos de 2019 e 2020, devido à pandemia da COVID-19, o crescimento foi bastante afetado, apesar da introdução de uma série de medidas flexibilizadoras, nomeadamente a implementação das mobilidades mistas (presencial e online) ou exclusivamente virtuais (*on-line*), entre outras. Uma vez que esta pandemia colocou em causa a ideia de fronteiras abertas e livre circulação, um dos pilares do Programa Erasmus+ (Christiansen, 2020: 15).

A evolução do Programa, como podemos verificar na Figura 1, compreende anualmente um aumento do número de participantes. No entanto, através da análise do crescimento em termos de percentagem, em comparação com o ano anterior, é relevante indicar que a partir de 2014, ano do lançamento do Programa Erasmus+, os números aumentaram significativamente. Assim, em 2014 o crescimento é de 4,05%, em 2015 evolui vertiginosamente para 7,50%, em 2016 aumenta para 8,05%, em 2017 para 8,42% e em 2018 para 8,65%. Em 2019, o Programa sofre a primeira quebra e decai para 7,96% e em 2020 a queda é ainda maior, sendo o ano mais prejudicado, recuando para 3,42%.

2.3. Erasmus e a Integração Europeia

Desde a sua origem, em 1987, que as políticas educativas do Programa Erasmus+ procuram incentivar os estudantes a usufruir de uma formação comunitária mais diversificada e internacionalizada. Adicionalmente, as suas estratégias de educação estão direcionadas para incentivar os seus participantes a apoiar e fomentar a integração europeia. Esta afirmação alicerça-se nas metas definidas pelo Programa (Comissão Europeia, 2020: a) e em manifestos oficiais de entidades europeias sobre o Programa Erasmus+ que reportam os estudos integrados como uma mais-valia, uma vez que os estudantes não só adquirem competências socioeconómicas sobre outros países, mas, também, consolidam e fomentam os ideais da integração europeia (Sigalas, 2010: 243).

Desta forma o facto do Programa Erasmus+ proporcionar uma maior identificação europeia e promover o exercício de uma cidadania ativa europeia, que atrai ao longo dos anos cada vez mais a atenção dos estudantes, propicia que os participantes evoluam em cidadãos com um forte sentido de identidade europeia com a possibilidade de se envolverem mais profunda e amplamente em questões da UE, bem como manifestarem atitudes

favoráveis à integração da UE e assegurarem a solidariedade dentro da comunidade da UE (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 80).

A execução do Programa desde a sua génese baseia-se nos pilares da promoção de uma educação diversificada e plural através da mobilidade. Assim e de acordo com a sua evolução é considerado um símbolo de projeção da UE, visto que é o “programa bandeira dos ideais da União Europeia”, por ser altamente considerado tanto a nível político como da população em geral (Calvo, 2014: 51). O motivo deste grande prestígio reside no facto dos cidadãos europeus entenderem, de forma clara e simples, que é uma oportunidade de participar na experiência da UE em fomentar a integração europeia, ao contrário de outros projetos no âmbito do incentivo à construção europeia que são extremamente burocráticos e apenas teóricos (Agência Nacional PROALV, 2012). Desta forma concluímos que o Programa se aplica e adequa à realidade, visto que incorpora diversas dimensões tangíveis, nomeadamente a implementação dos direitos e deveres dos cidadãos / viajantes europeus e a definição da identificação dos cidadãos como europeus, resultados da mobilidade entre países constituintes da UE. Existem também lógicas políticas em que a mobilidade estudantil internacional pode ser pensada como um instrumento de relações de poder entre os diferentes países. A mobilidade pode ser uma mais-valia para as nações, aumentando seu poder em assuntos internacionais e aprimorando a diplomacia pública através dos estudantes (Öz e Praag, 2022: 4-5)

Em debate com Fligstein, afirmamos que o Programa Erasmus+ apresenta diversas vantagens no âmbito da ideia da promoção e incentivo da integração europeia, uma vez que durante o período de mobilidade académica os jovens europeus vivenciam experiências e inter-relações entre si que acabam por alterar a sua perceção (Fligstein, 2008: 63), não só de origem, mas também de integração, em termos de nação ou pátria. Pois, as interações com diversas nacionalidades, de acordo com Deustsh, são capazes de transmitir sensações “*we-feeling*”, ou seja, são ligações mútuas que favorecem uma integração natural (Deutsch e Kann, 1968: 66). Assim, e devido ao seu excecional sucesso ao nível da Europa, o Programa Erasmus+, ao estimular e incrementar a mobilidade dos seus participantes por todo o seu território, está a habilitar e capacitar os jovens a identificarem-se espontaneamente como europeus. Concluído que, a mobilidade ao abrigo do Programa Erasmus+ pode ser uma base sólida e extremamente importante para a Integração europeia, inclusão social, identidade e cidadania (Öz e Praag, 2022: 5).

Neste sentido, é relevante referir que o Programa incentiva à troca de experiências sociais entre os participantes e estimula a integração em novos ambientes e contextos, tal

como promove a condescendência e flexibilidade relativamente ao choque de culturas e promove em termos práticos a liberdade de circulação dentro espaço Schengen (Faustino, 2006: 25). Em debate com Carvalho e Silva, sobre a circulação dos participantes do Programa Erasmus+ dentro do espaço Schengen, concluímos que não existe a necessidade de formalizar a passagem de fronteiras e até mesmo solicitar autorização para residir em outro país para que estes se integrem na Europa e assimilem os seus valores (Leitão e Valente, 2018: 28). Neste sentido reforçamos a ideia de que, a mobilidade geográfica dentro do espaço europeu fortalece os laços sociais entre os cidadãos de diferentes países europeus, levando a uma maior consciência de pertença a uma comunidade europeia emergente (Mol, 2022: 66).

Ainda corroborando as ideias acima, o período de mobilidade, de acordo com diversos testemunhos dos participantes, é de facto um capítulo imprescindível em várias áreas do seu crescimento e emancipação, tanto a nível pessoal como social (Calvo, 2014: 51); outros conceitos relatados consistem na “herança comum” europeia ou no “património comum que tem de ser preservado e valorizado e que, ao longo do tempo, veio marcando a identidade da Europa e a colocou na dianteira dos outros continentes” (Moura, 2012). Outro aspeto, que reside no domínio da cultura, é o da aprendizagem de outras línguas, que nos dias de hoje é uma competência essencial para integração no mercado de trabalho, ajuda a diminuir as diferenças na sociedade, tal como institui uma cultura europeia com base na pluralidade e na magnífica herança social, histórica e cultura da Europa (Faustino, 2006: 16).

Assim é evidente que o Programa expande a consciência e a compreensão dos participantes para outras culturas e países ao dar-lhes a oportunidade de construir redes de contactos internacionais, permitir que participem ativamente na vida pública e como consequência desenvolvem o sentido de identidade e cidadania europeia. (Nogueiro, Saraiva, Jorge e Chaleta, 2022: 6).

Arend Lijphart, no seu estudo sobre os resultados da mobilidade académica na integração europeia, constatou que “o contacto pessoal com outras nacionalidades pode melhorar as relações internacionais e facilitar a integração política” (Lijphart, 1964: 252). Outros autores, que realizaram investigações experimentais sobre esta temática, como Gioia Ambrosi (Ambrosi, 2013: 143-162), Kristine Mitchell (Mitchell, 2012: 490-518) e Theresa Kuhn (Kuhn, 2012: 50), chegaram a conclusões propícias à ideia de que a experiência Erasmus difunde a integração europeia entre os seus participantes. Já Emmanuel Sigalas (Sigalas, 2010: 241-265), Christof Van Mol (Mol, 2009: 46) e Karina Oborune (Oborune, 2013: 183-202) alcançaram resultados contrários. Os diversos estudos focam-se

essencialmente, nas mudanças das percepções dos estudantes sobre a identidade europeia após a experiência Erasmus (Öz e Praag, 2022: 6).

No estudo de G. Ambrosi analisou a relevância do Programa Erasmus+ na integração europeia tanto de estudantes espanhóis como ingleses, tendo por base uma metodologia quantitativa, através da análise de questionários realizados a estudantes participantes e não participantes, como qualitativa, por meio de inquéritos a *alumni* do Programa. As conclusões desta investigação corroboram a ideia de que a mobilidade estudantil fortalece a integração europeia em ambos os grupos. Ou seja, de acordo com os estudantes, a participação no Programa Erasmus+ fomenta a empatia pelas normas e princípios comuns. Outros resultados a destacar foram os benefícios do convívio direto que conduziram à educação e aquisição de competências sobre outras culturas e o reconhecimento da liberdade de circulação como uma mais-valia (Ambrosi, 2013: 158).

Em oposição aos resultados acima, investigadores como E. Sigalas, C. Van Mol e K. Osbourne defendem que os princípios que conduzem à integração europeia são características inatas de determinados indivíduos, ou seja, os estudantes que se propõem a participar neste Programa já estão predispostos à integração europeia. Desta forma, integrar um programa de mobilidade académica não é o fator primordial para a promoção da integração europeia. O que de facto têm bastante influência são as vivências que antecedem a participação no Programa Erasmus+. Neste sentido, os principais aspetos em análise alicerçaram-se nas experiências anteriores dos estudantes com diferentes culturas, nomeadamente na descendência multicultural, no estudo de línguas estrangeiras ou na prática de viagens. Para Sigalas, o convívio prévio com outros povos é uma benesse no âmbito da fomentação e promoção de uma integração europeia forte e consistente (Sigalas, 2009, 248).

Sem surpresa, os programas de mobilidade académica são geralmente considerados como catalisadores para a transformação da identidade e como o eixo para facilitar a assunção por parte dos estudantes da identidade europeia. Um dos programas educativos emblemáticos da UE é o Erasmus+, uma iniciativa destinada a promover um sentido de identidade e cidadania europeias entre os estudantes do ensino superior ao proporcionar e promover experiências internacionais, familiarizando-os com um novo país europeu, apresentando-os a diferentes estruturas e organizações educacionais, ideias, abordagens, habilidades e competências (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 82).

A autora Mitchell, que observou o Programa Erasmus+ numa ótica de experiência cívica, aplicou um inquérito *on-line* a estudantes de 25 nacionalidades, com o principal

objetivo de compreender se o Programa estimula o desenvolvimento da integração europeia. Os testemunhos resultaram na seguinte conclusão de que “os estudantes de Erasmus são mais interessados em países europeus (91%), em outros cidadãos europeus e culturas (93%), e uma sólida maioria ficou mais interessada na UE (66%) e no geral sentem-se mais europeu (73%)” (Mitchell, 2012: 498).

Em Portugal, a Organização *Erasmus Student Network* (ESN) realizou um estudo que compreendeu 14.681 elementos de 140 países e envolveu três tipos de participantes: estudantes a frequentar programas de mobilidade e o programa Erasmus+, antigos participantes dos programas mencionados anteriormente e estudantes do Ensino Superior que, apesar de manifestarem interesse, nunca integraram nenhum dos programas anteriores (ESN, 2019). Foram abordados diversos temas alusivos à cidadania ativa, entidades europeias e envolvimento na vida política; no entanto, o conteúdo que se enquadra na nossa investigação consiste em “perceções da cidadania europeia”, uma vez que são colocadas, no referido estudo, questões no âmbito das atitudes e vivências associadas à nacionalidade. Deste questionário, 76,68% dos inquiridos identificam-se não só com a sua nacionalidade de origem, como europeus, 12,70% consideram-se como nacionais do país de naturalidade, 3,60% consideram-se exclusivamente europeus e 7,02% não se identificam com nenhuma das opções anteriores. Assim, a conclusão para este estudo sugere que a mobilidade académica impulsiona favoravelmente a integração europeia.

De acordo com Feyen Krzaklewska, não só a ESN mas também a AEGEE são organizações que surgiram no seio do Programa e que apoiam tanto a partilha das experiências dos participantes, como o futuro do Programa, ações que auxiliam na construção e fomento da identidade europeia (Feyen e Krzaklewska, 2013:79). Neste sentido, foi através do prestigiado Programa Erasmus+ que a UE proporcionou várias oportunidades de mobilidade intraeuropeia aos estudantes ao longo dos anos. De destacar que nos últimos 30 anos, mais de dez milhões de pessoas participaram no Programa Erasmus+ e nos seus antecessores (Comissão Europeia, 2020: b). Esse aumento no número de participantes em programas de aprendizagem ao longo da vida em toda a Europa tem incentivado ao estudo do impacto da mobilidade académica na integração europeia, estudos que se focam primordialmente no impacto da mobilidade estudantil intraeuropeia sobre identidade europeia (Öz e Praag, 2022: 5).

Ainda, com base nos dois objetivos que sempre estiveram presentes no Programa, o cultural e o económico, e de acordo com os autores King e Ruiz-Gelices, afirmamos que a relevância de ambos os objetivos foi modificando de ano para ano; no entanto, relativamente

ao objetivo cultural o Erasmus+ procura incentivar e disseminar os princípios de integração europeia e a partilha dos princípios europeus, uma vez que durante a mobilidade os participantes têm possibilidade de integrar encontros culturais e de descobrir novas realidades; relativamente ao pilar económico, este caracteriza-se no domínio da formação internacional que capacita os estudantes no sentido de facilitar a sua entrada num mercado de trabalho mais competitivo e inovador, uma vez que os participantes estão familiarizados com culturas e linguagens distintas e estão mais dispostos a trabalhar em ambientes internacionais (King, Ruiz-Gelices, 2003: 229-252).

Já para Wilson as duas metas primordiais do Programa Erasmus+ são políticas e económicas. Assim, o primeiro objetivo fundamenta-se em impulsionar a integração europeia e a legalidade da UE, e o segundo objetivo procura educar e capacitar trabalhadores altamente qualificados e competitivos. O autor afirma que os fins políticos e económicos estão profundamente enraizados no Programa, e por esta razão dissociá-los é uma tarefa extremamente complexa ou até mesmo impossível (Wilson, 2011: 1113-1140).

Durante a nossa investigação deparamo-nos com a Teoria de Klose que indica que a principal função deste Programa é o de estimular e disseminar a integração europeia, uma vez que o período de mobilidade promove o conhecimento e o entendimento sobre outras culturas, pois os participantes passam a considerar como familiares as suas histórias, línguas, marcos, símbolos, situações do quotidiano, entre outros. Adicionalmente, o autor defende que, a mobilidade ao abrigo deste Programa impulsiona valores, como a identificação recíproca entre povos de culturas distintas e o crescimento da identidade europeia, por meio das experiências que se vão criando entre os participantes de diferentes nações europeias através da convivência mútua e dos relacionamentos diários durante o período de mobilidade (Klose, 2013: 39-50). Ainda sobre a afirmação anterior, Sigalas destaca a influência do entendimento e aprendizagem sobre a trajetória histórica e do desenvolvimento cultural da Europa na disseminação e fomentação do espírito comunitário europeu (Sigalas, 2010: 241-265).

Ainda neste sentido, referenciamos o trabalho “Andalusian university students’ perception of their European identity: international orientation and experiences” (García, Cores-Bilba e Gámez, 2021: 79-96), que analisa as atitudes em relação à UE com base na visão dos estudantes universitários sobre a adesão de Espanha à UE e empatia e envolvimento com a UE. Os resultados desta investigação são qualitativos, visto que os estudantes parecem ter visões muito práticas da UE. Tais opiniões são expressas principalmente por estudantes que não realizaram mobilidade. No entanto, tanto os

participantes como os não participantes demonstram um forte sentimento de vínculo à UE e de se sentirem em casa como cidadãos da UE.

Perante os argumentos apresentados ao longo desta investigação, afirmamos que o Programa Erasmus+ promove no seio dos seus participantes uma experiência concreta com efeitos diretos no domínio dos valores da UE e da cultura europeia e com resultados tangíveis nas suas vidas.

Adicionalmente e em debate com Nogueiro, Saraiva, Jorge e Chaletto também concluímos que o Programa Erasmus+ contribui para a concretização da promoção dos valores europeus (Nogueiro, Saraiva, Jorge e Chaletto, 2022: 10) em conformidade com o artigo 2.º do Tratado da União Europeia, nomeadamente “A União assenta nos valores do respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros numa sociedade em que prevalece o pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre mulheres e homens” (União Europeia, 2008).

Já sobre a influência do Erasmus+ no incentivo ao exercício da integração europeia, nomeadamente na disseminação e implementação de uma cidadania ativa, é um assunto que desde 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, conquistou uma maior atenção na literatura académica e científica, uma vez que o acordo veio salientar o processo de integração europeia através da promoção do envolvimento pragmático dos cidadãos, ao conceder-lhes oportunidades viáveis de se manifestarem abertamente e partilharem as suas visões sobre as diversas áreas de intervenção da UE. Adicionalmente, inseridos na Iniciativa de Cidadania Europeia, todos os cidadãos usufruem da oportunidade, caso um milhão de compatriotas da UE estejam em concordância, de requerer propostas à Comissão sobre assuntos que considerem vitais (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2022).

Analisados os diferentes resultados dos investigadores referidos neste capítulo, assumimos a ausência de concordância sobre o tema da influência da mobilidade académica como fator potenciador da integração europeia. Desta forma, tencionamos com este estudo enriquecer esta esfera do conhecimento na literatura. Neste sentido, para a elaboração desta investigação foram ponderadas as barreiras metodológicas mencionadas pelos estudos anteriormente mencionados. O principal objetivo é identificar a influência do Programa Erasmus+ no incentivo da integração europeia, ou seja, interpretar a mobilidade académica como uma ferramenta da União Europeia na prossecução do seu objetivo máximo, que é a assunção pelos cidadãos europeus do sentimento de pertença a esta sociedade comunitária,

objetivo que é também, fundamental, interpretar no entendimento e expectativas dos estudantes não participantes no Programa Erasmus+ (Ambrosi, 2013: 158) de modo a apurar se já havia uma base multicultural nos estudantes (Sigalas, 2010: 248), com o intuito de inferir os seus contributos da participação no programa da integração europeia no início, no meio e no fim do processo da participação no Programa Erasmus+.

No contexto das políticas estabelecidas pela UE, afirmamos que o Programa Erasmus+ foi desenvolvido como uma ferramenta para fortalecer a integração europeia e incentivar o crescimento de uma sociedade em prol da Europa no seio dos seus participantes. Pois, de acordo com Laffan, as entidades da UE agem como *identity builders* ao integrarem de forma basilar o quotidiano dos europeus (Laffan, 2004: 426). Para a CE o envolvimento no Programa tem “contribuído para o desenvolvimento de um sentimento de identidade europeia, uma identidade que complementa as identidades nacionais, regionais e locais” (Programa Erasmus+, 2016).

O programa Erasmus+, como instrumento que possibilita o crescimento dos valores da integração europeia, no sentido em que proporciona excelentes condições tanto no âmbito da educação como da livre circulação entre os seus Estados membros, que em teoria incentiva os seus participantes a defender a incorporação dos ideais da integração europeia, pois aproveitam os privilégios e as liberdades estabelecidas pela UE (Cram, 2012: 77-86). A autora Cram não só faz uma analogia entre ter consciência, admitir e praticar os privilégios associados às condições de cidadão da UE, como explica que existem diferentes níveis e características de reconhecimento e distintos apoios e interpretações tanto sobre a UE como pelas suas organizações. Ou seja, se o entendimento geral sobre os privilégios e regalias efetivos ou potenciais sobre a cidadania europeia for disseminado positivamente, o seu resultado consiste no aumento da consolidação das suas entidades e da fomentação da valorização consciente e inconsciente no envolvimento da integração europeia (Cram, 2012: 71-86).

Assim, e em análise com os estudos acima, afirmamos que o Programa Erasmus+ é uma estratégia da UE com vista à internacionalização unificada e organizada do Ensino Superior e o argumento basilar que justifica as oportunidades de mobilidade no domínio da educação e formação dos seus diversos participantes (estudantes e *staff*). Neste sentido os fluxos de pessoas resultantes da mobilidade académica consolidam o mercado único estabelecido e as condições de cidadão europeu, visto que os direitos e deveres instituídos possibilitam e promovem a livre circulação de cidadãos dentro do espaço europeu e de forma

direta e indireta influenciam a cultura e a interpretação da visão relativamente à diversidade, às origens e às motivações dos estudantes e profissionais europeus.

Desta forma, os inúmeros benefícios da mobilidade académica consistem acima de tudo na melhoria de competências a nível pessoal nos domínios da autossuficiência, empregabilidade e interculturalidade, uma vez que o Programa Erasmus+ permite que os participantes aprendam e/ou melhorem as suas capacidades linguísticas e se tornem mais independentes tanto no seu dia-a-dia tal como perante a sociedade. Outras características positivas da mobilidade, no entanto no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) consistem no incentivo à cooperação e internacionalização, na partilha de boas práticas e na implementação de processos pedagógicos mais simples e transparentes que consideramos ferramentas muito poderosas na evolução e melhoria tanto dos participantes como das IES. Assim, e devido ao seu grande potencial de influenciar e dinamizar, tanto ao nível dos participantes como das Organizações que promovem a mobilidade académica, estes Programas resultam efetivamente no desenvolvimento de um sentido de cidadania global e unificada (Ramaswamy, Marciniuk, Csonka, Colò e Saso, 2021: 388-406).

Os vários autores estudados nesta investigação confirmam o número insuficiente de estudos realizados sobre o Programa Erasmus+ e a sua relação com o tema da integração europeia (Feye e Krzaklewska, 2013: 66). Grande parte dos trabalhos desenvolvidos abordam a evolução histórica do Programa, os objetivos e as causas da mobilidade e quais as suas repercussões no âmbito profissional dos participantes. Por vezes, menos frequentemente, é analisado o potencial do Programa relativamente ao incentivo da integração ativa dos participantes nos valores e ideais da cultura e identidade europeia. Neste sentido e considerando os objetivos desta investigação, examinamos as informações dos relatórios anuais divulgados pela CE com o principal propósito de proferir algumas reflexões.

Assim, se realizarmos uma analogia entre estudantes do Ensino Superior que realizaram mobilidade e estudantes que não participaram em programa de mobilidade, verificamos que a percentagem dos que participaram nas eleições de 2014 para o Parlamento Europeu foi de 81% para o primeiro grupo e de 30% para o segundo grupo. Logo, houve uma ação direta e ativa dos estudantes que integraram o Programa, ao participarem voluntariamente no ato eleitoral europeu e demonstrar que anseiam ter uma presença ativa e de transformação da Europa. (Comissão Europeia, 2017: a)

Para além do envolvimento na vida política por meio da participação em eleições, o desempenho ativo da cidadania também valoriza as vivências em outros países, o *know-how*,

as competências a nível académico e profissional e a convivência com outros círculos e ambientes que o Programa Erasmus+ viabiliza e fomenta ao longo dos anos. Desta forma, o seu participante tem a oportunidade de compreender e interpretar a temática europeia sobre diferentes pontos de vista, ficando mais habilitados a apresentar propostas e conceitos mais inovadores e a atuar e cooperar voluntariamente no sentido de desenvolver a comunidade europeia. Estas afirmações baseiam-se nas informações dos relatórios da CE, pois 88% dos participantes no Programa confirmam que as suas capacidades sociais evoluíram e quatro em cada cinco participantes afirma que se tornaram mais interessados relativamente à vida em comunidade. Deste modo, 83% dos participantes indica que fortaleceram a sua visão e entendimento como cidadãos europeus durante o período de mobilidade. Como o Programa visa fomentar a integração europeia ao envolver os cidadãos numa experiência de mobilidade e desta forma dotá-los de ferramentas e capacidades teóricas e práticas, de valores e conceitos em diversos níveis, nomeadamente cultural, político, social, jurídico e económico, para que os participantes possam integrar os diversos domínios da cidadania europeia (Rio, 2012: 114-142), podemos, assim, considerar que a cooperação e envolvimento que se destacam neste programa incentiva à participação e promove a colaboração comunitária (Comissão Europeia, 2019). O Programa Erasmus+ com a nova vertente que integra outras áreas para além do ensino, torna-se mais inclusiva e abrangente, pois abarca o ensino vocacional e profissional, a educação de adultos e ações de cooperação, é de facto o símbolo mais emblemático da integração europeia (Silva, 2017).

3. ESTUDO DE CASO: INQUÉRITO A PARTICIPANTES EUROPEUS DO PROGRAMA ERASMUS+

Desde a sua criação, o programa Erasmus tem vindo a afirmar-se cada vez mais como o instrumento mais utilizado pelas instituições europeias para promover a mobilidade académica dentro da Europa. De facto, hoje em dia o Erasmus+ é considerado o mais importante programa da Comissão Europeia para a mobilidade de estudantes e docentes universitários e cooperação entre universidades e institutos de investigação. Ao nível prático e operacional, o Erasmus+ - concebido como política - implementou e continua a implementar o Espaço Europeu do Ensino Superior, principal objetivo do Processo de Bolonha (CE, 1999). A mobilidade de estudantes e docentes universitários é um laboratório contínuo de comparação entre métodos de ensino e experiências de ensino, muito importantes para estudantes e profissionais que trabalham num quadro institucional cada vez mais homogéneo e interligado. O que ainda é objeto de debate, no entanto, é se o Erasmus+ influência de alguma forma para instituir ou fortalecer a identidade europeia e, mais especificamente, como funcionam os processos de identificação europeia entre seus participantes.

A vida social dos europeus é cada vez mais influenciada por dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais que vão para além do contexto nacional. Os processos de globalização e europeização empurram para uma condição que vai para além das fronteiras nacionais, englobando mais do que um país, que afeta o quotidiano dos europeus e a forma como entendem as suas vivências e comoções, mas também estimulam processos inversos de enraizamento na dimensão nacional e local, como aconteceu na Escócia ou na Catalunha, por exemplo. Dentro dessas reflexões sobre o processo de europeização, uma das questões mais presentes e significativas que emergiu é a da identidade europeia. Os cientistas sociais questionam-se sobre a integração económica, política e monetária que também é acompanhada por um processo de construção de uma identidade comum na Europa. Mais especificamente, vinculando-se a um novo tipo de "envolvimento" dos cidadãos europeus em um plano "além-fronteiras" e ao desenvolvimento de novos laços sociais e de solidariedade entre eles. É preciso também a consciência de um sentimento de pertença à entidade chamada União Europeia.

Neste sentido, o Programa Erasmus+ o mais reconhecido no contexto do Ensino Superior, entre outros objetivos, procura fomentar e incentivar entre os jovens princípios de cidadania e identidade europeia, assim através da condução de um inquérito *on-line*, este

estudo procura compreender a visão, de estudantes universitários que experienciaram um período de mobilidade, sobre a sua identidade europeia e analisa a dinâmica da assunção da identidade europeia através da participação no programa com base nas respostas obtidas no inquérito.

Nesta investigação definimos a identidade europeia como um sentimento de pertença à União Europeia, como mencionado por Deutsch: "identificar-se com tal comunidade significa desenvolver um sentimento individual de pertencimento a tal unidade coletiva. Da mesma forma, a identidade europeia pode ser conceituada como uma orientação afetiva básica para uma política/comunidade" (Deutsch, 2006:157). Apesar do grande debate científico sobre o assunto, surge uma dificuldade geral em apreender os mecanismos sociais que determinam a maneira como os europeus tendem a identificar-se. Certamente decorre da complexidade de um fenómeno articulado como o da pertença, tal como está também ligado ao facto de no discurso sobre a identidade europeia, esta ser muitas vezes ainda concebida na sua definição essencialista, como uma entidade única e imutável, dentro dos seus limites simbólicos e físicos.

A análise desenvolvida nesta tese é o resultado de uma reflexão que se insere no debate sobre as mudanças sociais na Europa relacionadas com o processo de integração europeia e como os programas de mobilidade podem influenciar este último. Surge do interesse dos autores pelo tema dos processos que influenciam a construção de uma identidade coletiva dentro de uma comunidade. Neste caso, a identidade europeia tem sido uma das questões mais presentes e significativas no debate científico, público e político que se desenvolve desde o final dos anos noventa sobre o processo de integração. O sentimento de pertença à Europa tem sido frequentemente questionado face a muitas contradições que foram surgindo ao longo do tempo. Estas contradições derivam sobretudo do que se considera património cultural europeu, num contexto caracterizado por uma extraordinária variedade etnolinguística e institucional, e que respeita o próprio programa de integração.

Em relação ao tema da mobilidade Erasmus, muitos estudos já analisaram e forneceram evidências contraditórias quanto ao seu papel na formação da identidade europeia. Enquanto alguns estudiosos afirmam que o Erasmus de fato fortalece a identidade europeia (King e Ruis-Gelices, 2003; Van Mol, 2011), outros argumentam que não (Sigalas, 2010; Wilson, 2011) e ainda outros que depende de onde os estudantes são provenientes (Oborune, 2013). Tendo em conta a situação recente de crise política, económica e social em que a União Europeia é frequentemente desafiada pelos governos dos seus próprios Estados-Membros, pareceu-nos interessante e útil começar pela base, ou seja, pela identidade, e tentar

estudá-la em relação à um programa de mobilidade que, de acordo com Umberto Eco, criou a "primeira geração de jovens europeus".

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento da identidade europeia através dos mecanismos sociais que os participantes do Erasmus+ vivenciam, esta dissertação de mestrado discutirá os resultados de uma análise feita numa abordagem teórica e empírica. A escolha deste tema de investigação partiu da intenção dos autores de aprofundar, numa perspetiva mais empírica, o processo de criação e desenvolvimento de uma identidade europeia comum entre os povos dos estados membros da UE.

A razão pela qual decidimos escolher especificamente o Erasmus+ foi porque é o programa de mobilidade mais popular financiado pela Comissão Europeia e pode oferecer não só mais ideias para análise e reflexão, mas também para pesquisas futuras.

3.1 Estado da Arte

O Programa Erasmus é alvo de vários discursos que questionam os seus reais efeitos da experiência de mobilidade tanto a nível social como do individual. Por um lado, as investigações oficiais relatam os desenvolvimentos quantitativos ligados à implementação do programa; por outro lado, os inquéritos científicos, numa abordagem mais qualitativa, analisam os impactos da experiência Erasmus como forma de mobilidade no desenvolvimento pessoal do indivíduo. No que diz respeito à experiência de estudar no estrangeiro, os inquéritos institucionais incidem sobretudo sobre o progresso académico e linguístico dos estudantes e, em geral, promovem um acesso mais fácil ao emprego dos antigos participantes deste tipo de programa de mobilidade.

Embora a interpretação da participação no Programa Erasmus como uma experiência cívica tenha uma base teórica significativa, foi apenas fracamente verificada por evidências empíricas. A maioria dos estudos empíricos são inquéritos que exploram a relação entre a participação no Erasmus e a identidade europeia ou ligação à UE, embora os resultados não estejam de acordo. Alguns estudos encontram uma correlação entre o estudo Erasmus e a identidade europeia enquanto outros contestam esta afirmação.” (Mitchell, 2012:495). o programa Erasmus+ poderá reforçar a formação da identidade europeia.

Decidimos estruturar esta parte sobre o estado da arte a partir da análise dos estudos sobre a formação da identidade europeia e pesquisas sobre a influência que os programas de mobilidade europeus podem ter nesse sentido. Também explicaremos o que eles tentaram

demonstrar e seus limites. No final explicaremos porque, na nossa opinião, é importante estudar a influência do programa Erasmus+ para por fim qualificar-mos esta investigação na literatura atual, explicando a sua relevância e os seus elementos de novidade.

Considerando a extrema atualidade do tema, no momento da redação deste documento, não existem artigos ou pesquisas científicas que o analisem sob a ótica da teoria das relações internacionais. No entanto, algumas pesquisas oficiais foram realizadas para analisar a influencia do Programa na formação da identidade dos estudantes.

O estudo da identidade europeia é constituído por uma abordagem interdisciplinar e pela compreensão de diferentes orientações teóricas: leituras históricas, culturais e político-institucionais que ajudam a esclarecer como estas diferentes dimensões influenciam a construção da identidade ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a análise do sentimento de pertencimento referido à Europa leva os investigadores a procurar uma abordagem que questione os conceitos vinculados a modelos e categorias da dimensão nacional, para desenvolver um entendimento capaz de analisar este tema cuja realidade engloba os vários países que constituem a UE. "A questão da identidade europeia é tratada e respondida de forma muito diferente na literatura das ciências sociais. Isso se deve principalmente a uma diferença de opinião sobre o significado próprio do termo identidade (europeia)" (Deutsch, 2006: 152).

Das diversas abordagens teóricas utilizadas para esse tipo de análise, as transnacionais têm certa importância, pois são as mais utilizadas tanto por académicos como pelas instituições europeias. Neste tipo de estudos, o sentimento de pertença dos cidadãos da UE remonta a uma série de indicadores sobre as atitudes individuais e coletivas em relação à UE, em particular: a percepção das vantagens ou desvantagens da integração, os sentimentos de orgulho e apego à Europa, a confiança nas instituições da UE, a moeda única e os vários domínios das políticas comunitárias. Essas atitudes são analisadas a partir de uma perspectiva diacrónica com base em variáveis socioeconómicas como nível de escolaridade, classe, religião, filiação política.

É de grande relevância referir que estes inquéritos, destinados a averiguar o grau de adesão ao programa europeu, não vão além do nível nacional. As diferenças significativas, por outro lado, são internas às realidades nacionais e entre as diferentes categorias de cidadãos. As reelaborações que têm vindo a ser feitas por alguns estudiosos dos dados do Eurobarómetro evidenciam o papel decisivo das variáveis socioeconómicas e culturais nas diferenças de atitude dentro dos mesmos países membros. Em todos os países, a atitude positiva cresce com o aumento dos níveis de escolaridade, entre os mais jovens e entre os

que vivem em contextos urbanos, que apoiam partidos de esquerda e têm um conhecimento mais profundo da UE. Em geral, esses tipos de pesquisas mostram que a interação e a comunicação entre certas categorias de europeus têm crescido. Os mais jovens, os de alto nível educacional, os profissionais, os universitários e os pesquisadores, os que têm a oportunidade de trabalhar para conhecer seus pares em outros países, mas para a maioria da população da comunidade ainda é raro ter relações sociais além das fronteiras nacionais (Fligstein, 2009).

Entre os estudos realizados sobre o tema, há uma carência geral de pesquisas qualitativas, o que foi apontado pelos autores Ambrosi (2013) e Van Mol (2011, 2013). O primeiro referiu que a investigação qualitativa sobre esta matéria é escassa e “insta que as entrevistas e não os inquéritos sejam o melhor método para uma melhor compreensão do assunto” (Ambrosi, 2013: 149). O segundo também argumentou que é importante focar mais na análise qualitativa para entender a influência que esse tipo de experiência no exterior pode ter no processo de formação da identidade europeia. Ele também afirmou que os estudos realizados por pesquisadores da área “raramente fundamentam suas suposições empiricamente e que há necessidade de pesquisas mais extensas” (Van Mol, 2011:30). Assim, se considerarmos esses autores ditos sobre a falta de análise qualitativa sobre esse tema específico, poderíamos argumentar que a relevância de nossa tese é bastante clara. De facto, o nosso contributo é teórico e empírico. Adicionalmente, responderemos àquelas críticas anteriores que apontavam para a falta de análise qualitativa.

O contributo deste estudo no estado da arte atual está relacionado principalmente à sua atualidade e à sua abordagem. Este trabalho desenvolve uma perspetiva teórica original, procurando dar um contributo inovador a nível analítico para o debate científico sobre a identidade europeia e os processos de socialização que a influenciaram. Como podemos verificar, são várias as pesquisas sobre os efeitos que os programas de mobilidade europeus têm no reforço do sentimento de pertença à Europa. No entanto, a abordagem desta tese mestrada utilizará as lentes funcionalista e neofuncionalista das Relações Internacionais para a parte epistemológica e a identidade europeia para a parte teórica. Em segundo lugar, o contemporaneidade da temática torna o trabalho relevante para a literatura atual. Até o momento, nenhuma das pesquisas oficiais abordou o Programa Erasmus+ como uma ferramenta da União Europeia que influencia na formação da identidade europeia e no sentimento de pertença à EU.

3.2 Questionário e Hipóteses

De acordo com Blaikie (2010:58) "As questões de pesquisa são necessárias para definir a natureza e o propósito da pesquisa. Ao selecionar as questões e prestar atenção à sua redação, é possível determinar o que deve ser estudado e, até certo ponto como ela será estudada. A forma como uma determinada questão de pesquisa é formulada pode ter uma influência significativa em quanto e que tipo de atividade de pesquisa será necessária". Com base nessas afirmações, construiremos algumas hipóteses para tentar dar já algumas respostas possíveis para as questões de pesquisa.

Tendo em conta as lacunas teóricas encontradas na literatura e a pouca atenção dedicada ao impacto da mobilidade académica na Europa como instrumento para fomentar a identidade europeia, o objetivo desta pesquisa, apurará o mecanismo causal que fornecerá uma explicação teórica mais robusta ao contributo da mobilidade Erasmus para reforçar o sentido de identidade europeia nos seus participantes.

Portanto, nesta pesquisa identificamos duas questões de pesquisa que podem ser colocadas da seguinte forma:

- (1) Como os estudantes de mobilidade definem a sua identidade?
- (2) Existem evidências de que, como sugere a literatura, vivenciar um programa de mobilidade académica, aumenta a orientação internacional dos participantes e por consequência, fomenta a identidade europeia?

Desta forma, este trabalho concentra-se particularmente na análise de juízos dos estudantes universitários sobre a sua identidade europeia e visa verificar se a experiência internacional influenciou a sua visão sobre a identidade e a integração europeia.

A contribuição do programa Erasmus para a formação da identidade europeia só pode ser avaliada por meio de um mecanismo causal baseado em dois fatores interligados: primeiro, considerando o nível de identidade europeia sentido por cada estudante antes da experiência de mobilidade Erasmus e, em segundo lugar, sobre o impacto do processo de socialização - que ocorre tanto em ambientes universitários como não universitários - nesse nível de identidade europeia, contribuindo assim para a potenciar, manter ou impedir.

3.3 Estudo de Caso: Inquérito

De acordo com Gerring (2004:342), uma pesquisa de estudo de caso pode ser entendida como "um estudo intensivo de uma única unidade com o propósito de compreender uma quantidade maior de unidades (semelhantes). Uma unidade conota um fenômeno espacialmente delimitado observado em um único momento ou em um período de tempo delimitado." Além disso "Estudos de caso são geralmente fortes e precisos onde os métodos estatísticos e modelos formais são fracos Identificamos quatro fortes vantagens dos métodos de caso que os tornam valiosos para testar hipóteses e particularmente úteis para o desenvolvimento de teorias" seu potencial para alcançar alta validade conceitual; seus fortes procedimentos para promover novas hipóteses; seu valor como um meio útil para examinar de perto o papel hipotético dos mecanismos causais no contexto de casos individuais; e sua capacidade de abordar a complexidade causal." (George et Bennett, 2005:25).

Assim, nesta investigação, o método de estudo de caso permitirá abordar um fenómeno particular, que é a formação da identidade europeia durante o programa de mobilidade Erasmus+.

Desta forma, decidimos escolher o campo da pesquisa qualitativa por vários motivos. Este quadro de pesquisa oferece técnicas e desenhos que ajudam, por um lado, a situar a análise em um contexto sócio-histórico específico em que se dá a ação educativa do programa. Por outro, permite-nos aproximar dos significados e das diferentes perceções que os envolvidos no programa possam ter. Sendo o elemento principal desta investigação o programa Erasmus+, que é uma ferramenta que visa capacitar os seus participantes tanto numa perspetiva profissional como académica, é possível localizá-lo não só nas investigações relacionadas com as Relações Internacionais, mas também nos projetos de ciências humanas. Quanto à abordagem teórica, optamos por utilizar o a identidade europeia por ser o tema mais adequado para este tipo de investigação.

Por fim, com base na questão de investigação desta tese tentaremos perceber como os participantes deste programa de mobilidade percecionam os efeitos do mesmo na formação da sua identidade. Esta análise permitirá conhecer, por um lado, aspetos relacionados com a construção social da identidade europeia e, por outro, aproximar-nos da realidade dos seus efeitos através da perceção das pessoas envolvidas.

Quanto à técnica utilizada para a recolha dos dados, aplicamos um questionário com perguntas abertas e fechadas. "Um questionário é o principal meio de recolha de dados

primários quantitativos. Um questionário permite que os dados quantitativos sejam recolhidos de forma padronizada para que os dados sejam internamente consistentes e coerentes para análise. Os questionários devem ter um propósito definido que é relacionado aos objetivos da pesquisa e necessita de ser claro desde o início de acordo como os resultados serão utilizados" (Roopa, Rani, 2012:273).

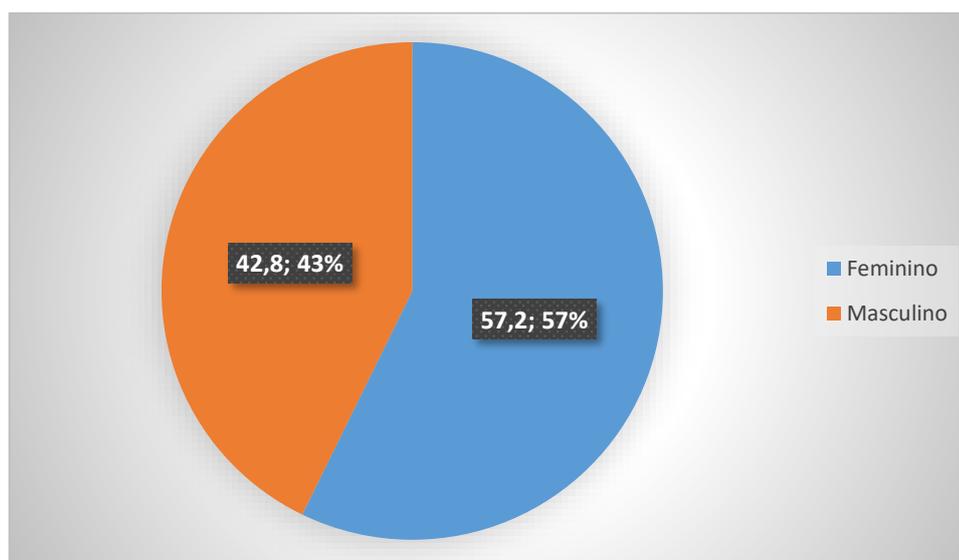
O questionário será dividido em duas secções: a primeira está relacionada com a informação pessoal (idade, sexo, nacionalidade, etc.) enquanto a segunda está relacionada com os a experiência Erasmus+ e a identidade europeia. Às vezes, um questionário é usado como base para uma entrevista para que haja alguma interação entre o entrevistado e o pesquisador (ou pelo menos um entrevistador). Pode ser presencial, por telefone ou por e-mail. Em outras situações, o questionário é concebido como um questionário de autopreenchimento para que o respondente se completa sem a presença do investigador. O participante pode receber o questionário pelo pesquisador, ou enviar o questionário pelo correio ou e-mail, ou pode aceder ao questionário na internet.

Gostaríamos de indicar o motivo pelo qual decidimos contactá-los por *online* e por que decidimos usar um questionário em vez de realizar, por exemplo, uma entrevista direta. Em primeiro lugar, pois houve a dificuldade de acesso aos dados pessoais desses participantes, o que dificulta encontrar pessoas de determinados perfis e contactá-los, por exemplo, por telefone. Em segundo lugar, a comunicação *online* permite-me entrar em diálogo com os participantes para esclarecer o próprio questionário, pelo que não se trata de uma recolha cega de informação. Além disso, o facto de responder a este questionário a partir de casa tem permitido que os participantes o façam no momento que considerem mais adequado, facilitando o processo de reflexão que as diferentes questões implicam e evitando fatores que possam ter limitado o discurso, como a falta de tempo.

Nesta parte da tese apresentaremos os dados que recolhemos através dos questionários.

A amostra foi composta por um grupo de 166 estudantes de mobilidade que participaram no Programa Erasmus, 95 mulheres e 71 homens distribuído pelas percentagens apresentadas na figura 2, com idades entre os 19 – 30 (140), 31 – 40 (21) e 41 – 58 (5). De acordo com o inquérito a maioria dos participantes é do sexo feminino (57%), no entanto a diferença para com os participantes do sexo masculino é bastante reduzida (43%). Decidimos incluir apenas estudantes europeus porque poderemos avaliar o seu nível de identidade europeia pré-Erasmus para responder às nossas questões de investigação.

Figura 2 - Participantes, por género



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

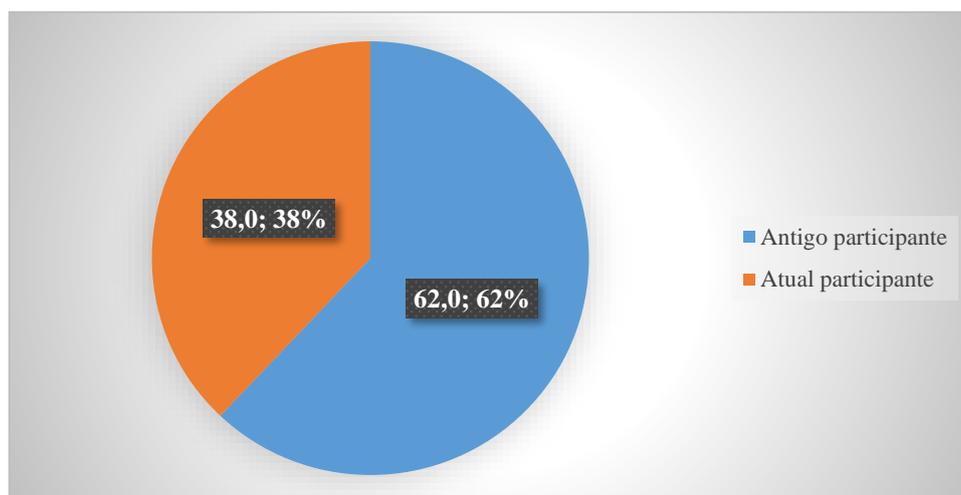
Como podemos ver na figura 3 abaixo, estão divididos em dois grupos: antigos participantes que correspondem a 62% e atuais participantes que correspondem a 38%. Na tabela 1 abaixo, são apresentados os anos letivos em que participaram os dois grupos: antigos (101 estudantes) e atuais estudantes (65 estudantes), num total de 166 estudantes.

Tabela 1 – Participação no Programa Erasmus/ Erasmus+

Participação no programa Erasmus/Erasmus+														
	Atuais	Programa Erasmus+ (set./14 a jan./20)							Programa Erasmus					
Ano Letivo	21/22	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	Total	06/07	11/12	12/13	13/14	20/21	Total
Nº de Estudantes	65	5	6	6	18	11	10	56	8	6	1	1	29	45

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

Figura 3 - Participação no Programa Erasmus/Erasmus+



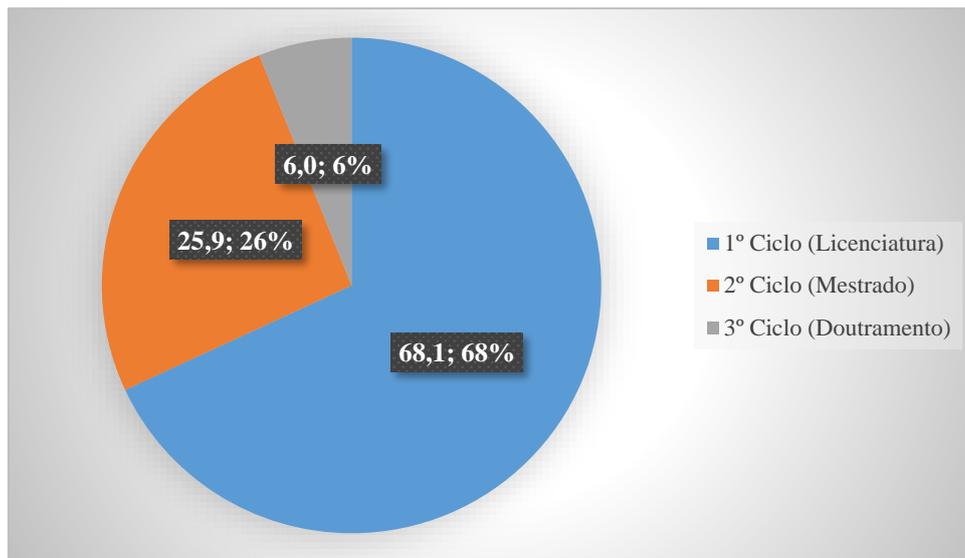
Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

Na figura 4 verificamos que o maior número de participantes (62%) são os 113 estudantes do 1º Ciclo (Licenciatura), seguindo-se os 43 estudantes do 2º Ciclo (Mestrado) e 10 estudantes do 3º Ciclo (Doutoramento). Estes estudantes são provenientes das mais diversas áreas de estudo, nomeadamente:

- Arquitetura: 1
- Artes Visuais: 1
- Biologia: 4
- Ciências da Comunicação: 1
- Ciências da Educação: 13
- Ciências da Educação – Educação Física: 1
- Ciências da Informação: 3
- Ciências da Saúde: 8
- Ciências do Desporto: 76
- Ciências do Meio Aquático/ Ciências do Mar: 1
- Ciências Motoras: 1
- Design: 2
- Direito: 1
- Economia: 8
- Economia e Gestão: 2
- Enfermagem: 1

- Engenharia: 1
- Engenharia Eletrónica e de Computadores:1
- Engenharia Informática: 2
- Estudos Portugueses: 1
- Farmácia: 2
- Filosofia: 4
- Finanças: 1
- Física: 2
- Gestão: 1
- Gestão Desportiva:1
- História de Arte:1
- História da Artes, Património e Cultura: 1
- Informática de Gestão: 1
- Línguas Aplicadas:1
- Línguas e Culturas estrangeiras: 1
- Línguas Estrangeiras Aplicadas: 2
- Medicina: 10
- Nutrição: 3
- Optometria e Ciências da Visão: 1
- Pedagogia: 1
- Psicologia: 2
- Química: 1
- Terapia da Fala 1

Figura 4 – Participantes por Ciclos de Estudos



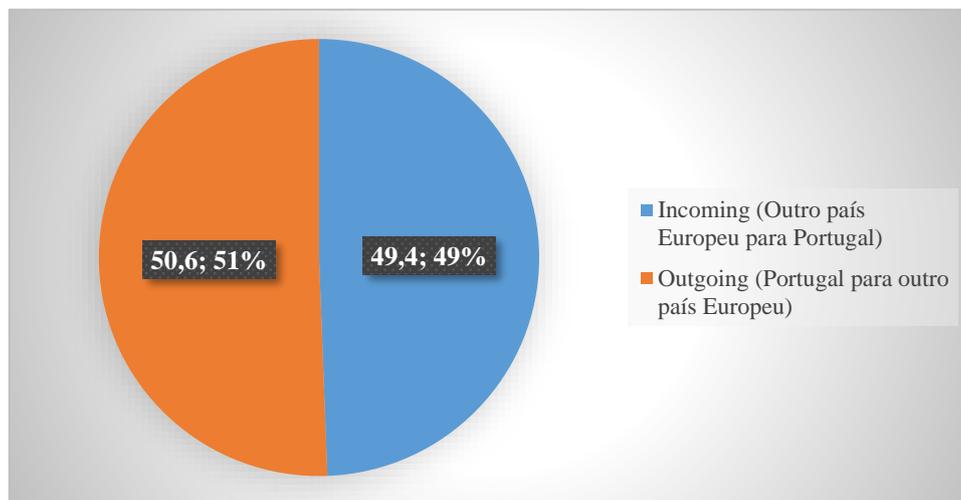
Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

estudantes *Outgoing* (de Portugal para outro país Europeu) são 84 e estudantes *Incoming* (Outro país Europeu para Portugal) são 82 distribuído pelas percentagens apresentadas na figura 5, dos seguintes países com uma representação significativa das diferentes partes do mundo:

- Alemanha: 5
- Bélgica: 5
- Bielorrússia: 1
- Brasil: 3
- Bulgária: 3
- Eslováquia: 1
- Espanha: 39
- França: 2
- Grécia: 4
- Hungria: 5
- Itália: 5
- Lituânia: 1
- Polónia: 5
- Portugal: 80
- Reino Unido: 1
- República Checa: 4

- Roménia: 1
- Turquia 1

Figura 5 - Tipo de mobilidade



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

Os resultados do estudo serão apresentados com base nos dados obtidos no inquérito *on-line* bilingue (português e inglês) e anónimo que esteve disponível durante dois meses, durante o 2º semestre do ano letivo 2021/2022, para que um maior número de participantes tivesse a oportunidade de responder, com as seguintes questões:

- Adquiriste mais interesse sobre outros países europeus?
- Adquiriste mais interesse sobre outras culturas europeias?
- Sentes mais orgulho em ser europeu?
- Desenvolveste mais interesse sobre a Europa?
- Consegues encontrar algumas características semelhantes entre ti e os amigos de outras nacionalidades que fizeste durante a mobilidade?
- Consegues encontrar algumas características semelhantes entre o teu país de nascimento e o de acolhimento?
- Identifico-me como:
 - Europeu
 - Europeu e nacional do meu país de origem
 - Nacional do meu país de origem
 - Nenhuma das opções anteriores

- Tens interesse em saber mais sobre os teus direitos como cidadão europeu?
- Tens conhecimentos sobre os teus direitos como cidadão europeu?
- Consideras que o teu país beneficia por integrar a União Europeia?
- Observações

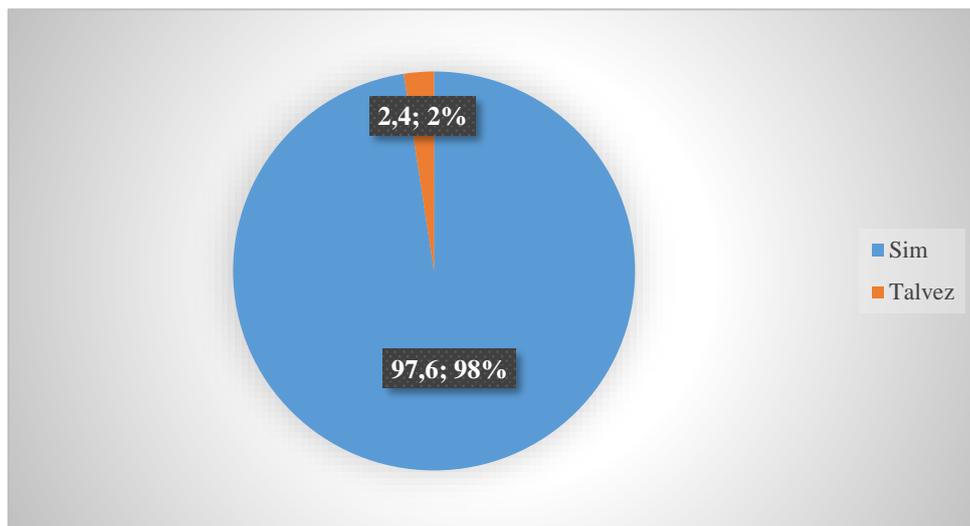
As perguntas foram elaboradas com o objetivo de demonstrar a visão dos participantes sobre a temática da identidade europeia e da forte influência do Programa Erasmus+ num ambiente interativo, uma vez que estes são os instrumentos fundamentais para esta pesquisa no âmbito da construção da identidade europeia.

Este estudo motiva os participantes a apresentarem as suas ideias e opiniões para que os resultados finais sejam dados ricos e úteis que respondam às questões prévias colocadas no início do estudo e preencham certas lacunas existentes na literatura na área das Relações Internacionais.

Os dados compreenderam 166 respostas e o programa utilizado para a análise das informações foi o *SPSS statistics, software* que produziu os resultados apresentados em todos os gráficos desta investigação. Os dados foram comparados entre todas as categorias identificadas no inquérito, nomeadamente, sexo, idade, ano letivo e nacionalidade, não sendo apresentado qualquer tipo de desvio padrão, uma vez que em todas as questões às respostas coincidiram positivamente na sua totalidade, tal como vamos apresentar na análise mais pormenorizada nos gráficos abaixo.

Desta forma, de acordo com a figura 6 concluímos que 98% dos inquiridos afirma que a participação numa experiência de mobilidade resultou na aquisição de mais interesse sobre outros países europeus, apenas 2% selecionou a opção “Talvez” e nenhuma resposta foi negativa. Desta forma, concluímos que a participação no Programa de Mobilidade resulta num maior interesse e envolvimento acerca de outros países europeus, uma vez que não existe desvio padrão relativamente a esta questão.

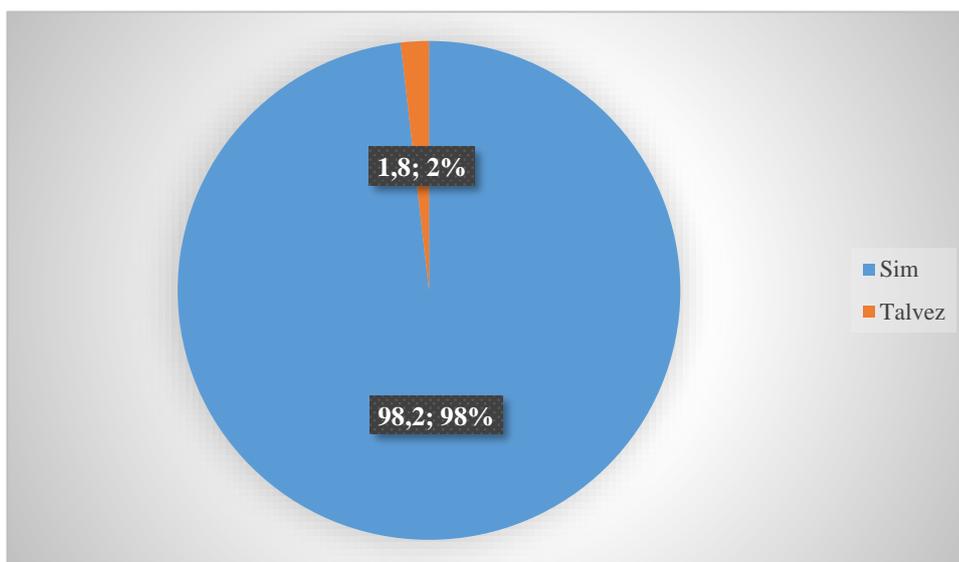
Figura 6 - Aquisição de interesse sobre outros países europeus



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

O gráfico da figura 7 mantém a inexistência de desvio padrão nas respostas ao inquérito, uma vez que 98% das respostas é positiva quanto à aquisição de mais interesse sobre outras culturas europeias devido à participação no programa de mobilidade académica, 2% selecionou a opção “Talvez” e nenhuma resposta foi negativa. Os participantes já tinham um bom nível de interesse por outros países europeus antes de participarem no programa de mobilidade, pelo que os 98% responderam positivamente e apenas 2% está indeciso sobre o seu interesse. Não existindo nenhuma resposta negativa por parte dos participantes.

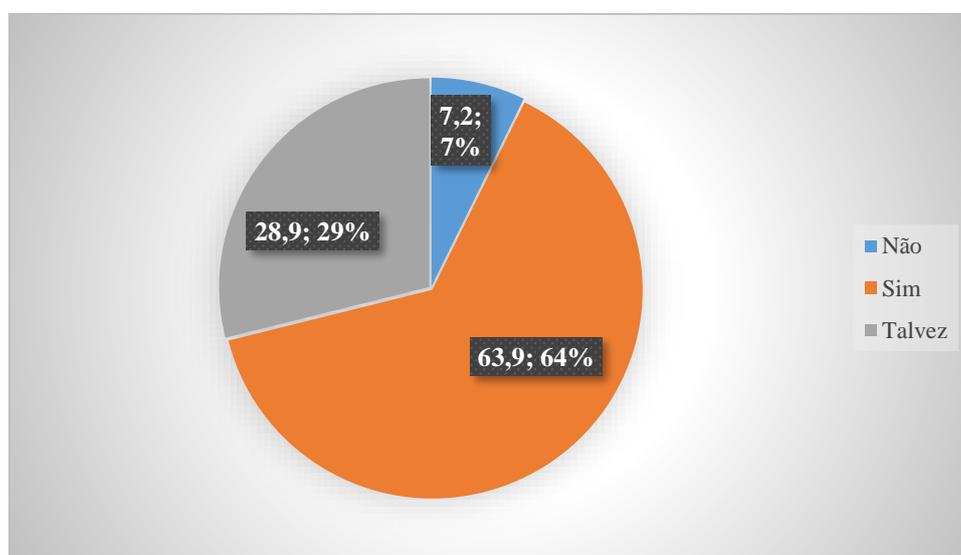
Figura 7- Aquisição de interesse sobre outras culturas europeias



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

Na imagem da figura 8 a maioria dos participantes indica que devido à participação na experiência de mobilidade sentem mais orgulho em ser europeu, desta forma, concluímos que as políticas implementadas no Programa fomentam e estimulam a identidade europeia. Um número muito reduzido de participantes está indeciso sobre o assunto e um número ainda menor indica que não sente mais orgulho, possivelmente por causa de alguma experiência pessoal ou institucional menos positiva. Assim, existe uma vontade ativa de continuar a conhecer novos lugares e culturas e, de uma forma mais geral, a viver novas experiências.

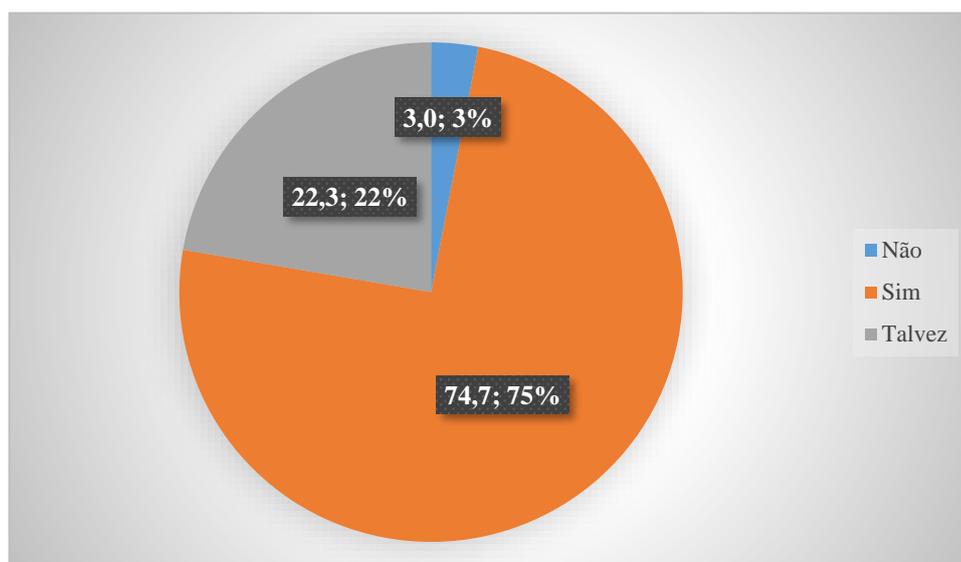
Figura 8 - Orgulho em ser europeu



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

Quanto à figura 9 as respostas positivas mantêm-se com maior percentagem, seguindo-se a opção “Talvez” e apenas uma minoria responde negativamente. Perante estes resultados concluímos que o Programa Erasmus+ positivamente promove a UE e as suas políticas ao desenvolver um maior interesse nos estudantes.

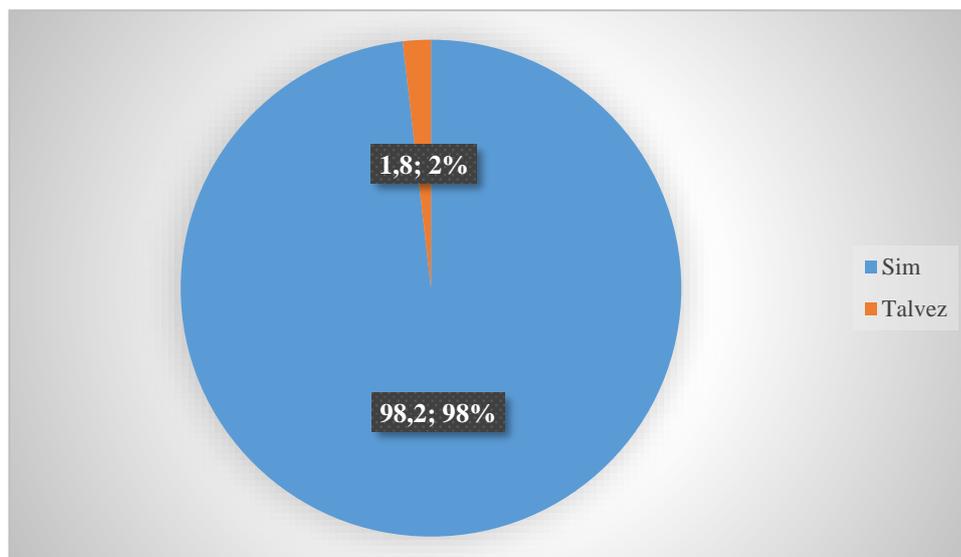
Figura 9 - Desenvolvimento de maior interesse sobre a Europa



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

No gráfico abaixo 98% dos participantes afirma que consegue encontrar algumas características semelhantes entre si e os amigos de outras nacionalidades que fez durante a mobilidade, apenas 2% indicam que talvez consigam encontrar e à semelhança das figuras 6 e 7 não existiram respostas negativas. Assim os participantes são capazes de criar uma ligação entre eles e os seus colegas europeus, o que acabará por reforçar o seu sentido de identidade europeia

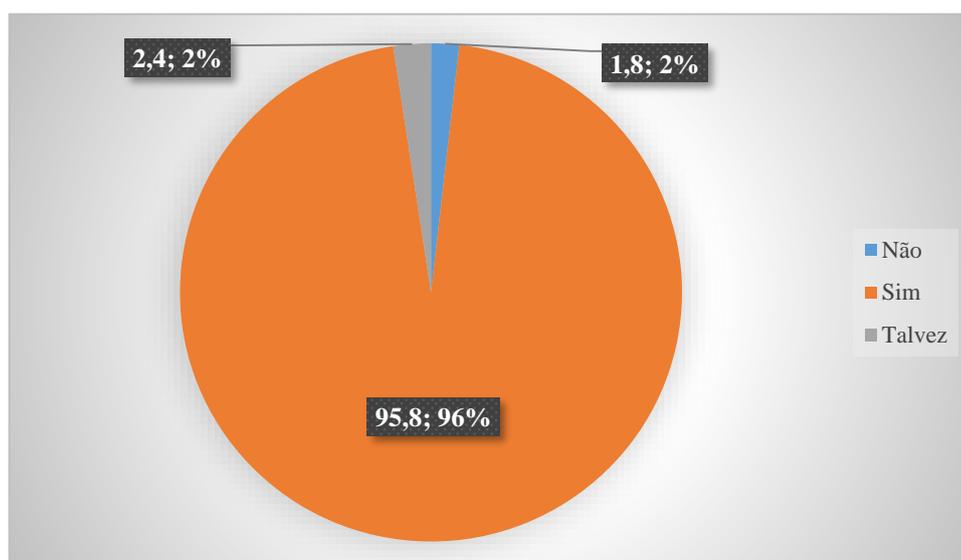
Figura 10 - Características semelhantes entre o participante do Programa de mobilidade académica e amigos de outras nacionalidades



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

Já na figura 11, 96% dos participantes encontra algumas características semelhantes entre o país de nascimento e o de acolhimento e 2% responde tanto negativamente como indecisamente.

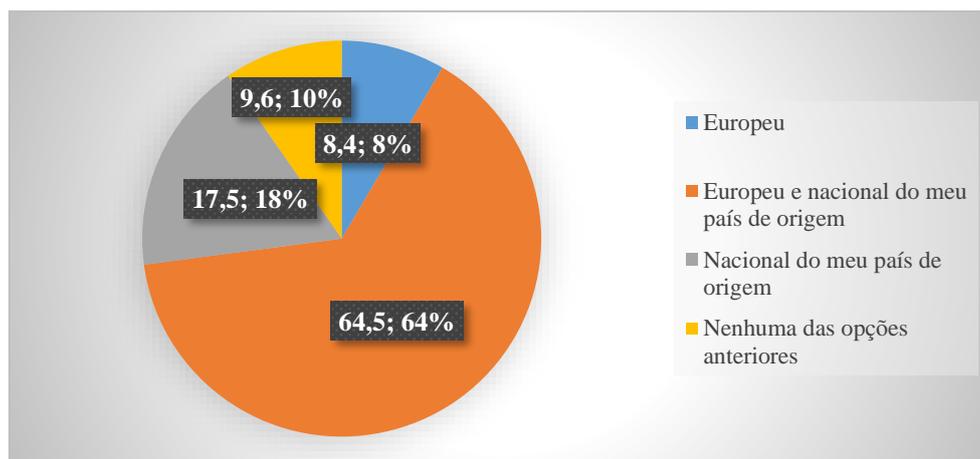
Figura 11 - Semelhança de características entre o país natal e o de acolhimento



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito.

No gráfico sobre como se identificam os participantes de mobilidade académica em termos de nacionalidade, 64% indica ser europeu e nacional do seu país de origem, 18% nacional do seu país de origem (nacionalista), 10% não se identifica com nenhuma das opções anteriores e apenas 8% como exclusivamente europeu.

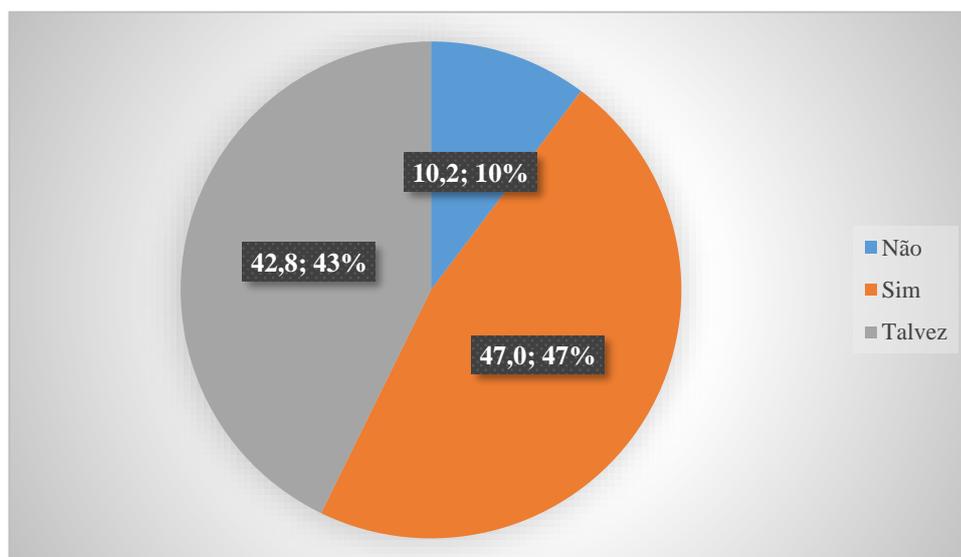
Figura 12 - Autoidentificação com a nacionalidade



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

Relativamente ao conhecimento que os participantes do Programa Erasmus+ têm sobre os direitos como cidadãos europeus, houve um certo empate entre os que responderam positivamente e os que não têm a certeza, uma vez que são 47% respostas “Sim” para 43% “Talvez”. Apenas 10% dos participantes admite não ter qualquer tipo de conhecimento sobre os seus direitos como cidadão europeu.

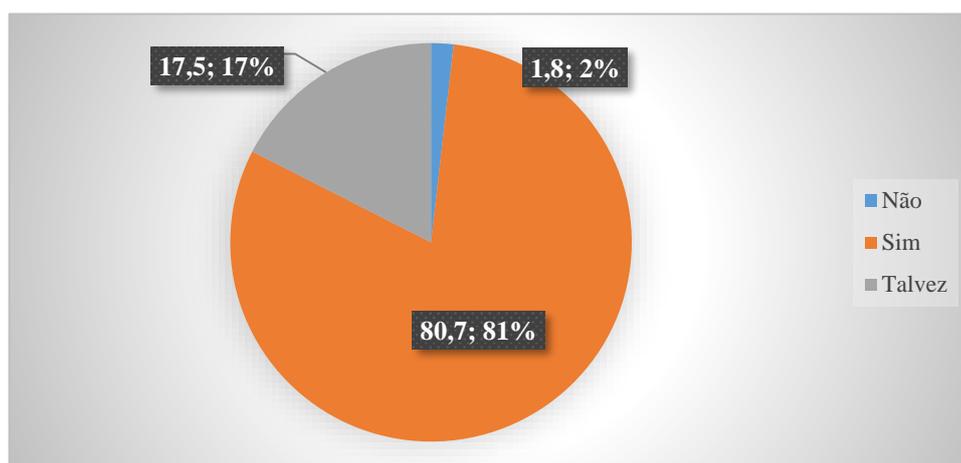
Figura 13 - Percepção sobre os direitos do cidadão europeu



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

Na seguinte pergunta que procura verificar se a experiência de mobilidade académica aumenta o interesse dos seus participantes sobre as questões dos direitos da cidadania europeu, a figura 14 demonstra que 81% afirma que “Sim”, 17% “Talvez” e em apenas 2% não foi suscitado o interesse em saber mais sobre o assunto.

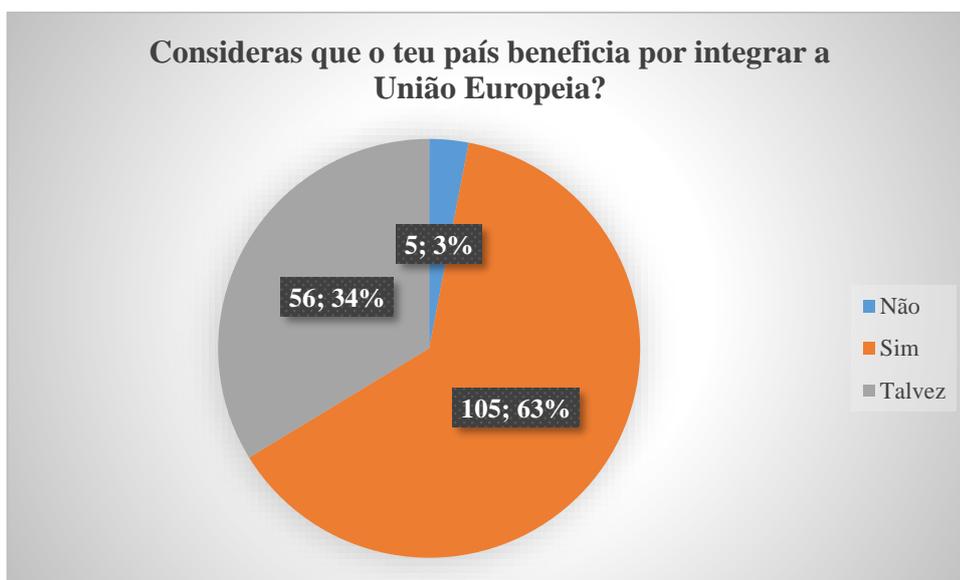
Figura 14 - Aumento do interesse sobre o tema dos direitos da cidadania europeia



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

Na figura 15 os participantes que na sua opinião beneficiam por integrar a UE são 63%, as respostas dos que consideram que talvez beneficiem são de 34% e apenas 3% afirmam não beneficiar. Assim, a grande maioria dos participantes vê as mais-valias de do seu país integrar a UE.

Figura 15 – Perceção dos benefícios do país de origem em integrar a UE



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados extraídos do inquérito

CONCLUSÃO

Os principais objetivos abordados neste estudo, consistem em investigar com base nos paradigmas funcionalista e neofuncionalista das Relações Internacionais – enquanto “lentes” explicativas do fenómeno da integração que reconhecem a importância das instituições supranacionais e que o processo de integração usufrui e adquire uma dinâmica própria, independente do domínio dos Estados – de que forma a integração europeia está a ser potenciada através do programa Erasmus+ da Comissão Europeia. Também procuramos analisar de que forma é que a experiência de mobilidade académica fomenta e incentiva os participantes a assumirem a identidade europeia.

Este estudo parte da hipótese de que participar em programas de mobilidade académica na Europa contribui para ter opiniões positivas sobre a UE. Os resultados mostraram que a nossa hipótese foi confirmada.

Podemos, assim, concluir, através do estudo dos objetivos e da importância do programa para as políticas da União Europeia, que existe um triplo papel do programa ERASMUS na integração europeia. O primeiro é o da internacionalização da educação inicialmente apenas no espaço europeu e que após a implementação do Programa ERASMUS+ em 2014 se estende além das fronteiras comunitárias. Constatamos, com sucesso, uma segunda valência enquanto instrumento catalisador de valores comuns, símbolos, cultura e identidade europeia. Por fim, permite ainda junto da Sociedade Europeia exponenciar a divulgação das vantagens do processo de integração comunitário europeu, bem como das suas políticas e princípios.

Em suma, a identificação do cidadão europeu com a União Europeia passa a ser influenciada também pelos testemunhos positivos da participação dos estudantes neste Programa de intercâmbio. Além disso, os resultados demonstram que a participação dos jovens estudantes – “a geração Erasmus”, foi um fator mais decisivo sobre a perceção dos valores europeus, comparativamente a outros meios de divulgação de informação sobre o funcionamento da União Europeia, nomeadamente na comunicação social, ou na divulgação da documentação oficial escrita da União Europeia. Isso mostra que os participantes do inquérito, independentemente de serem ou não cidadãos da UE antes da participação no Programa, apenas no final do intercâmbio reconhecem a sua identificação com o projeto europeu que passa a ser uma referência identitária positiva, reforçar o seu envolvimento e

compromisso com o projeto integrador europeu. Este balanço positivo da experiência de intercâmbio acadêmico através do Programa ERASMUS articula-se ainda com o sucesso mensurável no crescimento progressivo do número de alunos inscritos, na ampliação do investimento comunitário no Orçamento do Projeto, bem como pelo aumento de parceiros institucionais do Programa e que converteram o ERASMUS no maior programa de intercâmbio estudantil do Mundo.

Contudo, a lógica da política de internacionalização do ensino superior não se resume apenas à ação da instituição anfitriã, cabendo aos Estados e à estrutura organizacional dos seus sistemas educativos nacionais, o desenvolvimento de práticas positivas em relação à integração europeia, através de instrumentos políticos que tragam um novo alento ao ensino, no sentido de fomentar a integração e a identidade europeia.

Tendo em conta o abrandamento do aprofundamento da integração comunitária com os recentes alargamentos da UE e a inclusão de alguns países ex-comunistas, o Brexit, os efeitos negativos da pandemia de Covid-19, a expansão do nacionalismo em alguns Estados-membros como a Hungria, torna-se fundamental revitalizar o debate político, mas também o debate académico sobre a relevância da promoção da identidade europeia na consolidação da integração europeia através de instrumentos como o da mobilidade académica. Então, sob este ponto de vista, estudos futuros no campo da mobilidade internacional de estudantes devem focar-se na fomentação da identidade europeia e das ações, práticas e atitudes em relação à UE, uma vez que os fatores desintegradores crescentes constituem ameaças reais para a UE enquanto instituição e conjunto de valores.

Os resultados deste estudo de caso vêm de uma investigação circunscrita num contexto específico. Não existes o objetivo de chegar a conclusões generalizadas, especialmente se considerarmos o tema de nossa pesquisa. A metodologia utilizada e o material recolhido fornecem informação original sobre o processo de construção da identidade europeia através do programa de mobilidade Erasmus+. Podemos considerar este estudo de caso como uma “janela” aberta sobre o contexto europeu que permite compreender como a identidade europeia é formada e transformada e como o processo de socialização a influencia. A recolha de informação através do inquérito encontra-se na mesma situação, mas em lugares diferentes, pois permite detetar os mecanismos sociais e as vivências dos indivíduos envolvidos. Também colocamos em destaque os processos e a lógica das interações sociais

que caracterizaram o percurso dos participantes de programas de mobilidade académica e que os conduziram ao seu novo sentido de identidade europeia.

Este tipo de identidade está ligado não apenas ao sujeito, mas ao meio social em que é construído. A rede de relações sociais, portanto, influencia a construção da identidade.

O argumento geral desta pesquisa, como o título sugere, é o papel do programa Erasmus+ na promoção da identidade europeia. Demonstrámos que o Erasmus+, de facto, desempenha um papel importante a este respeito mesmo durante períodos de crise política e económica. Os dados da nossa pesquisa revelam também que o processo de socialização é uma parte importante do processo de formação da identidade europeia. Graças ao processo de socialização os estudantes podem partilhar as suas experiências e conhecimentos com outros povos europeus, dando-lhes a possibilidade de interagir com outras culturas e compreender melhor o contexto em que estão a viver. Através deste processo de socialização, os estudantes são capazes de criar uma ligação entre eles e os seus colegas europeus, o que acabará por reforçar o seu sentido de identidade europeia.

Os resultados evidenciam a aparente orientação para uma identidade europeia comum, para uma consciência geral de semelhanças em toda a Europa e pontos de vista funcionalistas sobre a UE, uma vez que os resultados demonstram que ainda não existe um entendimento claro sobre a identidade europeia e sobre os ideais de integração europeia.

Quanto ao contributo desta tese para a literatura atual, podemos dizer que o nosso documento analisou um tema bastante relevante para a atualidade, a ligação entre o programa Erasmus e a identidade europeia, contextualizando-o num momento muito recente. Ao fazê-lo, conseguimos apresentar um ponto de vista analítico e exaustivo sobre o papel que o contexto político, social e económica tem para este tema.

As principais descobertas que alcançamos com esta pesquisa são diferentes. Em primeiro lugar, entendemos que, para realizar tal tipo de análise, é fundamental identificar o quanto os estudantes sentiam o seu sentido de identidade europeia com o principal objetivo de entender se a experiência de mobilidade foi útil ou não para aprimorá-la. Em segundo lugar, aprofundamos o importante papel da socialização no processo de formação da identidade. Por último, a principal conclusão a que podemos chegar é que o programa Erasmus+ potencia e fomenta os ideais da identidade europeia pois consegue proporcionar experiências pessoais e individuais de grande qualidade ao ponto de fomentar claramente os ideais de integração europeia.

Apesar de nossas principais contribuições, gostaríamos de destacar algumas limitações, pois acreditamos que esta pesquisa ainda pode ser mais e melhor desenvolvida. Nesse sentido, gostaríamos de identificar a principal limitação que está relacionada ao número de estudantes que compuseram a amostra. Em comparação com o total de estudantes de mobilidade Erasmus+ o universo é ainda bastante reduzido. A razão é porque o acesso a este tipo de dados é muito difícil devido às regras europeias de proteção de dados (EC, 2018). De facto, conseguimos entrar em contato com estes estudantes devido aos extensos esforços algumas pessoas responsáveis por Gabinete de Relações Internacionais. No entanto, nem todos os estudantes estavam disponíveis ou dispostos a participar na nossa pesquisa.

No final, a nossa investigação mostrou que, os jovens estão muito ligados à Europa e satisfeitos por pertencerem a esta comunidade. Tal como existe uma vontade ativa de continuar a conhecer novos lugares e culturas e, de uma forma mais geral, a viver novas experiências.

Assim, não é de surpreender que se espere que os estudantes de mobilidade europeus devido à experiência que o Programa Erasmus+ lhes proporciona, desenvolvam um forte sentido de identidade europeia. Experiência esta que lhe permite, deslocarem-se geograficamente durante um certo período de tempo dentro do espaço europeu, expandirem os seus conhecimentos a vários níveis, tanto profissionais como pessoais, desenvolverem relações interpessoais e culturais ao ponto de criarem redes internacionais.

BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA NACIONAL PROALV. 2012. Erasmo de Roterdão: Um estudante pela Europa. *Revista Forum Estudante*, p. 4. Acedido a 26 de abril de 2022: https://www.eshte.pt/downloads/GUIA_ERASMUS_WEB.pdf
- AMBROSI, G. 2013. The Influence of the ERASMUS Programme on Strengthening a European Identity: Case Studies of Spanish and British Exchange Students. In FEYEN, B., KRZAKLEWSKA, E. (eds.). *The ERASMUS Phenomenon – Symbol of a New European Generation?*. Peter Lang GmbH.
- ARENAL, M.C. 2007. Introducción a las relaciones internacionales. *Tecnos*, p. 175-236.
- ANSEJO, J. T., UROSA, B. M. 2017. El programa de movilidad Erasmus. Un referente en los programas educativos de la Unión Europea. *Journal of Supranational Policies of Education*, p. 126. Acedido a 26 de abril de 2022: <https://revistas.uam.es/jospoe/article/view/7589>
- BAUMAN, Z. 2005. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. *Jorge Zahar*, p. 15-24.
- BLAIKE, N. 2010. Designig Social Research: The Logic of Anticipation. *Polity Press*, 56-77.
- BOURDIEU, P. 1982. Les rites como actes d'institution. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 43, p. 59
- BRENNER, P.S., STETS, J.E., SERPE, R.T. 2021. Identity in Action: Developments in Identity Theory. *Springer Cham*, 1, p. 1-332.
- CAETANO, J. 2020. Em busca da identidade europeia perdida. *Revista Opinião Jurídica*, 29, p. 243-264.
- CALVO, D.M. 2014. Tornar-se outra pessoa: narrativas de transformação subjetiva e processos de distinção entre os jovens estudantes ERASMUS em Lisboa. *Revista Antropológica*, 37, p. 51-77
- CALVO, D.M. 2017. Globalización e internacionalización educativa. Una historia institucional del Programa ERASMUS, 1987-2014. *Ler História*, 71, p. 75-99.
- CAMISÃO, I., FERNANDES, L.L. 2005. Construir a Europa: O Processo de Integração Entre a Teoria e a História. *Principia*, 1, p. 33-37.
- CARNEIRO, C.S. 2007. O Direito da Integração Regional. *Del Rey*, p. 87-88.
- CASADIO, A. F. 1991. Il sistema delle relazioni internazionali. *CEDAM*, p. 90.
- CASTELLS, M. 2007. Fim do Milênio. *Paz e Terra*, p. 385-409.

- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS. 2022. Cidadania Europeia Ativa. Acedido a 11 de março de 2022: <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-e-cidadania-europeia>
- CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA. 2017. Juventude e Cidadania, Educação e Participação: Uma porta aberta para a Europa e para o mundo. *Instituto Português do Desporto e Juventude*. p. 30.
- COMISSÃO EUROPEIA. 2017 a. New figures show record number of participants in ERASMUS +. *Publications Office*. Acedido a 11 de março de 2022: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_17_82
- COMISSÃO EUROPEIA. 2017 b. From Erasmus to Erasmus+. *Publications Office*. Acedido a 11 de março de 2022: https://wayback.archive-it.org/12090/20191104133215/https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/anniversary_en
- COMISSÃO EUROPEIA. 2018. Erasmus+ Programme – Annual Report 2016: statistical annex. *Publications Office*. p. 5-25 Acedido a 17 de março de 2022: <https://data.europa.eu/doi/10.2766/89058>
- COMISSÃO EUROPEIA. 2019. Erasmus+ Programme Guide, Version 2. *Publications Office*. Acedido a 3 de junho de 2022: https://erasmus-plus.ec.europa.eu/sites/default/files/erasmus-plus-programme-guide-2019_en_1.pdf
- COMISSÃO EUROPEIA. 2020 a. What is Erasmus+. *Publications Office*. Acedido a 17 de março de 2022: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/about-erasmus/what-is-erasmus>
- COMISSÃO EUROPEIA. 2020 b. 10 Million Erasmus participants and counting. *Publications Office*. Acedido a 14 de junho de 2022: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/ip_20_115/IP_20_115_EN.pdf
- CRAM, L. 2012. Does the EU Need a Navel? Implicit and Explicit Identification with the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 50, p. 71-86.
- CHRISTIANSEN, T. 2020 The EU's new normal: Consolidating European integration in an era of populism and Geo-economics. *Journal of Common Market Studies*, 58, p.15.
- CUNHA, P. P. 2002. A via federal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 43, p. 33.
- CUNHA, P. P. 2006. Direito Europeu - Instituições e Políticas da União. *Edições Almedina*, p. 17-1053.
- DAVIS, J. B. 2020. The status of the concept of identity in economics. *Forum for Social*

Economics, 50, p. 1–9.

DELANTY, G. 1998 Social Theory and European transformation: is there a European Society? *Social Research Online*, 3. Acedido a 29 de março de 2022: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.5153/sro.156>

DEUTSCH, F. 2006. Legitimacy and identity in the European Union: empirical findings from the old member states. In KAROLEWSKI, I., KAINA, V. (ed.). *European identity / theoretical perspectives and empirical insights*. Lit Berlin.

DEUTSCH, K., BURREL, S., KANN, R., JR., M. 1957. Political Community and the North Atlantic Area. Princeton U.P. p. 156.

DOUGHERTY, J. E., PFALTZGRAFF, R. L. 2005. Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey. *J. B. Lippincott*, p. 650.

EDER, K., SPHON, W. 2005. Collective Memory and European Identity: The effects of integration and enlargement. *Ashgate*, p.3.

EDER, K. 2009. A Theory of Collective Identity Making Sense of the Debate on a ‘European Identity’. *European Journal of Social Theory*, 12 (4): pp. 427-447.

EGAN, P.J. 2020. Identity as dependent variable: How Americans shift their identities to align with their politics. *American Journal of Political Science*, 64, p. 699–716.

ERASMUS STUDENT NETWORK. 2019. Active citizenship and student Exchange in light of European elections. Acedido a 12 de maio de 2022: <https://www.esn.org/ESNsurvey>

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. CASE S.A.S v. FRANCE (Application no. 43835/11) JUDGEMENT. STRASBOURG. 1 July 2014. Acedido a 23 de março de 2022: <https://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf/?library=ECHR&id=001-145466&filename=001-145466.pdf&TID=uexplonsk>.

FAUSTINO, P., 2006. O Alargamento da União Europeia e os Media: Impactos no sector e nas identidades locais. *Media XXI/Formalpress*, 1, p. 16-25.

FERNANDES, A. J. 1991. Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações. *Presença*, 1. p. 257-263.

FERNANDES, L. L., 2006. Da integração à governação europeia: Portugal, europeização e o carácter multi-sistémico da UE. *Revista Nação e Defesa*. 115. p. 148-151. Acedido a 14 de março de 2022: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1088/1/NeD115_LuisLoboFernandes.pdf

FEYEN, B., KRZAKLEWSKA, E. 2013. The ERASMUS Phenomenon – Symbol of a New European Generation? *Peter Lang GmbH*, p. 79.

- FLIGSTEIN, N. 2008. Euroclash: The EU, European Identity, and the Future of Europe. *Oxford University Press*, p. 53-63.
- FONT, J. N., RUFÍ, J.V. 2006. Geopolítica, identidade e globalização. *Annablume*, p. 38-40.
- FONTAINE, P. 1998 a. Jean Monnet, um grande objetivo para a Europa. *Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias*. p. 20.
- FONTAINE, P. 1998 b. A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias. *Gradiva*, 1, p. 9.
- GARCÍA, MDC, M., CORES-BILBAO, E., GÁMEZ, L.M. 2021 Andalusian university students' perception of their European identity: International orientation and experiences. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 42, p. 79–96.
- GATTI, G. 2003. Las modalidades débiles de la identidad. De la identidad en los territorios vacíos de sociedad e de sociología. *Politica y Sociedad*, 40, p. 87-109.
- GAUCHET, M. 2005. La condition politique. *Gallimard*, p. 501.
- GEORGE, L.A., BENNET, A. 2005. Case Studies and Theory Development in the Social Sciences. *BCSIA Studies in International Security*. p. 25
- GUARDINI, R. 1962. Preamium Erasmanum MCMLXII. *Amsterdam*, p. 253-270.
- GUIDDENS, A. 1992. Modernidade e Identidade Pessoal. *Celta Editora*, p. 33.
- HALL, P. S. 1996. Introduction: Who Needs 'identify'? In HALL, P. S. (ed.). *Questions of Cultural Identity*. Sage.
- HOBBSAWM, E. 2013. Sobre História. *Companhia das Letras*, p. 234-241.
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO. 2018. ERASMUS+ Descrição do programa. *Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional (GMCI)*. Acedido a 10 de março de 2022: <http://internacional.ipvc.pt/pt/node/25>
- JUDT, T. 2008. Pós-Guerra: uma História da Europa desde 1945. *Objetiva*, p. 738-768.
- KING, R., RUIZ-GELICES, E. 2003. International student migration and the European? Year Abroad?: effects on European identity and subsequent migration behaviour. *International Journal Of Population Gephgraphy*, 9, p. 229-252.
- KLOSE, U. 2013. Learning for Life? The new Role of the ERASMUS Programme in the Knowledge Society. In FEYEN, B., KRZAKLEWSKA, E. (eds.). *The ERASMUS Phenomenon – Symbol of a New European Generation?*. Peter Lang GmbH.
- KUHN, T. (2012) Why educational Exchange programmes miss their mark: Cross-border mobility, education and european identity. *Journal of Common Market Studies*, 6, p. 50.
- LAFFAN, B. 2004. Transnational Identities: Becoming European in the EU. *Rowman & Littlefield*, p. 426.

- LAQUEUR, W. 2007. Os últimos dias da Europa: Epitáfio para um velho continente. *Lexikon*, p. 25.
- LE GOFF, J. 2008. Uma breve História da Europa. *Vozes*, p. 37-163
- LEITÃO, F., VALENTE, I., 2018. O programa de mobilidade Erasmus e a cidadania europeia: trinta anos e nove milhões de pessoas depois...! *Debater a Europa*, 19, p.28. Acedido a 29 de março de 2022: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi0uKyh2KD4AhUGCewKHbLTBBQOFnoECB8QAOQ&url=https%3A%2F%2Fimpactum-journals.uc.pt%2Fdebaterueuropa%2Farticle%2Fdownload%2F_19_2%2F4491%2F21090&usg=AOvVaw2HJNGWaBr2_VtA0FUEUfCb
- LÉVI-STRAUSS, C. 1997. L'Identité. *PUF*, P. 10.
- LIJPHART, A. 1964. Tourist traffic and integration potential. *Journal of Common Market Studies*, 2, p. 252.
- MALMBORG, M., STRATH, B. 2002 The Meaning of Europe: Variety and contetion within and among nations. *Berg*, p. 26.
- MALTEZ, J. A. 2002 Curso de Relações Internacionais. *Principia*, p. 267-268
- MELLO, C. 2000. Curso de Direito Internacional Publico. *Renovar*, p.105.
- MITCHELL, K. 2012. Student mobility and European Identity: Erasmus Study as a civic experience? *Journal of Contemporary European Research*, 8, p. 490-518.
- MOL, C.V. 2009. The Influence of European Student Mobility in European Identity and Susequent Migration Intentions. *International Bilingual Conference*, p. 46.
- MOL, C.V. 2022. Intra-European student mobility and the different meanings of 'Europe'. *Acta Sociologica*, 65, p. 24-40.
- MOREIRA, A. 2016. Teoria das Relações Internacionais. *Almedina*, p. 545.
- MOTA, S. 2015. A evolução do programa ERASMUS na Universidade Comenius de Bratislava entre 2007 e 2014. Relatório de Estágio policopiado. *Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro*, p. 93.
- MOURA, V.G. 2012. A herança comum dos europeus. *Diário de Notícias*. Acedido a 11 de março de 2022: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/a-heranca-comum-dos-europeus-2261769.html>
- NIEMANN, A., LEFKOFRIDI, Z., SCHMITTER, P.C. 2019. Neofunctionalism. In WIENER, A., BÖRZEL, T.A., RISSE, T. (eds.) *European Integration Theory*. Oxford.

- NEME, J. 1994. Économie de L'Union Européenne: analyse d'un processis d'intégration. *Litec*, p. 5-7.
- NYE, J.S. 2002. Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à História. *Gradiva*, p. 262-263.
- NOGUEIRO, T., SARAIVA, M., JORGE, F., CHALETA, E. 2022 The Erasmus+ Programme and Sustainable Development Goals – Contribution of Mobility Actions in Higher Education. *Sustainability* 14, 3, p. 4-5. Acedido a 29 de maio de 2022: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/3/1628/htm>
- OBORUNE, K. 2013. Becoming more European after ERASMUS? The Impact of the ERASMUS Programme ON Political and Cultural Identity. *Journal in Epiphany: Journal of transdisciplinary studies*, 6, p. 183-202.
- ÖZ, Y., PRAAG, L. 2022. Can participation in learning abroad mobility support pro-European Union attitudes among youth? *European Educational Research Journal*, 17, p. 1-6.
- PAMPLONA, M.A. 2008. A questão nacional no mundo contemporâneo. In FERREIRA, J., FILHO, D.A.R., ZENHA, C. (orgs.) *O século XX – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Civilização Brasileira.
- PATRÍCIO, R. 2003. As relações em eixo – novo paradigma da Teoria das Relações Internacionais? *Revista Brasileira de Política Internacional*, p.5-6.
- PESSOA, I.C. 2003. Programa Erasmus: intercâmbio crescente no espaço europeu. *OBSERVARE*, p. 2-4.
- PFETSCH, F.R.A. 2001. A União Europeia: História, instituições e processos. *UnB*, p.96-99.
- PINTO, M.C. 2007. Contributos das Teorias das RI para o estudo das organizações internacionais e da integração regional. *Relações Internacionais*, p. 96-97.
- PORTOCARRERO, M.L., RICOEUR, P. 2005. A linguagem simbólica do mito e as metáforas da praxis. In LEÃO, D.F., FIALHO, M.C., SILVA M.F. (eds.) *Mito clássico no imaginário ocidental*. Ariadne.
- QUADROS, F. 2013. Direito da União Europeia. *Almedina*, p. 37-39.
- QUADROS, F. 2016. Recordando Jean Monnet. *Lisboa*, p. 8-10.
- QUINTÁS, A.L. 1999. A formação adequada à configuração de um novo humanismo. Parte I. *Universidade de São Paulo*.
- RAMOS, C., MAIOR, P. V. 2007. Prespectivas teóricas sobre a integração europeia. *Relações Internacionais*, p. 104-105.

- RIBEIRO, R. 2011. Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade. *Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)*, p. 38-45. Acedido a 03 de março de 2022: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44954/1/Identidade%20europeia%20-%20nem%20unidade%20nem%20diversidade.pdf>
- ROCHA, A.E. 2017. Identidade Europeia. *Petrony*, p. 213-214.
- ROOPA, S., RANI, M.S., 2012. Questionnaire Designing for a Survey. *J Ind Orthd Soc*, p. 273-277.
- ROSAMOND, B. 2000. Theories of European integration. *Palgrave Macmillan*, p. 12-73.
- SÁNCHEZ, J.M.S. 2007. La evolución de la movilidad académica en Europa. *Revista Española de educación Comparada*, 13, p.363-364.
- SANDE, P.A. 2000. O sistema político da União Europeia: entre Hesperus e Phosphorus. *Principia*, p. 26-28.
- SANTOS, P.M., SILVA, M. 2011. A identidade europeia – a cidadania supranacional. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 2, p. 15-16. Acedido a 09 de junho de 2022: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/496/1/en_vol2_n1_art2.pdf
- SCHWOK, R. 2005. Théories de L'intégration européenne. *Montchrestien*, p. 41-59
- SERRA, A.T. 1999. La integración europea. Análisis histórico-institucional com textos y documentos. I. Génesis y desarrollo de la Comunidad Europea (1951-1979). *Tecnos*, p. 42.
- SIGALAS, E. 2009. Does ERASMUS Student Mobility promote a European Identity? *Institute for European Integration Research*, p. 248.
- SIGALAS, E. 2010. Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during ERASMUS year abroad. *European Union Politics*, 11, p. 241-265.
- SILVA, S. 2017. Erasmus é uma das “principais razões pelas quais a UE vai sobreviver”. *Jornal Público*. Acedido a 14 de maio de 2022: <https://www.publico.pt/2017/06/13/sociedade/noticia/erasmus-e-uma-das-principais-razoes-pelas-quais-a-ue-vai-sobreviver-1775488>
- SOARES, C. 2005. Padrões de heroísmo e construção de identidades. Heróis helenos e bárbaros nas Histórias de Heródoto. In LEÃO, D.F., FIALHO, M.C., SILVA M.F. (eds.) *Mito clássico no imaginário ocidental*. Ariadne.
- STETS, J.E., BURKE, P.J. 2000. Identity Theory and Social Identity Theory. *Social Psychology Quarterly*, 63, p. 224-237.
- STRATH, B. 2002. A European identity: To the historical limits of a concept. *European Journal of Social Theory*, 5, p. 388-390.

TENENBAUM, H. R., FIFE-SCHAW, C., BARRET, M. 2019. What Predicts British Young People's Views of Europe. In STROHMEIER, D., TENENBAUM, H. R. (Eds.) *Young People's Visions and Worries for the Future of Europe: Findings from the Europe 2038 Project*. Routledge.

THEILER, T. 2022. International functionalism and democracy. *European Journal of International Relations*, 28, p. 312-336.

TROITIÑO, D. R. 2022. The Essence of Europe: Understanding Europe Through Its Designers. In: TROITIÑO, D. R., GUARDIA, R.M., SÁNCHEZ, G.A. (Eds.) *The European Union and its Political Leaders*. Springer.

UDREA, G. 2013. National and European Identity: An Empirical Research on how Romanian Students Experience Identities During their Long-Term Studies Abroad. *Romanian Journal of Communication and Public Relations*, 15, p. 17–35.

UNESCO. 2020. Global education monitoring report-inclusion and education: All means all. Acedido a 14 de junho de 2022: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718/PDF/373718eng.pdf.multi>

UNIÃO EUROPEIA. 2008. Decisão nº 1983/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2006 relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural. *Jornal Oficial da União Europeia*. Acedido a 24 de março de 2022: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l29017>

UNIÃO EUROPEIA. 2013. Programa da União Europeia para a Educação, Formação, Juventude e Desporto 2014-2020. Acedido a 10 de março de 2022: <https://www.erasmusmais.eu/o-programa>

UNIÃO EUROPEIA. 2013. Regulamento (UE) N. o 1288/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 que cria o Programa "Erasmus+" o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto e que revoga as Decisões n. o 1719/2006/CE, n. o 1720/2006/CE e n. o 1298/2008/CE. *Jornal Oficial da União Europeia*. Acedido a 24 de março de 2022: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1288&from=SL>

UNIVERSIDADE LÚSIADA – PORTO. 2022. Erasmus+ Estudantes. *Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade Internacional (GRIMI)*. Acedido a 09 de junho de 2022: <https://www.por.ulusiada.pt/erasmus/erasmus/index.html>

VALLÉE, C. 1983. Le Droit des Communautés Européennes. *Presses universitaires de France*, p. 10-13.

- VALENCIANO, J.L.L. 2017. ERASMUS: historia de un éxito de la integración europea. *Esdiario*. Acedido a 10 de marzo de 2022: <https://www.esdiario.com/valencia/872301391/Erasmus-historia-de-un-exito-de-la-integracion-europea.html>
- VERRILLI, A. MINIERI, S. 1999. L'integrazione europea dopo Maastricht. Dal trattato sull'unione europea al trattato di Amsterdam (in vigor dal 1° maggio 1999). *Giuridiche Simone*, p. 5
- WAANDERS, S. 2014 L'Europe de Romano Guardini: Une polyphonie bien accordée. *Études*, 6, p. 53-61.
- WALLERSTEIN, I. 2007. O universalismo europeu: a retórica do poder. *Boitempo*, p. 47.
- WILSON, I. 2011. What should we expect of 'Erasmus Generations'? *Journal of Common Market Studies*, 49, p. 1113-1140.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO | QUESTIONNAIRE

OS DESAFIOS DA MOBILIDADE ACADÉMICA NA UNIÃO EUROPEIA I THE CHALLENGES OF ACADEMIC MOBILITY IN THE EUROPEAN UNION

Inquérito Online I Online Survey

Secção 1: Identificação Pessoal | Personal Identification

1) Versão | Version

Português

Inglês

No âmbito da dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto e subordinada ao tema "Os desafios da mobilidade académica na União Europeia", vimos solicitar a sua colaboração no preenchimento deste breve questionário, cuja duração não deverá exceder 5 minutos.

Este estudo, no qual a sua participação se figura essencial, visa a recolha de dados com o objetivo de identificar qual o impacto da mobilidade académica na promoção da integração europeia, mais especificamente analisar a influência do Programa Erasmus + na promoção da identidade europeia.

O preenchimento deste questionário é realizado de forma anónima e voluntária. As respostas recolhidas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos e académicos, no âmbito da supracitada dissertação. De forma a garantir o sucesso da investigação solicita-se a maior sinceridade e transparência nas respostas facultadas.

Se tiver alguma dúvida ou quiser esclarecer qualquer questão acerca deste estudo, não hesite em contactar, através do seguinte contacto: Sara Henriques (21506320@por.ulusiada.pt).

Este inquérito é anónimo.

O registo das respostas ao inquérito não contem qualquer informação sobre a sua identidade, exceto se alguma pergunta do inquérito solicitar alguma informação a fornecer.

Agradecemos o seu tempo e disponibilidade em particular neste questionário.

Within the scope of the Master's thesis in International Relations, developed at the Faculty of Law of the Universidade Lusíada do Porto and under the theme "The challenges of academic mobility in the European Union", we would like to request your collaboration in completing questionnaire, whose duration should not exceed 5 minutes.

This study, in which your participation is essential, aims to collect data in order to identify the impact of academic mobility in promoting European integration, more specifically to analyze the influence of the Erasmus + Program on promotion of the European identity.

This questionnaire is anonymous and voluntary. The answers collected will be used exclusively for scientific and academic purposes, within the scope of the Master' s dissertation. In order to guarantee the success of the investigation, we request sincerity and transparency in the answers provided.

If you have any questions, please contact: Sara Henriques
(21506320@por.ulusiada.pt).

This survey is anonymous.

This survey does not contain any information about your identity, unless a survey question asks for information to be provided.

We appreciate your time and availability in this particular questionnaire.

2) Participação no programa Erasmus+ | Participation at Erasmus+ program

Atual Participante | Current Participant

Antigo participante | Former Participant

3) Tipo de mobilidade | Type of Mobility

Outgoing (Portugal para outro país Europeu) | Outgoing (Portugal to other European country)

Incoming (Outro país Europeu para Portugal) | Incoming (Other European Country to Portugal)

4) Idade | Age

5) Sexo | Sex

Masculino | Male

Feminino | Female

Não binário / terceiro género | Non binary / third gender

Prefere não dizer | Prefer not to say

6) Nacionalidade | Nationality

7) País de Residência | Country of Residence

8) Ciclo de Estudos | Study Cycle

1º Ciclo (Licenciatura) | 1st Degree (Bachelor / Undergraduate)

2º Ciclo (Mestrado) | 2nd Year (Master)

3º Ciclo (Doutoramento) | 3rd Year (PhD)

9) Área de estudos (Curso) | Field of Studies (Course)

10) Participação no programa Erasmus+ entre setembro de 2014 a janeiro de 2020

| Participation in Erasmus' program between September 2014 and January 2020

Sim | Yes

Não | No

11) Em que ano participaste no programa Erasmus+ | Year of participation on the Erasmus+ program

Secção 2: O Programa Erasmus+ e a Identidade Europeia | Erasmus+ Program and the European Identity

12) Adquiriste mais interesse sobre outros países europeus? | Are you more interested about other european countries?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

13) Adquiriste mais interesse sobre outras culturas europeias? Are you more interested about other european cultures?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

14) Sentes mais orgulho em ser Europeu? | Are you more proud of being European?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

15) Desenvolveste mais interesse sobre a Europa? | Are you more interested in the European Union?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

16) Consegues encontrar algumas características semelhantes entre ti e os amigos de outras nacionalidades que fizeste durante a mobilidade? | Can you find similar characteristics between you and the friends of other nationalities that you made during the mobility?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

17) Consegues encontrar algumas características semelhantes entre o teu país de nascimento e o de acolhimento? | Can you find similar characteristics between your country of birth and the host country?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

18) Identifico-me como: | Identify me as:

Europeu | European

Europeu e nacional do meu país de origem | European and national from my country of origin

Nacional do meu país de origem | National from my country of origin

Nenhuma das opções anteriores | None of the above options

19) Tens interesse em saber mais sobre os teus direitos como cidadão europeu? Do you like to know more about your rights as a European citizen?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

20) Tens conhecimentos sobre os teus direitos como cidadão europeu? Do you know your rights as a European citizen?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

21) Consideras que o teu país beneficia por integrar a União Europeia? Do you believe your country benefits from being part of the European Union?

Sim | Yes

Não | No

Talvez | Maybe

22) Comentários | Comments